

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar e investigar a arrecadação dos recursos oriundos das contribuições do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB, Lei nº 7.263/2000, referente ao FETHAB adicional (art. 14-K) e ao FETHAB combustível (Capítulo III), bem como à aplicação dos referidos recursos, e investigar os recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e sua distribuição na forma da legislação vigente.

Dezembro de 2018

Cuiabá-MT

## RELATÓRIO FINAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS FUNDOS (FUNDEB E FETHAB)**

Deputado Mauro Savi

Presidente

Deputado Guilherme Maluf

Vice-Presidente

Deputado Nininho

Relator

Deputado Prof. Allan Kardec

Membro (Sub-Relator)

Deputado Wilson Santos

Membro

Sumário

[RELATÓRIO FINAL 2](#_Toc532398349)

[1.Considerações Iniciais sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito 7](#_Toc532398350)

[1.1. Constituição e Instalação da CPI 8](#_Toc532398351)

[1.2. Composição 9](#_Toc532398352)

[1.3. Da Prorrogação 10](#_Toc532398353)

[1.4. Desenvolvimento dos Trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito 10](#_Toc532398354)

[1.4.1 Das Requisições de Documentos 10](#_Toc532398355)

[1.4.2 Das Convocações e Oitivas 12](#_Toc532398356)

[1.6. Parecer da Procuradoria-Geral da ALMT 14](#_Toc532398357)

[2.Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB 15](#_Toc532398358)

[2.1.Definição do FUNDEB 15](#_Toc532398359)

[2.2.Característica do FUNDEB 16](#_Toc532398360)

[2.3.A vigência do FUNDEB 16](#_Toc532398361)

[2.4.Composição do FUNDEB 16](#_Toc532398362)

[2.5. Distribuições dos Recursos 17](#_Toc532398363)

[2.5.1. Sistemática da Distribuição 18](#_Toc532398364)

[2.5.2. A Periodicidade do Crédito dos Recursos nas Contas Bancárias do FUNDEB 19](#_Toc532398365)

[2.6.Da Utilização dos Recursos 20](#_Toc532398366)

[2.6.1.Administração dos Recursos do FUNDEB 20](#_Toc532398367)

[2.7. Dos Atrasos nos Repasses no Estado de Mato Grosso 21](#_Toc532398368)

[2.7. Da Apuração do Valor Retido 30](#_Toc532398369)

[Demonstrativo I - FUNDEB 2015 Distribuição acumulada no ano 31](#_Toc532398370)

[Demonstrativo II - FUNDEB 2016 Distribuição acumulada no ano 32](#_Toc532398371)

[Demonstrativo III - FUNDEB 2017 Distribuição acumulada no ano 33](#_Toc532398372)

[Demonstrativo IV - FUNDEB 2018 Distribuição acumulada no ano até o mês de novembro 34](#_Toc532398373)

[Demonstrativo V - FUNDEB 2017 Distribuição mensal aos Municípios 36](#_Toc532398374)

[Demonstrativo VI - FUNDEB 2017 Repasse ao Estado (SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso) 37](#_Toc532398375)

[Relação de das Notas Extraorçamentárias (NEX) 2017 39](#_Toc532398376)

[2.8. Da Conta única 44](#_Toc532398377)

[2.8.1. Vinculação Orçamentária dos Recursos 47](#_Toc532398378)

[2.8.2. Da atualização monetária dos valores repassados em atraso 49](#_Toc532398379)

[2.9. As Sanções aplicáveis aos responsáveis pelas irregularidades praticadas 49](#_Toc532398380)

[2.9.1. Para os Estados e Municípios: 50](#_Toc532398381)

[2.9.2. Para o Chefe do Poder Executivo: 50](#_Toc532398382)

[2.10. Da Fiscalização do FUNDEB 50](#_Toc532398383)

[2.10.1 Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB 51](#_Toc532398384)

[2.10.2. Instâncias de Controle do FUNDEB 59](#_Toc532398385)

[2.10.2.1. Da Atuação da Controladoria-Geral do Estado - CGE-MT 60](#_Toc532398386)

[2.10.2.2. Da Atuação do Tribunal de Contas do Estado - TCE 66](#_Toc532398387)

[2.11. Portaria Conjunta STN/FNDE nº 2/2018 69](#_Toc532398388)

[2.12. Manutenção do FUNDEB 6](#_Toc532398388)5

[2.13. Conclusão e Recomendações 71](#_Toc532398389)

[3. Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB 74](#_Toc532398390)

[3.1. Panorama legislativo 76](#_Toc532398391)

[3.2 Natureza do FETHAB 81](#_Toc532398392)

[3.3 Hipóteses de incidência 82](#_Toc532398393)

[3.4.1 Da Receita do Óleo Diesel 84](#_Toc532398394)

[3.4.1.1 Crédito outorgado 85](#_Toc532398395)

[3.5 Destinações das Receitas 96](#_Toc532398396)

[3.6 Dos Valores arrecadados 99](#_Toc532398397)

[3.7. Da Efetividade na Arrecadação 100](#_Toc532398398)

[3.8 Do valor destinado aos Municípios 101](#_Toc532398399)

[3.9 Do valor destinado aos Fundos Acessórios 104](#_Toc532398400)

[3.10 Da aplicação dos Recursos pelo Poder Executivo Estadual 105](#_Toc532398401)

[Transporte Escolar 107](#_Toc532398402)

[3.11 Do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB 108](#_Toc532398403)

[3.12 Desvinculações dos Recursos do FETHAB 113](#_Toc532398404)

[3.13 Da atuação do Tribunal de Contas do Estado(TCE) na Fiscalização dos recursos do FETHAB 113](#_Toc532398405)

[114](#_Toc532398406)

[3.14 Da Conta Específica do FETHAB 119](#_Toc532398407)

[3.15 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES: 120](#_Toc532398408)

[ANEXO: 123](#_Toc532398409)

[3.18 MINUTA DE PROJETO DE LEI 123](#_Toc532398410)

[Altera dispositivo da Lei Complementar nº 360, de 18 de junho de 2009, que institui o Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo no Estado de Mato Grosso, e regulamenta a gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, de natureza contábil e financeiro, em atendimento à Portaria Conjunta FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018, e dá outras providências. 123](#_Toc532398411)

[3.19 Referências 126](#_Toc532398412)

[3.20 CD 127](#_Toc532398413)

[Contendo Volume I a XI do Proc 03/2018 127](#_Toc532398414)

1. **Considerações iniciais sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito**

A Comissão é fruto do Requerimento nº 4/2018 Lideranças Partidárias - Protocolo nº 4/2018 - Processo nº 3/2018.

O Requerimento em questão teve como escopo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dedicada à investigação da arrecadação e aplicação dos recursos de dois Fundos essenciais ao Estado de Mato Grosso, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Inicialmente, foi evidenciada a relevância do FETHAB para os municípios mato-grossenses que dependem do recurso para manutenção e construção de rodovias entre outras atividades. Porém, é de longa data o descontentamento acerca dos montantes arrecadados e distribuídos no Estado. Em que pese o esforço de diversos prefeitos em conseguir informações sobre os repasses, suas intenções fadaram-se na burocracia e decepção, sendo imperioso investigar a arrecadação e distribuição do FETHAB adicional (art.14 K, da lei 7.263/2.000) e FETHAB combustível (Capítulo III, da lei 7.263/2.000), pois diante da realidade vivida em todo o Estado deve haver transparência na movimentação do dinheiro público.

No que tange ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, registrou-se na ocasião da criação da Comissão que o referido fundo deve ser investigado pelo mesmo prisma do FETHAB, pois a ausência de transparência dos montantes arrecadados e sua distribuição causam grandes prejuízos, tendo em vista que os valores oriundos do FUNDEB destinados à educação pública não têm chegado aos cofres municipais, penalizando a população de vários municípios.

Assim, dadas as circunstâncias graves constantes no requerimento, a abertura da CPI foi proposta com a finalidade precípua da apuração dos valores arrecadados e sua distribuição, dos dois fundos supramencionados.

**1.1. Constituição e Instalação da CPI**

A Comissão de Inquérito foi devidamente constituída no dia 17 de janeiro de 2018, nos termos do Ato nº 01/2018, publicado no D.O./ALMT em 17/01/2018, conforme autorização do Exmo. Senhor Eduardo Botelho, Deputado Estadual Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por meio de do Ato nº 002/2018, publicado no D.O./ALMT em 26 de janeiro de 2018, fundamentado no artigo 375 do Regimento Interno.

A instalação da Comissão ocorreu em 31 de janeiro de 2018, com duração prevista em cento e oitenta dias, tendo os trabalhos sido desenvolvidos de acordo com o plano de trabalho estabelecido pela Comissão.

**1.2. Composição**

A designação dos membros ocorreu por meio do ato ATO Nº 002/2018, publicado no DOE AL/MT de 26 de janeiro de 2018, designando os membros para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para “apurar e investigar a arrecadação dos recursos oriundos das contribuições do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB, Lei nº 7.263/2000, referente ao FETHAB adicional (Art. 14-K) e ao FETHAB combustível (Capítulo III), bem como a aplicação dos referidos recursos, e sua distribuição, na forma da legislação vigente”, a Comissão foi composta pelos Deputados do Bloco Integração, indicados por meio do Memorando nº 003/2018, e o Deputado do Bloco Independente, designado de ofício nos termos do inciso III do Art. 375 do Regimento Interno, e seus respectivos suplentes, tendo a seguinte composição: I –Titulares: Mauro Savi, Presidente; Dr. Leonardo; Professor Adriano; Nininho e Prof. Allan Kardec e II – Suplentes: Guilherme Maluf; Romoaldo Júnior; Dilmar Dal Bosco; Wagner Ramos e Janaina Riva.

Em 11 de abril de 2018, por meio de do ATO Nº 011/2018, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 35, § 1º, V, combinado com o art. 381, do Regimento Interno, conforme Ato nº 002/2018, alterou a composição da Comissão nos seguinte termos: ” I - Designar o Deputado Wilson Santos como membro titular, em substituição ao Deputado Professor Adriano, a partir do dia 03 de abril de 2018, II - Designar o Deputado Guilherme Maluf como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Leonardo, a partir do dia 30 de janeiro de 2018 e III - Designar o Deputado Baiano Filho como suplente, a partir do dia 30 de janeiro de 2018”.

**1.3. Da Prorrogação**

Em 03 de julho de 2018, considerando a aprovação por unanimidade na reunião ordinária do dia 03.07.2018 e por tudo exposto na mesma data, foi apresentado Requerimento nº 263/2018 de prorrogação dos trabalhos desta CPI pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, possibilitando o cumprimento a contento seu mister constitucional previsto nos arts. 58, §3º, da Constituição Federal, e 36, § 3º, da Constituição do Estado de Mato Grosso, tendo sido ouvido o soberano Plenário e na forma regimental expediu-se em 11 de julho de 2018 o ATO Nº 025/2018 prorrogando, por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do FETHAB e do FUNDEB, constituída nos termos do Ato nº 02/2018, publicado no DOEAL/MT de 26 de janeiro de 2018.

**1.4 Desenvolvimento dos Trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito**

**1.4.1 Das Requisições de Documentos**

Em 07 de fevereiro de 2018, foi encaminhado à SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEFAZ/MT o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2018, atendido em 14 de fevereiro de 2018 pelo Ofício nº 139/2018/GSC/CCV – CASA CIVIL, relacionado, também, ao Ofício nº 0362/GSF-SEFAZ-MT/2018, Ofício nº 116/2018/GSC/CCV.

No dia 07 de fevereiro de 2018, foi encaminhado à ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 02/2018, respondido em 14 de fevereiro de 2018 pelo Ofício nº 26/2018.

Em 07 de fevereiro de 2018, foi encaminhado à COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 03/2018, atendido em 14 de fevereiro de 2018 pelo Ofício CONAB/SUREG-MT nº 238/2018.

No dia 27 de fevereiro de 2018, foi encaminhado ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, por intermédio da SEDUC/MT, os ATOS DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 04 e 05 /2018, ambos protocolados na SEDUC/MT, os quais foram atendidos em 12 de março de 2018 pelo Ofício Nº 686/2018 – SEDUC/SAGI.

No dia 06 de março de 2018, foi encaminhado à CASA CIVIL o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 06/2018, o qual foi atendido em 12 de março de 2018, tendo como anexo o ofício nº 0620/GSF-SEFAZ/2018, Nota Técnica nº 56/201 – SATE/SEFAZ.

Na data de 06 de março de 2018, foi encaminhado à CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO – CGE/MT o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 07/2018, tendo sido atendido em 12 de março de 2018 pelo ofício CGE/GAB nº 0333/2018, tendo como anexa a cópia impressa e digital do Parecer de Auditoria nº 0846/2016.

No dia 06 de março de 2018, foi encaminhado à CASA CIVIL o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 08/2018, respondido em 09 de março de 2018 pelo Ofício nº 274/2018/GSC/CCV, com cópia impressa digital dos Processos nº 476718/2017 e 489369/2017 e ofício nº 032/2018/GAAG/CCV.

Em 06 de março de 2018, foi encaminhado ao BANCO DO BRASIL o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 09/2018, no qual foi informado em 08 de março de 2018 que tal requisição demandaria tempo, já no dia 12 de março foi encaminhado um pedido adicional de 30 dias para atendimento dessa demanda.

No dia 14 de março de 2018, foi encaminhado à CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO – CGE/MT o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 10/2018, tendo sido respondido em 19 de março de 2018 pelo Ofício nº 327/2018/GSC/CCV, requerendo dilação do prazo, atendido em 23 de março de 2018 pelo Ofício nº 345/2018/GSC/CCV, tendo como anexo o Relatório de Auditoria 007/2018.

No dia 13 de março de 2018, foi encaminhado à CASA CIVIL o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 11/2018, que foi atendido em 23 de março de 2018 pelo Ofício nº 542/2018/GS/SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFRA.

No dia 03 de abril de 2018, foi encaminhado ao CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FETHAB o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº12/2018.

No dia 29 de maio de 2018, foi encaminhado ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 13/2018, reiterado pelo ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO Nº 15, o qual foi atendido em 25 de junho de 2018 pelo Ofício 989/2018.

No dia 03 de abril de 2018, foi encaminhado à SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS – SSL/ALMT o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº14/2018, o qual foi atendido.

No dia 29 de maio de 2018, foi encaminhado à SINFRA o ATO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 16/2018, o qual foi atendido em 06 de junho de 2018 pelo Ofício nº 821/2018/GS/SINFRA.

**1.4.2 Das Convocações e Oitivas**

No dia 22 de fevereiro de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 01/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 20/02/2018, convocando o Sr. PEDRO ANTONIO ESTRELLA PEDROSA para Reunião Ordinária no dia 13/03/2018, tendo sido respondido em 07/03/2018, mediante o Ofício nº 6467/2018/Cgfse/Digef-FNDE, no qual colocou à disposição da Assembleia Legislativa a Servidora SYLVIA CRISTINA TOLEDO GOUVEIA, Coordenadora Nacional do FUNDEB, sendo a oitiva realizada no dia 13 de março de 2018.

No dia 27 de fevereiro de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 02/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 20/03/2018, convocando o Sr. NEURILAN FRAGA para Reunião Ordinária no dia 20/03/2018, que após algumas dilatações de prazo foi ouvido no dia 5 de junho de 2018.

No dia 27 de fevereiro de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 03/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 27/02/2018, convocando a Sra. CESARINA SANTOS para Reunião Ordinária no dia 20/03/2018, tendo a oitiva sido realizada na referida data.

No dia 27 de fevereiro de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 04/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 27/02/2018, convocando o Sr. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA para Reunião Ordinária no dia 03/04/201, sendo modificada a oitiva realizada no dia 24 de abril de 2018.

No dia 03 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 05/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 03/04/2018, convocando a Sr. MARCELO DUARTE MONTEIRO para Reunião Ordinária no dia 17/04/2018, tendo a oitiva sido realizada na referida data.

No dia 03 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 6/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 03/04/2018, convocando a Sr. MARCO AURÉLIO MARRAFON para Reunião Ordinária no dia 24/04/2018, tendo a oitiva sido realizada na referida data.

No dia 3 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 7/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 03/04/2018, convocando o Sr. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA para Reunião Ordinária no dia 10/04/2018, tendo a oitiva sido realizada na referida data.

No dia 3 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 8/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 03/04/2018, convocando o Sr. FRANCISCO SERAFIM DE BARROS para Reunião Ordinária no dia 17/04/2018, tendo sido dispensado de testemunhar na referida data.

No dia 3 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 09/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 03/04/2018, convocando o Sr. LEONEL JOSÉ BOTELHO MACHARET para Reunião Ordinária no dia 10/04/2018, tendo sido dispensado de testemunhar na referida data.

No dia 3 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 10/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 03/04/2018, convocando o Sr. EMERSON ALVES SOARES para Reunião Ordinária no dia 24/04/2018, tendo a oitiva sido realizada na referida data.

No dia 10 de abril de 2018, foi realizado o ATO DE CONVOCAÇÃO DE TESTEMUNHA Nº 11/2018, após aprovação dos membros da CPI na Reunião Ordinária realizada em 10/04/2018, convocando a Sra. CLEIDE REGINA DA COSTA para Reunião Ordinária no dia 17/04/2018, tendo sido dispensada de testemunhar na referida data.

**1.6. Parecer da Procuradoria-Geral da AL-MT**

O acervo documental da Comissão Parlamentar encartado no processo nº03/2018 foi encaminhado para Procuradoria-Geral da AL-MT, por meio de do memorando Nº0027/2018/ALMT – CPI FUNDEB/FETHAB.

A Procuradoria, após análise minuciosa, exarou parecer nº360/2018 com a seguinte conclusão:

**“Diante de todo exposto e da respectiva análise da totalidade dos volumes do processo administrativo da CPI do FUNDEB/FETHAB, opino pela integral legalidade dos procedimentos e atos praticados pela comissão parlamentar de inquérito”.**

Desta forma, entendemos não haver qualquer vício jurídico formal ou material no decorrer dos trabalhos desta Comissão.

1. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB**
   1. **Definição do FUNDEB**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente.

A implantação do FUNDEB foi iniciada em 1º de janeiro de 2007 e realizada de forma gradual, alcançando a plenitude em 2009, quando o Fundo funcionou com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem alcançaram o patamar de 20% de contribuição.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, 25% das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios se encontram vinculados à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos da educação passaram a ser sub-vinculados ao Ensino Fundamental (60% de 25% = 15% dos impostos e transferências), sendo que parte dessa sub-vinculação de 15% passava pelo Fundef, cuja partilha dos recursos, entre o Governo Estadual e seus Municípios, tinha como base o número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.

Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a sub-vinculação das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios passaram para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a Educação Básica, por meio do FUNDEB, que promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (artigo 211 da Constituição Federal). Ou seja, os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base nos alunos do ensino fundamental e médio. Da mesma forma, a aplicação desses recursos pelos gestores estaduais e municipais deve ser direcionada, levando em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica.

## Característica do FUNDEB

O FUNDEB não é considerado Federal, Estadual, nem Municipal, por se tratar de um fundo de natureza contábil, formado com recursos provenientes das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal); pelo fato da arrecadação e distribuição dos recursos que o formam serem realizadas pela União e pelos Estados, com a participação dos agentes financeiros do Fundo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e, em decorrência dos créditos dos seus recursos serem realizados automaticamente em favor dos Estados e Municípios de forma igualitária, com base no número de alunos. Esses aspectos do FUNDEB o revestem de peculiaridades que transcendem sua simples caracterização como Federal, Estadual ou Municipal.

Assim, dependendo da ótica que se observa, o Fundo tem seu vínculo com a esfera Federal (a União participa da composição e distribuição dos recursos), a Estadual (os Estados participam da composição, da distribuição, do recebimento e da aplicação final dos recursos) e a Municipal (os Municípios participam da composição, do recebimento e da aplicação final dos recursos).

## A vigência do FUNDEB

A Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, que criou o FUNDEB, estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir da sua promulgação, para sua vigência. Assim, esse prazo será completado no **final de 2020.**

## Composição do FUNDEB

O FUNDEB é composto em quase sua totalidade, por recursos dos próprios Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo constituído de:

* Contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios, de 20% (vinte por cento) sobre:
* Fundo de Participação dos Estados – FPE
* Fundo de Participação dos Municípios – FPM
* Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS
* Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp
* Desoneração de Exportações (LC 87/96)
* Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD
* Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA
* Quota Parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios – ITRm
* Receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

A complementação da União é de 10% (dez por cento) do total de recursos do FUNDEB nos Estados e Municípios.

Dos valores destinados ao **Estado de Mato Grosso** nos anos de 2015 e 2016, os tributos federais representaram 29% (vinte e nove por cento) da receita do fundo e os tributos estaduais contribuíram em 71% (setenta e um por cento) na formação do valor Global do fundo. Já em 2017 a União contribuiu com 28% (vinte oito por cento) do valor e os tributos estaduais 72% (setenta e dois por cento) do montante anual.

Da análise destes percentuais, é notório que a arrecadação e o repasse tempestivo dos tributos estaduais têm importância majorada e, o seu atraso reflete diretamente nas ações de educação a ele vinculada.

## 2.5. Distribuições dos Recursos

A partição dos recursos é calculada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme o artigo 211 da Constituição Federal. Ou seja, os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e a Estado com base no número de alunos do ensino fundamental e médio.

A Comissão Parlamentar de Inquérito analisou os anos de 2015, 2016 e 2017, sendo que no ano de **2015,** de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional-STN, o montante destinado ao Estado de Mato Grosso foi de **R$2.356.649,00 (dois bilhões trezentos e cinquenta e seis milhões seiscentos e quarenta e nove mil reais),** sendo que 55% (cinquenta e cinco por cento) deste total teve como destinatário o Estado, e 45% (quarenta e cinco por cento) os Municípios.

No ano de **2016** o total de arrecadação atingiu o valor de R**$ 2.710.489,00 (dois bilhões setecentos e dez milhões quatrocentos e oitenta e nove mil )**permanecendo a partição em 55% (cinquenta e cinco por cento) a rede estadual, e 45%(quarenta e cinco por cento) aos Municípios.

No ano de **2017** a arrecadação foi **de R$ 2.759.785,00 (dois bilhões setecentos e cinquenta e nove milhões setecentos e oitenta e cinco mil reais),** tendo uma pequena oscilação nos paramentos de destinação, tendo sido 54% (cinquenta e quatro por cento) a gestão estadual, e 46% (quarenta e seis por cento) a rede municipal de educação.

Em 2018, até o mês de novembro, o montante arrecadado foi de **R$ 2.532.558,00(dois bilhões quinhentos e trinta e dois milhões quinhentos e cinquenta e oito mil reais),** sendo destinada 52% (cinquenta e dois por cento) a gestão estadual, e 48%(quarenta e oito por cento) a rede municipal de educação.

## 2.5.1. Sistemática da Distribuição

A arrecadação dos recursos que compõem o FUNDEB é realizada pela União e pelos Governos Estaduais, a disponibilização dos recursos gerados, deve ser realizado periodicamente pelo Tesouro Nacional e pelos Órgãos Fazendários dos Governos Estaduais, ao Banco do Brasil, o qual deve proceder com a distribuição dos recursos mediante crédito em favor dos Estados e Municípios beneficiários, em conta única e específica instituída para essa finalidade, no próprio Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal (art. 1º da Portaria Conjunta nº 3, da Secretaria do Tesouro Nacional e do FNDE, de 12/12/2012).

Conforme a norma vigente, os recursos do FUNDEB devem ser distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme artigo 211 da Constituição Federal. Ou seja, os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental (inclusive EJA), e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio (inclusive EJA), observada a escala de inclusão.

## 2.5.2 A Periodicidade do Crédito dos Recursos nas Contas Bancárias do FUNDEB

De Acordo com as orientações do FNDE[[1]](#footnote-1) os créditos nas contas específicas do FUNDEB de cada governo, **devem ocorrer** na mesma periodicidade em que são creditados os valores das fontes “mães” (ICMS, FPE, FPM, IPIexp, ITRm, LC/87, IPVA e ITCMD) alimentadoras do FUNDEB. O total repassado em um determinado mês, portanto, resulta da soma de todos os créditos realizados no decorrer daquele mês. A periodicidade dos créditos varia, em função da origem dos recursos que compõem o Fundo, ocorrendo da seguinte forma:

|  |  |
| --- | --- |
| **Origem dos Recursos** | **Periodicidade do Crédito** |
| ICMS | Semanalmente |
| FPE, FPM, IPIexp e ITRm | Decendialmente |
| Desoneração de Exportações (LC 87/96) e Complementação da União | Mensalmente |
| IPVA e ITCMD e outros | Conforme cronograma de cada Estado |

Em face da natureza das transferências dos recursos do FUNDEB (repasses constitucionais) e da automaticidade dos créditos (sem necessidade de autorizações ou convênios), a regularidade é uma importante característica a ser observada nos créditos realizados nas contas específicas do Fundo no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

Os créditos devem ocorrer fielmente e sem atrasos, com a mesma periodicidade em que são creditados os valores das fontes “mães” (FPM, FPE, ICMS, IPIexp, LC 87/96, ITCMD, IPVA e ITR) alimentadoras do FUNDEB, facilitando a programação e a utilização dos recursos, por parte dos Estados e Municípios.

# **Da Utilização dos Recursos**

Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (Ensino Fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino e/ou vespertino ou noturno) e da localização da escola (zona urbana, zona rural, área indígena ou quilombola), levando-se em consideração os respectivos âmbitos de atuação prioritária (artigo 211 da Constituição Federal), que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica. Ou seja, os Municípios devem utilizar recursos do FUNDEB na educação infantil e no ensino fundamental, e os Estados no ensino fundamental e médio, sendo:

O mínimo de **60% (sessenta por cento**) na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública e o restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública.

## Administração dos Recursos do FUNDEB

A Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (art. 69, § 5º) estabelece que o órgão responsável pela educação seja o gestor (administrador) dos recursos da educação.

Na forma do disposto no artigo 69, parágrafo 5º, da Lei nº 9.394/1996, a movimentação dos recursos financeiros creditados na conta bancária única e específica do FUNDEB deverá ser realizada pelo(a) Secretário(a) de Educação (ou o responsável por órgão equivalente) do respectivo governo, solidariamente com o Chefe do Poder Executivo, atuando mediante delegação de competência deste, para atuar como ordenador de despesas desses recursos, tendo em vista a sua condição de gestor dos recursos da educação.

# **2.7. Dos Atrasos nos Repasses no Estado de Mato Grosso**

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso tomou conhecimento das suspeitas de atraso nos repasses do FUNDEB por meio de da **Nota Pública** datada de 16/01/2018, firmada pela AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios, SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Publico de Mato Grosso, CEE - Conselho Estadual de Educação, Undime - União dos Dirigentes Municipais de Educação e a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, constava: “Que foi verificado DESCOMPASSO entre os números levantados pela AMM da relação entre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o repasse da cota-parte do FUNDEB aos municípios em 2017, se comparados com as receitas do imposto e do Fundo, em 2016”.

Conforme nota, constatou-se discrepância entre os números, com repasses menores em 2017, principalmente a partir do mês de agosto. Tal diferença não se justifica, pois o crescimento do ICMS no exercício de 2017 foi de aproximadamente 5% (cinco por cento), em comparação a 2016.

Em busca da verdade sobre os fatos, foram ouvidos na condição de testemunhas, os representantes do Governo do Estado bem como os representantes das instituições que identificaram os supostos atrasos nos repasses dos valores arrecadados do FUNDEB.

Sendo de salutar importância a reprodução de trechos da oitiva do Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Sr. Neurilan Fraga, realizada em 05 de junho de 2018, conforme segue:

*“O SR. NEURILAN FRAGA – (...) Eu fiz uma apresentação muito rápida, até para mostrar alguns números que* ***comprovam que de fato o Governo do Estado utilizou recursos do FUNDEB, segurou os recursos do FUNDEB, durante o ano de 2017,*** *praticamente de todos os meses. Nós sabemos, aqui já passaram outras pessoas, inclusive representantes do FNDE, que colocaram que os recursos do FUNDEB são recursos provenientes das receitas estaduais e municipais, e que o grande contribuinte dos recursos do FUNDEB são o ICMS, o FPE e o FPM. O FPE é o Fundo de Participação dos Estados e o FPM é o Fundo de Participação dos Municípios.*

*O* ***Governo, na hora que recebe o ICMS, automaticamente tem que repassar os recursos do FUNDEB para os Municípios todas as terças-feiras.*** *É com esses recursos os Prefeitos pagam os salários dos profissionais da educação, 60% do bolo do FUNDEB são aplicados no pagamento de salários dos professores, servidores da área da educação e 40% na área de investimento, treinamento e capacitação. Se esses recursos não vão todas as semanas para as prefeituras, os prefeitos não têm como pagar o salário dos profissionais da educação, porque os salários dos profissionais da educação são pagos com o FUNDEB. No caso específico, em Mato Grosso, os prefeitos já estão usando uma parte do seu recurso da arrecadação própria para complementar o salário, porque o FUNDEB é pouco, é pequeno e não dá para pagar toda a folha salarial dos profissionais da educação.*

*Então, eu fiz alguma informação que eu vou passar para vocês. Eu não sei...*

*Eu coloquei uma taxa da evolução da economia de Mato Grosso mostrando nos gráficos que o PIB do Estado de Mato Grosso cresceu, vem crescendo. Então, não justifica falar que não tem como repassar recurso do FUNDEB na data certa, no momento certo, porque houve uma queda no PIB de Mato Grosso. Isso não é verdadeiro! O PIB de Mato Grosso cresceu mais que o PIB do Brasil. O PIB do Brasil é aquele verde mais claro e o verde mais escuro, inclusive, com alguns saltos... Só teve uma queda em 2006 e, depois, em 2015, que houve uma queda, mas o PIB de Mato Grosso sempre cresceu mais que o do Brasil. Então, não justifica: ‘Ah, estamos em crise. A economia de Mato Grosso caiu, não desenvolveu,’.*

*Aqui prova muito bem, esse gráfico aí: a taxa de crescimento num gráfico mais fácil de vocês observarem, esse verde mais clarinho, é do Brasil e o outro mais escuro é de Mato Grosso, em bilhões de reais, mostrando o crescimento do nosso PIB em reais, porque lá era em percentual e aqui está em reais. Esse crescimento é progressivo. Praticamente, tem uma ascensão bastante uniformizada. Então, caracteriza o aumento de receita do Estado de Mato Grosso em bilhões de reais.*

*Outro gráfico.*

*Nós provamos que na produção agrícola, que é o carro-chefe da nossa economia, houve um crescimento substancial do algodão nas safras de 2007/2008 para 2017/2018, que saiu de 01 bilhão e 900 mil toneladas para 03 bilhões de toneladas.* ***Então, houve um crescimento substancial, da soja, também, que é a maior produção que temos, saindo de 17 milhões de toneladas para 31 milhões na safra passada. Quer dizer, um crescimento substancial da nossa economia, e não justifica que o Governo se aproprie de recursos que são da educação e de recursos que são dos municípios****.*

*O milho... Olha o crescimento do milho, que é de 07 milhões de toneladas para 25 milhões, crescimento substancial, extraordinário, que tivemos, e o milho não é... não tem... O milho quase não é exportado.*

*Bom, aí, também, mostra a arrecadação do ICMS de janeiro a dezembro de 2008 a 2017; 2008 do ICMS, porque do ICMS que vem 20% vai para o FUNDEB. Então, nós estamos mostrando o crescimento do ICMS até o ano de 2017, na casa dos 09 milhões e 49 mil reais de ICMS.*

*Aí é um mapa falando da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional - LDB e as despesas que podem ser caracterizadas como as manutenções no desenvolvimento do ensino no MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Então, o que pode ser gasto, isso tanto no FUNDEB do Estado como no FUNDEB dos municípios, porque o Estado tem a parte dele, o FUNDEB tem a parte dele, como nós temos a nossa. Onde pode ser gasto? Não pode ser gasto em outra atividade, pagamento de salário, etc., etc., com esses recursos.*

*O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, que está aí, foi criado pela Emenda Constitucional nº 53. É de âmbito estadual. Há um Fundo por Estado e 20% são destinados para a composição do Fundo, dos recursos vinculados à educação básica, outros 5% dos mesmos impostos e transferências são obrigatórios para a composição do mínimo constitucional para o investimento do MDE e não são automáticos. Algumas informações complementares: ali impostos e transferências consideradas na composição do FUNDEB em cada Estado e no Distrito Federal.*

*Eu estou passando essa lâmina rápida, porque vou deixar disponível para a equipe técnica.*

*(....)****Como eu previ nas lâminas passadas que o ICMS cresceu, vem crescendo nos anos, o ICMS do FUNDEB é muito maior. Ele vai aumentando a participação! Então, fica muito bem caracterizado que não pode haver crise no repasse do FUNDEB para as prefeituras, porque o desconto é automático. O repasse tem que ser automático.*** *Transferência da cota-parte dos municípios no período... Aí, estamos colocando, de 2015 a 2017, o crescimento que houve da cota-parte do ICMS para os Municípios. Vou deixar, depois, com vocês. Repasse da contribuição do FUNDEB para os Municípios no período 2015 a 2017.* ***Aí começa a aparecer a questão da apropriação indevida, da movimentação irregular do FUNDEB por parte do Governo do Estado.****”*

*(O SR. NEURILAN FRAGA DEMONSTRA OS DADOS POR MEIO DO DATASHOW.)*

*“O SR. NEURILAN FRAGA* ***– Se nós pegarmos a variação entre 2015, 2016 para 2017, perceberemos com clareza que no mês de janeiro já começaram a aparecer informações, se comparadas com anos anteriores, bem menores do que deveriam ser repassadas às prefeituras. Não dá para ver bem o número daqui, mas o primeiro é 39 - não é - ou 38% do mês de janeiro, a diferença de variação do FUNDEB de 2016-2017, chegando até 40%; em março, se segurou os recursos dos municípios; e 24 em julho. Foram os 02 meses que mais se segurou recursos dos municípios. Em setembro, 28%; novembro, 44%; e dezembro repassou 186, parece-me, ou 185. Não estou vendo daqui, mas... Está bem perto de mim, mas eu não estou vendo; 185% em dezembro****. Isso aqui fica claro, não é... Fica muito claro que nesses meses o Governo do* ***Estado recebia o ICMS que foi crescente em relação a 2016. Foi crescente! Houve crescimento do ICMS quase em torno de 7%, no entanto, não repassava os recursos às prefeituras. Quer dizer, segurava os repasses****. O que tem que ficar muito caracterizado aqui é que o FUNDEB, os 20% que vêm do ICMS, do FPE, do FPM e de outros impostos com valores menos significativos, esses recursos não são do Governo do Estado como os 25% do ICMS que são dos Municípios não são do Estado. Quando o Estado segura o repasse do ICMS nas terças-feiras... Aconteceu muito isso no ano de 2017.* ***Espero que o Tribunal de Contas tenha apontado isso, porque ele não pode usar de duas medidas. O pau que bate em Chico tem que bater em Francisco. Eles batem muito nos prefeitos quando não fazem o dever de casa.***

*Providências tomadas: começamos a* ***perceber que havia uma retenção dos recursos do FUNDEB a partir do mês de junho, julho...*** *Agosto? Em agosto começamos a perceber que o valor do ICMS que os municípios estavam recebendo estava crescendo e o FUNDEB diminuindo. Se 67% do FUNDEB vem do ICMS, como que a receita do Estado está crescendo, do ICMS, e o FUNDEB diminuindo?* ***Nós começamos a fazer investigação, mas, infelizmente, fica aqui registrado que as informações junto à Secretaria de Fazenda são muito difíceis****. A Secretaria de Fazenda do Estado é uma caixa preta. Não há transparência lá. Eu tive uma reunião com o Secretário Galo e ele ficou de abrir os números para a AMM. Se nós temos direito a 25% do ICMS e 20% do FUNDEB, que é nosso, temos o direito de ter acesso a essas informações. Hoje, tudo é público; tem que estar no Portal da Transparência; tem* ***que estar no FIPLAN. Esse FIPLAN fica mais fora da área e nem tudo é lançado****... Em agosto nós solicitamos informações da SEFAZ,* ***mas não conseguimos. Estávamos acompanhando pari passu e em dezembro, ao ser anunciado o recebimento do FEX, (...) o Governo alegou que estava pegando dinheiro do FEX para repor o FUNDEB. Então, aí fica comprovada a tese que estávamos analisando mês a mês de que estava havendo, sim, uma apropriação indevida dos recursos do FUNDEB.*** *Fizemos, então, a representação pública perante o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e à própria Assembleia Legislativa.* ***Com relação ao impacto foram esses que já apontei. As outras áreas, as outras Secretarias, foram sacrificadas quando o Prefeito tirava o recurso de lá para poder bancar o salário dos profissionais da educação, porque o Governo segurou recursos do FUNDEB naquele mês. E, depois, no início do ano os municípios todos inadimplentes, aqueles que não conseguiram prestar contas. Mais de 90 municípios ficaram inadimplentes. Tivemos que entrar com esses pedidos na Justiça para que eles saíssem dessas penalidades.”***

Sobre o tema é imperioso destacar a oitiva da Coordenadora Nacional de Operacionalização do FUNDEB, Sylvia Cristina Toledo Gouveia, que na ocasião afirmou que não há notícias de que outros Estados tenham retido os repasses às Prefeituras como Mato Grosso fez, segundo aponta a AMM. Ela, também, informou que a União não atrasou as transferências para o Fundo regulamentado pela Lei 11.494/2007.

Sobre o atraso nos repasses, registra-se que em matéria no *site* *Olhar Direto [[2]](#footnote-2)*, em 29.03.2018, o Sr. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA-SEFAZ/MT, à época dos fatos investigados, manifestou-se nos seguintes termos:

“A **verdade é que havia no ano passado uma grande insuficiência financeira** no Estado e essa é a causa de todo tipo de atraso. Eu não vou falar especificamente disso, mas todos os atrasos são causados por uma insuficiência financeira e é isso que tem que debater. Não adianta só debater os sintomas. Nós temos que debater, também, as causas e propor saídas.”.

Em 24/04/2018 foi realizada a oitiva do Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, que prestou as seguintes informações:

“Tenho acompanhado os trabalhos da CPI à distância. Não tenho mais participação ativamente na vida pública e é uma grande oportunidade estar, hoje, aqui para que possamos tentar esclarecer muitos dos fatos que, pelo acompanhamento que eu tenho feito, entendo que carecem desse esclarecimento. (...)

**Primeiro, esclarecendo, Deputado, sim, é claro, evidente e patente que houve atraso no repasse à composição do FUNDEB, chamado Fundão, por parte da Secretaria de Fazenda, repasses esses causados por insuficiência financeira**. Eu não pretendo me alongar nas causas dessa insuficiência. Acho que todos nós conhecemos tudo que aconteceu com o estado fiscal do Estado de Mato Grosso e de diversos outros Estados, é preciso que se diga isso, e digo sempre que a Secretaria de Fazenda é o lugar onde os sintomas aparecem. As causas não são geradas lá e creio que o grande papel dessa Comissão é entender como é que nós mitigamos os efeitos dessas causas muito bem elencadas aqui, que geram insuficiência financeira para o Tesouro. **O Tesouro não tinha as datas programadas para o repasse do** FUNDEB, esses recursos, efetivamente, disponíveis. Aliás, é fato público e notório que alguns dos compromissos, ainda do ano de 2016, posso citar aqui a questão dos repasses dos duodécimos, ainda, não conseguiram ser inadimplidas pelo Tesouro.

Quanto aos valores, Deputado, o que nós tivemos ao longo do ano de 2017, como eu já relatei anteriormente, é quase que um **estado de exceção fiscal para diversos Estados da União.** Nós começamos o ano e até o mês de abril conseguimos adimplir com as parcelas regulares de ICMS aos municípios, com grande parte dos duodécimos para os Poderes, com os repasses ao FUNDEB e tantas outras obrigações que são sabidas do Tesouro. Mas já em março, com uma parcela da dívida dolarizada sem suporte financeiro e sem lastro financeiro**, começou a causar uma insuficiência financeira no Estado**. Assim, nós evoluímos, e é natural que haja uma insuficiência financeira ao longo do ano fiscal, porque a receita começa um pouco mais devagar do que 1/12 da fração que seria no ano e o Estado tem obrigações mensais, além dessas que eu citei aqui, por exemplo, a folha de pagamento, que a Constituição do Estado determina que seja paga até o 10º dia do mês seguinte ao labor do servidor público.

Nós temos para o Tesouro do Estado toda uma programação anual, que é desdobrada semestral, trimestral e mensalmente, e dentro do mês dois aspectos têm que ser observados, Deputado. (...) Algumas obrigações do Tesouro vencem no decênio: folha no primeiro decênio, FUNDEB em cada um dos decênios, como já foi aqui relatado, mas nós temos, também, outras obrigações, como, por exemplo, ICMS, que é todo segundo dia útil da semana se apura o que arrecadamos na semana anterior e no segundo dia útil, via de regra, terça-feira, isso acontece. **Calcule o senhor que esse descompasso entre os compromissos que estão amarrados a dias numéricos do mês e dias da semana, dias úteis da semana a serem cumpridos, num esquema de flutuação de receita** que é mensal, os contribuintes, principalmente os do ICMS, que é a principal receita do Estado, recolhe em datas específicas, dia 8, dia 12, dia 20 e assim por diante, causa desencaixe financeiro. **A soma desses desencaixes financeiros gera no Tesouro o que nós chamamos de pressão fiscal total. Essa pressão fiscal gerou uma insuficiência para o FUNDEB, gerou uma insuficiência para o duodécimo e tudo isso está muito bem relatado nos relatórios técnicos apresentados.(...) Especificamente sobre o FUNDEB** que o senhor me perguntou, pouco mais de **330 milhões de reais, em que pese que o Tesouro do Estado aportou à Secretaria de Educação, como disse aqui anteriormente o Secretário Marco Marrafon, mais de 380 milhões de reais para que ela pudesse dar continuidade às suas atividades de maneira regular durante o ano sem que, ainda, tivessem sido registradas essas receitas do FUNDEB**. Vou fazer menção a um fato específico, que acho muito relevante para que possamos esclarecer isso.(...) A conta que é preciso deixar clara é que, se por um lado havia uma grande insuficiência financeira, a própria lei salarial que dobra o poder de compra dos professores - lembra-me muito bem o Deputado Wilson Santos - tem que ser suportada e está sendo cumprida pelo Governo.

Fora isso tem outras questões com municípios, eu disse repasse para a saúde e tudo isso, e isso gerou no Tesouro uma insuficiência que passou de 1 bilhão de reais ao longo do ano, Deputado.

O Tesouro Nacional, em setembro, chegou a nos cobrar numa reunião presencial, em Brasília, que por causa da demora na aprovação da chamada PEC dos Gastos, depois virou Emenda Constitucional do Teto de Gastos, o Estado depositasse a vista 382 milhões de reais ao **Tesouro Nacional, que era o que vínhamos deixando de pagar de dívida com o Tesouro, acreditando na implementação do teto de gastos. Então, somando isso, dívida com os Poderes, dívida com o FUNDEB, tudo isso, essa pressão passou de 1 bilhão, em alguma data que eu não sei lhe precisar, por volta de setembro, e chegou a 1 bilhão e 200 milhões de reais.** Por que é que eu digo tudo isso? Porque se por um lado houve essa insuficiência para o FUNDEB, por outro lado houve toda uma gestão de crise por parte do Tesouro que impediu que acontecessem greves e colapsos nos municípios. (...) Então, eu quero lhe deixar claro que, se por um lado faltou para o **FUNDEB, o Tesouro se sacrificou muito para sustentar as políticas de educação. Fechamos o ano com 29%** de aplicação em educação - isso já foi demonstrado pelo Secretário Rogério Gallo -, suportamos os municípios e aumentamos, e muito, os repasses aos municípios até com recuperação de valores que eram devidos ao erário. **Então, essa ausência de repasse do FUNDEB foi causada por insuficiência.**

Espero ter detalhado aqui algumas dessas insuficiências que o Tesouro sofreu no ano de 2017. (...)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Sr. Presidente, irei encerrar esta primeira etapa. Aproveito a fala do ex-Secretário Gustavo, os 330 milhões de reais aportados da SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO direto da Fonte 100, lembrando que esse recurso precisava entrar via 122, esse dinheiro entrando precisa de repasse automático 46% aos municípios - 54% ficam na SEDUC-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO e 46% vão para os municípios.

Mas eu vou fechar essa primeira etapa, Gustavo, e fazer uma pergunta simples.

O Secretário Marco Marrafon, que faz parte do Governo, minimamente deixou claro que, apesar da retenção de 330 milhões de reais, ele pode se organizar para pagar folha e para cumprir os seus compromissos.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor: por que os municípios não foram avisados e preparados para essa retenção ao longo de 2017, ao ponto de ter um repasse no último dia do ano e eles terem passado o ano com esse recurso em caixa, incorrendo em improbidade administrativa? Os municípios foram, vou repetir, surpreendidos com esse repasse que tiveram, dinheiro deles, inclusive, no dia 27 de dezembro, e não estavam preparados para fazer, naquele momento, o pagamento atrasado, fechar folha de pagamento. Aqui, na Assembleia Legislativa, houve chuva de prefeitos chorando quanto ao que eles iam fazer. Esta CPI, por meio de uma consulta da Mesa Diretora ao Tribunal de Contas, regularizou contabilmente a questão dos municípios, que passaram o ano acima de 5% do FUNDEB nas contas, incorrendo, então, em improbidade administrativa. Se na SEDUC-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO o Secretário Marco Marrafon se organizou para dar conta de pagar, mesmo atrasado, seus compromissos e a retenção desse recurso na ordem de 330 milhões, por que não teve o mesmo tratamento com os municípios?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Deputado, a resposta para sua pergunta é um espelho nos municípios do que aconteceu no Estado. **Como havia insuficiência financeira na SEDUC-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, o Tesouro Estadual teve que fazer aportes extraordinários à SEDUC-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO e com isso suportar as despesas da Secretaria de Educação.** Assim, em conversa com diversos Secretários de Finanças dos municípios, eles, também, têm que fazer aportes adicionais em educação, em saúde e os mínimos constitucionais não(...) são suficientes para as políticas públicas nessa área, isso é um fato, e os tesouros municipais tiveram que complementar esses valores. **Chegamos ao final de dezembro, o Estado, finalmente, recebe o chamado FEX,** vamos lembrar aqui que graças a um trabalho do Senador Wellington Fagundes, é preciso dizer isto, ele foi o Relator do Orçamento Geral da União pelo ano de 2017 e pela primeira vez na história o FEX constava do Orçamento Geral da União. A Bancada trabalhou profundamente, todas as Bancadas dos Estados que têm direito ao FEX trabalharam para que esse valor estivesse disponível no Ministério da Fazenda. Nós estivemos lá diversas vezes, o Governador Pedro Taques, com diversos Governadores e diversos Secretários de Fazenda, em Brasília, cobrando. Isso aconteceu em junho, julho pela promessa que viesse em setembro.

Nós contávamos, Deputado Guilherme Maluf, com essa parcela do FEX para pagar dívida dolarizada do *Bank of America*. Salvou-nos o adimplemento de uma empresa que, à época, devia o Estado de Mato Grosso e que aportou o ICMS atrasado de mais de 6 anos no Estado, valores compensados. Foi isso que salvou o encaixe para que nós pudéssemos pagar a parcela e, ainda assim, honrar a folha de pagamento. **Eu acho que tem um grande ponto para que possamos esclarecer: o que leva a chegarmos a esse ponto? É a Conta Única! Toda vez que o recurso precisa tramitar pela Conta Única para atingir o seu destino, vamos nos lembrar do caso do FETHAB, que é outro tema da CPI, ele acaba, de alguma forma, se misturando a outros recursos que, às vezes, têm prioridade naquele momento para retenção**. Então, o que eu diria, é um apontamento muito bom desta CPI, é que não houve decisão, porque quando o recurso cai na Conta Única deixa de estar segregado. **A única metodologia eficiente para segregar recurso é as contas específicas que não passem pela gestão ou por essa mistura do Tesouro Estadual.”**

Portanto, é confessa e incontroversa a retenção de valores arrecadados relativos ao percentual dos tributos estaduais que compõe o FUNDEB no Estado de Mato Grosso.

# **2.7 Da Apuração do Valor Retido**

Embora as denúncias ora investigadas tragam fatos relativos ao exercício financeiro de 2017, esta Comissão aprofundou na análise dos anos de 2015, 2016, 2017 e, parcialmente, do ano de 2018. Observa-se que nos anos de 2015 e 2016 os repasses mantiveram regularidade em relação ao ingresso de receitas. O mesmo não ocorreu no exercício de 2017, sendo que, comprovadas as alegações constantes na denúncia da AMM e demais entidades representativas, o Governo do Estado de Mato Grosso apropriou-se das receitas do FUNDEB e as destinou para outras finalidades, não sendo possível demonstrar a destinação haja vista os recursos da conta de arrecadação terem sido transferidos para a Conta Única, local que se unem aos recursos de todas as demais naturezas.

Esta Comissão procedeu com análise técnica e minuciosa acerca da emissão das Notas Extra Orçamentarias (NEX) do ano de 2017, sendo possível identificar inúmeras irregularidades.

Foram analisados os dados fornecidos pela SEFAZ-MT, bem como os números informados pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, onde podemos visualizar a evolução dos repasses do FUNDEB nos últimos anos, os valores e percentuais repassados mensalmente, a evolução financeira dos períodos, para tanto é indispensável reproduzir os relatórios de distribuição acumulada conforme planilhas abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem |  | Parcela  destinada ao Estado | Parcela  destinada aos Municípios | Parcela com  origem nas transferências da União | Parcela com  origem nos tributos Estaduais | Distribuição entre as UF |
| UF | FPE | FPM | IPI | COUN | LC8796 | ITR | ICMS | IPVA | ITCMD | **TOTAL** |
| AC | 522.606 | 84.936 | 36 | - | 355 | 78 | 194.715 | 11.481 | 910 | **815.117** | 62% | 38% | 75% | 25% | 0,6% |
| AL | 635.515 | 380.425 | 555 | 627.725 | 3.277 | 344 | 617.058 | 42.899 | 4.259 | **2.312.057** | 28% | 72% | 71% | 29% | 1,7% |
| AM | 426.273 | 244.910 | 7.549 | 720.920 | 3.931 | 241 | 1.499.727 | 61.064 | 1.986 | **2.966.599** | 45% | 55% | 47% | 53% | 2,2% |
| AP | 521.232 | 62.435 | 2.121 | - | 1.585 | 132 | 157.495 | 13.264 | 101 | **758.365** | 64% | 36% | 77% | 23% | 0,6% |
| BA | 1.435.403 | 1.488.190 | 52.766 | 2.670.318 | 14.495 | 7.981 | 3.716.112 | 213.471 | 21.392 | **9.620.128** | 29% | 71% | 59% | 41% | 7,2% |
| CE | 1.120.816 | 792.797 | 9.385 | 1.531.793 | 6.352 | 401 | 1.885.841 | 135.125 | 17.104 | **5.499.613** | 25% | 75% | 63% | 37% | 4,1% |
| DF | 105.438 | 27.005 | 1.455 | - | 3.158 | 215 | 1.452.662 | 183.500 | 35.300 | **1.808.733** | 100% | 0% | 8% | 92% | 1,3% |
| ES | 229.146 | 276.771 | 54.087 | - | 16.627 | 801 | 1.897.302 | 96.470 | 15.432 | **2.586.637** | 35% | 65% | 22% | 78% | 1,9% |
| GO | 434.324 | 585.911 | 22.070 | - | 5.205 | 19.166 | 2.649.055 | 212.058 | 57.662 | **3.985.451** | 45% | 55% | 27% | 73% | 3,0% |
| MA | 1.102.683 | 663.294 | 7.670 | 3.124.522 | 6.547 | 906 | 954.779 | 75.142 | 3.134 | **5.938.678** | 21% | 79% | 83% | 17% | 4,4% |
| MG | 680.488 | 2.094.891 | 137.311 | - | 50.326 | 20.641 | 7.542.136 | 859.751 | 143.299 | **11.528.843** | 54% | 46% | 26% | 74% | 8,6% |
| MS | 203.482 | 237.284 | 18.291 | - | 4.815 | 36.016 | 1.399.188 | 72.831 | 22.314 | **1.994.221** | 43% | 57% | 25% | 75% | 1,5% |
| **MT** | **352.565** | **291.501** | **15.388** | **-** | **7.569** | **28.102** | **1.533.143** | **112.202** | **16.178** | **2.356.649** | **55%** | **45%** | **29%** | **71%** | **1,8%** |
| PA | 933.695 | 572.514 | 60.146 | 2.881.643 | 17.018 | 5.159 | 2.031.896 | 92.565 | 5.925 | **6.600.562** | 30% | 70% | 68% | 32% | 4,9% |
| PB | 731.573 | 516.301 | 1.007 | 277.184 | 1.121 | 268 | 884.498 | 46.433 | 4.598 | **2.462.984** | 38% | 62% | 62% | 38% | 1,8% |
| PE | 1.054.104 | 785.631 | 14.213 | 713.572 | 5.794 | 737 | 2.536.208 | 160.567 | 16.860 | **5.287.687** | 37% | 63% | 49% | 51% | 3,9% |
| PI | 660.155 | 423.686 | 219 | 542.434 | 1.176 | 2.849 | 631.608 | 43.714 | 3.316 | **2.309.157** | 28% | 72% | 71% | 29% | 1,7% |
| PR | 440.450 | 1.079.531 | 75.912 | - | 39.322 | 19.419 | 5.025.332 | 596.223 | 99.150 | **7.375.338** | 53% | 47% | 22% | 78% | 5,5% |
| RJ | 233.378 | 470.024 | 144.186 | - | 22.874 | 1.729 | 6.620.439 | 522.780 | 181.880 | **8.197.290** | 32% | 68% | 11% | 89% | 6,1% |
| RN | 638.234 | 395.509 | 774 | 197.587 | 1.412 | 310 | 889.651 | 56.531 | 3.509 | **2.183.518** | 39% | 61% | 57% | 43% | 1,6% |
| RO | 430.123 | 135.504 | 3.431 | - | 973 | 581 | 645.476 | 37.131 | 898 | **1.254.117** | 55% | 45% | 45% | 55% | 0,9% |
| RR | 378.962 | 79.267 | 21 | - | 149 | 103 | 130.136 | 8.993 | 368 | **598.000** | 58% | 42% | 77% | 23% | 0,4% |
| RS | 359.729 | 1.081.042 | 105.851 | - | 39.173 | 19.716 | 5.455.112 | 482.686 | 120.397 | **7.663.706** | 50% | 50% | 21% | 79% | 5,7% |
| SC | 195.508 | 623.535 | 52.449 | - | 14.006 | 3.301 | 3.062.885 | 439.085 | 52.700 | **4.443.468** | 44% | 56% | 20% | 80% | 3,3% |
| SE | 634.781 | 238.358 | 320 | - | 977 | 294 | 559.802 | 31.300 | 3.489 | **1.469.321** | 38% | 62% | 60% | 40% | 1,1% |
| SP | 152.764 | 2.128.696 | 197.085 | - | 121.453 | 39.519 | 24.896.816 | 2.891.188 | 513.357 | **30.940.878** | 51% | 49% | 9% | 91% | 23,0% |
| TO | 662.997 | 227.005 | 1.127 | - | 307 | 2.278 | 406.714 | 33.632 | 4.506 | **1.338.566** | 52% | 48% | 67% | 33% | 1,0% |
| Totais | 15.276.424 | 15.986.954 | 985.427 | 13.287.698 | 390.000 | 211.286 | 79.275.785 | 7.532.085 | 1.350.023 | **134.295.682** | 43% | 57% | 34% | 66% | 100% |
| Partic. | 11,4% | 11,9% | 0,7% | 9,9% | 0,3% | 0,2% | 59,0% | 5,6% | 1,0% | **100,0%** |  |  |  |  |  |

## DEMONSTRATIVO I - FUNDEB 2015 Distribuição acumulada no ano

## DEMONSTRATIVO II - FUNDEB 2016 Distribuição acumulada no ano

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem |  | Parcela | Parcela | Parcela com | Parcela com |  |
| UF | FPE | FPM | IPI | COUN | LC8796 | ITR | ICMS | IPVA | ITCMD | **TOTAL** | destinada ao Estado | destinada aos Municípios | origem nas transferências da União | origem nos tributos Estaduais | Distribuição entre as UF |
| AC | 608.338 | 97.363 | 56 | - | 355 | 83 | 199.089 | 11.884 | 649 | **917.817** | 62% | 38% | 77% | 23% | 0,6% |
| AL | 736.142 | 435.520 | 477 | 495.411 | 3.277 | 316 | 714.753 | 59.752 | 2.423 | **2.448.071** | 27% | 73% | 68% | 32% | 1,7% |
| AM | 516.262 | 280.480 | 5.733 | 794.888 | 3.931 | 217 | 1.411.884 | 59.980 | 1.611 | **3.074.985** | 45% | 55% | 52% | 48% | 2,2% |
| AP | 600.311 | 71.599 | 1.693 | - | 1.585 | 130 | 140.454 | 12.406 | 172 | **828.349** | 64% | 36% | 82% | 18% | 0,6% |
| BA | 1.621.403 | 1.702.703 | 41.234 | 2.867.390 | 14.495 | 7.841 | 3.774.268 | 216.251 | 26.115 | **10.271.698** | 29% | 71% | 61% | 39% | 7,2% |
| CE | 1.269.043 | 907.405 | 6.107 | 1.637.019 | 6.352 | 380 | 1.991.451 | 145.826 | 132.393 | **6.095.976** | 24% | 76% | 63% | 37% | 4,3% |
| DF | 119.948 | 31.001 | 1.405 | - | 3.158 | 203 | 1.522.100 | 210.000 | 25.500 | **1.913.315** | 100% | 0% | 8% | 92% | 1,3% |
| ES | 273.865 | 321.487 | 53.659 | - | 16.627 | 834 | 1.764.678 | 99.311 | 13.657 | **2.544.118** | 35% | 65% | 26% | 74% | 1,8% |
| GO | 497.101 | 670.389 | 20.886 | - | 5.205 | 21.320 | 2.763.624 | 264.164 | 52.059 | **4.294.748** | 44% | 56% | 28% | 72% | 3,0% |
| MA | 1.257.308 | 759.010 | 11.063 | 3.235.183 | 6.547 | 1.004 | 1.132.793 | 76.878 | 2.403 | **6.482.189** | 21% | 79% | 81% | 19% | 4,6% |
| MG | 780.334 | 2.400.862 | 102.295 | - | 50.326 | 20.700 | 8.258.387 | 951.744 | 158.159 | **12.722.807** | 53% | 47% | 26% | 74% | 8,9% |
| MS | 241.799 | 271.560 | 16.704 | - | 4.815 | 38.937 | 1.451.118 | 110.943 | 33.406 | **2.169.283** | 42% | 58% | 26% | 74% | 1,5% |
| **MT** | **397.905** | **333.564** | **12.322** | **-** | **7.569** | **30.561** | **1.782.640** | **124.044** | **21.884** | **2.710.489** | **55%** | **45%** | **29%** | **71%** | **1,9%** |
| PA | 1.072.011 | 641.658 | 45.348 | 2.994.710 | 17.018 | 3.636 | 1.943.503 | 100.506 | 5.512 | **6.823.901** | 30% | 70% | 70% | 30% | 4,8% |
| PB | 830.610 | 590.909 | 894 | 298.431 | 1.121 | 271 | 929.974 | 60.698 | 5.881 | **2.718.789** | 36% | 64% | 63% | 37% | 1,9% |
| PE | 1.182.472 | 898.929 | 4.417 | 780.685 | 5.794 | 560 | 2.674.348 | 209.122 | 23.300 | **5.779.628** | 36% | 64% | 50% | 50% | 4,1% |
| PI | 754.549 | 485.014 | 201 | 571.131 | 1.176 | 1.488 | 674.846 | 51.117 | 2.909 | **2.542.434** | 29% | 71% | 71% | 29% | 1,8% |
| PR | 493.997 | 1.235.116 | 71.246 | - | 39.322 | 22.161 | 5.196.810 | 646.339 | 78.986 | **7.783.979** | 52% | 48% | 24% | 76% | 5,5% |
| RJ | 297.330 | 537.663 | 153.841 | - | 22.874 | 1.704 | 6.285.848 | 613.323 | 267.458 | **8.180.041** | 31% | 69% | 12% | 88% | 5,7% |
| RN | 730.825 | 452.619 | 1.047 | - | 1.412 | 300 | 955.664 | 58.425 | 4.794 | **2.205.086** | 38% | 62% | 54% | 46% | 1,5% |
| RO | 506.960 | 161.354 | 3.112 | - | 973 | 742 | 638.758 | 34.184 | 788 | **1.346.871** | 55% | 45% | 50% | 50% | 0,9% |
| RR | 439.189 | 90.950 | 16 | - | 149 | 130 | 141.784 | 9.338 | 334 | **681.889** | 58% | 42% | 78% | 22% | 0,5% |
| RS | 394.823 | 1.236.788 | 75.923 | - | 39.173 | 21.300 | 6.026.010 | 487.321 | 86.277 | **8.367.616** | 50% | 50% | 21% | 79% | 5,9% |
| SC | 228.082 | 713.330 | 50.679 | - | 14.006 | 3.229 | 3.521.826 | 298.008 | 53.889 | **4.883.051** | 43% | 57% | 21% | 79% | 3,4% |
| SE | 714.921 | 265.967 | 263 | - | 977 | 315 | 557.839 | 42.213 | 6.016 | **1.588.512** | 38% | 62% | 62% | 38% | 1,1% |
| SP | 169.812 | 2.437.340 | 170.380 | - | 121.453 | 43.239 | 24.960.362 | 3.015.999 | 483.648 | **31.402.232** | 50% | 50% | 9% | 91% | 22,1% |
| TO | 742.354 | 259.851 | 898 | - | 307 | 2.674 | 489.824 | 42.289 | 4.019 | **1.542.217** | 49% | 51% | 65% | 35% | 1,1% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Totais | 17.477.696 | 18.290.430 | 851.899 | 13.674.848 | 390.000 | 224.276 | 81.904.635 | 8.012.067 | 1.494.242 | **142.320.092** | 42% | 58% | 36% | 64% | 100% |
| Partic. | 12,3% | 12,9% | 0,6% | 9,6% | 0,3% | 0,2% | 57,5% | 5,6% | 1,0% | **100,0%** |  |  |  |  |  |

Fonte: STN(http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais

## DEMONSTRATIVO III - FUNDEB 2017 Distribuição acumulada no ano

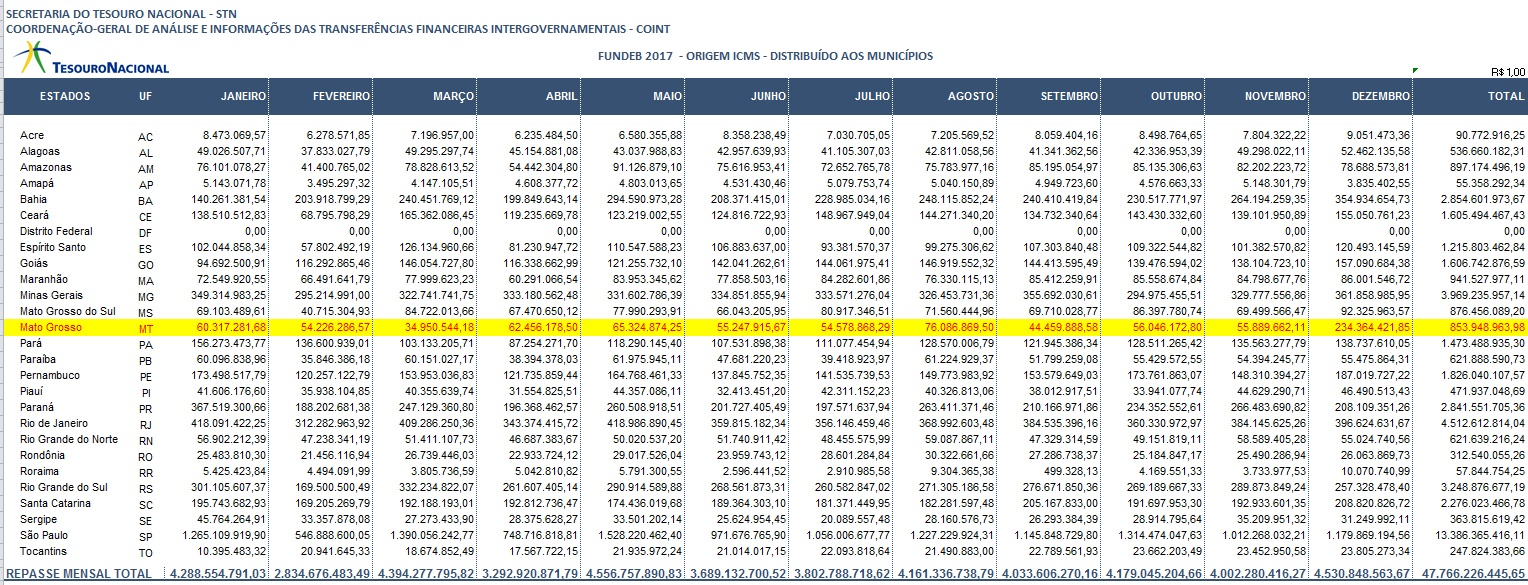
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem |  | Parcela | Parcela | Parcela com | Parcela com |  |
| UF | FPE | FPM | IPI | COUN | LC8796 | ITR | ICMS | IPVA | ITCMD | TOTAL | destinada ao Estado | destinada aos Municípios | Origem nas transferências da União | origem nos tributos Estaduais | Distribuição entre as UF |
| AC | 573.212 | 87.573 | 82 | - | 355 | 95 | 237.810 | 12.843 | 2.180 | 914.150 | 62% | 38% | 72% | 28% | 0,6% |
| AL | 699.060 | 416.557 | 2.449 | 342.823 | 3.277 | 427 | 734.931 | 56.400 | 2.181 | 2.258.106 | 27% | 73% | 65% | 35% | 1,6% |
| AM | 477.485 | 268.531 | 6.630 | 1.491.480 | 3.931 | 188 | 1.645.735 | 63.908 | 2.987 | 3.960.875 | 45% | 55% | 57% | 43% | 2,7% |
| AP | 568.094 | 68.919 | 1.592 | - | 1.585 | 157 | 148.642 | 13.097 | 144 | 802.229 | 63% | 37% | 80% | 20% | 0,6% |
| BA | 1.558.231 | 1.625.783 | 48.651 | 2.549.995 | 14.495 | 8.693 | 4.051.509 | 232.455 | 24.403 | 10.114.214 | 30% | 70% | 57% | 43% | 7,0% |
| CE | 1.216.822 | 867.312 | 6.634 | 1.199.150 | 6.352 | 385 | 2.151.820 | 171.664 | 14.264 | 5.634.404 | 25% | 75% | 59% | 41% | 3,9% |
| DF | 114.768 | 29.965 | 1.720 | - | 3.158 | 214 | 1.578.779 | 230.880 | 31.760 | 1.991.244 | 100% | 0% | 8% | 92% | 1,4% |
| ES | 256.415 | 306.946 | 45.331 | - | 16.627 | 1.113 | 1.849.459 | 101.453 | 13.571 | 2.590.915 | 34% | 66% | 24% | 76% | 1,8% |
| GO | 474.811 | 640.012 | 25.460 | - | 5.205 | 24.475 | 2.887.509 | 262.144 | 56.652 | **4.376.268** | 44% | 56% | 27% | 73% | 3,0% |
| MA | 1.200.382 | 725.079 | 13.039 | 2.700.841 | 6.547 | 1.322 | 1.204.852 | 81.891 | 2.840 | **5.936.793** | 22% | 78% | 78% | 22% | 4,1% |
| MG | 741.780 | 2.290.605 | 114.479 | - | 50.326 | 24.348 | 8.607.073 | 989.043 | 173.873 | **12.991.526** | 54% | 46% | 25% | 75% | 8,9% |
| MS | 228.408 | 256.018 | 18.628 | - | 4.815 | 41.370 | 1.539.309 | 118.840 | 25.022 | **2.232.410** | 43% | 57% | 25% | 75% | 1,5% |
| **MT** | **384.295** | **318.433** | **16.376** | **-** | **7.569** | **32.280** | **1.847.552** | **134.061** | **19.219** | **2.759.785** | **54%** | **46%** | **28%** | **72%** | **1,9%** |
| PA | 1.020.470 | 613.021 | 50.501 | 3.284.274 | 17.018 | 4.741 | 2.108.553 | 106.763 | 5.180 | **7.210.522** | 30% | 70% | 69% | 31% | 5,0% |
| PB | 794.372 | 547.831 | 992 | 161.976 | 1.121 | 285 | 1.005.257 | 63.865 | 5.820 | **2.581.521** | 38% | 62% | 58% | 42% | 1,8% |
| PE | 1.143.011 | 858.526 | 10.259 | 688.510 | 5.794 | 945 | 2.832.693 | 209.968 | 23.703 | **5.773.409** | 36% | 64% | 47% | 53% | 4,0% |
| PI | 719.205 | 463.750 | 244 | 651.871 | 1.176 | 1.426 | 705.029 | 54.431 | 2.844 | **2.599.976** | 33% | 67% | 71% | 29% | 1,8% |
| PR | 479.179 | 1.178.481 | 89.725 | - | 39.322 | 23.876 | 5.790.814 | 661.898 | 89.508 | **8.352.803** | 51% | 49% | 22% | 78% | 5,7% |
| RJ | 264.946 | 513.518 | 141.299 | - | 22.874 | 1.751 | 6.545.032 | 627.189 | 252.914 | **8.369.524** | 31% | 69% | 11% | 89% | 5,8% |
| RN | 693.859 | 432.334 | 1.195 | - | 1.412 | 318 | 1.008.291 | 68.508 | 3.853 | **2.209.771** | 38% | 62% | 51% | 49% | 1,5% |
| RO | 474.365 | 154.418 | 3.898 | - | 973 | 776 | 667.483 | 37.589 | 1.604 | **1.341.106** | 53% | 47% | 47% | 53% | 0,9% |
| RR | 411.918 | 87.735 | 14 | - | 149 | 139 | 130.362 | 11.012 | 342 | **641.672** | 56% | 44% | 78% | 22% | 0,4% |
| RS | 383.574 | 1.180.002 | 97.438 | - | 39.173 | 22.888 | 6.291.914 | 505.372 | 101.062 | **8.621.424** | 48% | 52% | 20% | 80% | 5,9% |
| SC | 212.874 | 680.550 | 57.981 | - | 14.006 | 3.722 | 3.904.968 | 313.317 | 55.984 | **5.243.402** | 42% | 58% | 18% | 82% | 3,6% |
| SE | 688.967 | 254.262 | 470 | - | 977 | 303 | 590.075 | 43.588 | 5.879 | **1.584.520** | 38% | 62% | 60% | 40% | 1,1% |
| SP | 167.006 | 2.325.068 | 189.069 | - | 121.453 | 46.374 | 26.189.462 | 3.077.959 | 617.751 | **32.734.142** | 49% | 51% | 9% | 91% | 22,5% |
| TO | 716.883 | 248.431 | 1.189 | - | 307 | 3.337 | 478.142 | 46.667 | 4.590 | **1.499.546** | 48% | 52% | 65% | 35% | 1,0% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Totais | 16.664.393 | 17.439.659 | 945.346 | 13.070.921 | 390.000 | 245.948 | 86.733.056 | 8.296.804 | 1.540.133 | **145.326.258** | 43% | 57% | 34% | 66% | 100% |
| Partic. | 11,5% | 12,0% | 0,7% | 9,0% | 0,3% | 0,2% | 59,7% | 5,7% | 1,1% | **100,0%** |  |  |  |  |  |

Fonte: STN(http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DEMONSTRATIVO III - FUNDEB 2018 Distribuição acumulada no ano até o mês de Novembro | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem | Origem |  | Parcela | Parcela | Parcela com | Parcela com |  |
| UF | FPE | FPM | IPI | COUN | LC8796 | ITR | ICMS | IPVA | ITCMD | **TOTAL** | destinada ao Estado | destinada aos Municípios | origem nas transferências da União | origem nos tributos Estaduais | Distribuição entre as UF |
| AC | 500.792 | 81.613 | 69 | - | 290 | 86 | 211.510 | 14.006 | 651 | **809.016** | 63% | 37% | 72% | 28% | 0,60% |
| AL | 608.423 | 345.157 | 2.066 | 503.174 | 2.675 | 369 | 649.979 | 56.927 | 2.528 | **2.171.298** | 26% | 74% | 67% | 33% | 1,70% |
| AM | 419.872 | 245.811 | 4.291 | 1.003.876 | 3.208 | 187 | 1.520.926 | 57.221 | 1.367 | **3.256.760** | 45% | 55% | 52% | 48% | 2,60% |
| AP | 496.190 | 60.136 | 1.496 | - | 1.294 | 123 | 136.368 | 12.139 | 129 | **707.875** | 63% | 37% | 79% | 21% | 0,60% |
| BA | 1.355.351 | 1.395.950 | 39.474 | 2.299.817 | 11.831 | 7.276 | 3.561.324 | 220.054 | 20.543 | **8.911.620** | 29% | 71% | 57% | 43% | 7,00% |
| CE | 1.057.291 | 755.563 | 8.670 | 1.206.499 | 5.185 | 433 | 1.877.850 | 173.496 | 18.231 | **5.103.219** | 24% | 76% | 59% | 41% | 4,00% |
| DF | 99.836 | 26.171 | 1.172 | - | 2.578 | 304 | 1.643.412 | 355.100 | 54.600 | **2.183.172** | 100% | 0% | 6% | 94% | 1,70% |
| ES | 225.033 | 271.373 | 37.201 | - | 13.572 | 1.066 | 1.666.455 | 103.850 | 12.043 | **2.330.593** | 34% | 66% | 24% | 76% | 1,80% |
| GO | 415.598 | 557.395 | 21.553 | - | 4.249 | 22.317 | 2.422.966 | 233.770 | 72.261 | **3.750.110** | 43% | 57% | 27% | 73% | 2,90% |
| MA | 1.042.535 | 638.734 | 10.598 | 2.627.517 | 5.344 | 1.212 | 1.078.073 | 76.739 | 2.351 | **5.483.103** | 21% | 79% | 79% | 21% | 4,30% |
| MG | 650.886 | 1.994.678 | 114.068 | - | 41.078 | 21.359 | 5.141.242 | 775.636 | 78.443 | **8.817.392** | 53% | 47% | 32% | 68% | 6,90% |
| MS | 194.922 | 222.993 | 16.745 | - | 3.930 | 32.621 | 1.421.341 | 118.841 | 27.497 | **2.038.890** | 42% | 58% | 23% | 77% | 1,60% |
| **MT** | **334.971** | **277.336** | **12.825** | **-** | **6.178** | **30.839** | **1.718.401** | **140.268** | **11.740** | **2.532.558** | **52%** | **48%** | **26%** | **74%** | **2,00%** |
| PA | 888.957 | 533.947 | 55.048 | 2.867.093 | 13.891 | 3.075 | 1.815.122 | 98.733 | 7.292 | **6.283.158** | 29% | 71% | 69% | 31% | 4,90% |
| PB | 691.889 | 477.169 | 788 | 156.225 | 915 | 235 | 889.356 | 63.035 | 5.901 | **2.285.512** | 36% | 64% | 58% | 42% | 1,80% |
| PE | 995.385 | 747.747 | 12.939 | 575.853 | 4.729 | 578 | 2.480.693 | 232.029 | 18.701 | **5.068.654** | 34% | 66% | 46% | 54% | 4,00% |
| PI | 626.824 | 404.042 | 243 | 646.785 | 960 | 1.466 | 688.576 | 52.104 | 6.666 | **2.427.665** | 33% | 67% | 69% | 31% | 1,90% |
| PR | 414.797 | 1.026.259 | 87.132 | - | 32.096 | 22.269 | 4.951.960 | 662.414 | 78.309 | **7.275.237** | 50% | 50% | 22% | 78% | 5,70% |
| RJ | 231.110 | 447.213 | 164.498 | - | 18.670 | 1.194 | 5.995.554 | 592.410 | 191.148 | **7.641.797** | 29% | 71% | 11% | 89% | 6,00% |
| RN | 601.984 | 376.577 | 793 | - | 1.153 | 238 | 914.592 | 58.999 | 10.590 | **1.964.926** | 37% | 63% | 50% | 50% | 1,50% |
| RO | 413.457 | 134.568 | 2.721 | - | 794 | 774 | 589.849 | 39.279 | 1.037 | **1.182.480** | 52% | 48% | 47% | 53% | 0,90% |
| RR | 359.626 | 76.592 | 41 | - | 122 | 109 | 94.479 | 9.045 | 194 | **540.208** | 55% | 45% | 81% | 19% | 0,40% |
| RS | 333.665 | 1.027.558 | 84.036 | - | 31.975 | 19.651 | 5.577.283 | 525.737 | 90.106 | **7.690.011** | 47% | 53% | 19% | 81% | 6,00% |
| SC | 187.142 | 592.615 | 54.835 | - | 11.432 | 3.411 | 3.458.278 | 313.118 | 46.028 | **4.666.859** | 41% | 59% | 18% | 82% | 3,70% |
| SE | 598.048 | 227.324 | 593 | - | 797 | 259 | 612.930 | 39.561 | 3.185 | **1.482.698** | 37% | 63% | 56% | 44% | 1,20% |
| SP | 142.259 | 2.024.506 | 183.689 | - | 99.135 | 42.144 | 23.319.658 | 2.992.239 | 440.398 | **29.244.028** | 48% | 52% | 9% | 91% | 23,00% |
| TO | 623.713 | 216.438 | 861 | - | 251 | 3.082 | 447.478 | 41.354 | 2.846 | **1.336.023** | 46% | 54% | 63% | 37% | 1,10% |
| Totais | 14.510.559 | 15.185.467 | 918.446 | 11.886.838 | 318.333 | 216.675 | 74.885.655 | 8.058.103 | 1.204.785 | **127.184.862** | 42% | 58% | 34% | 66% | 100% |
| Partic. | 11,40% | 11,90% | 0,70% | 9,30% | 0,30% | 0,20% | 58,90% | 6,30% | 0,90% | **100,00%** |  |  |  |  |  |

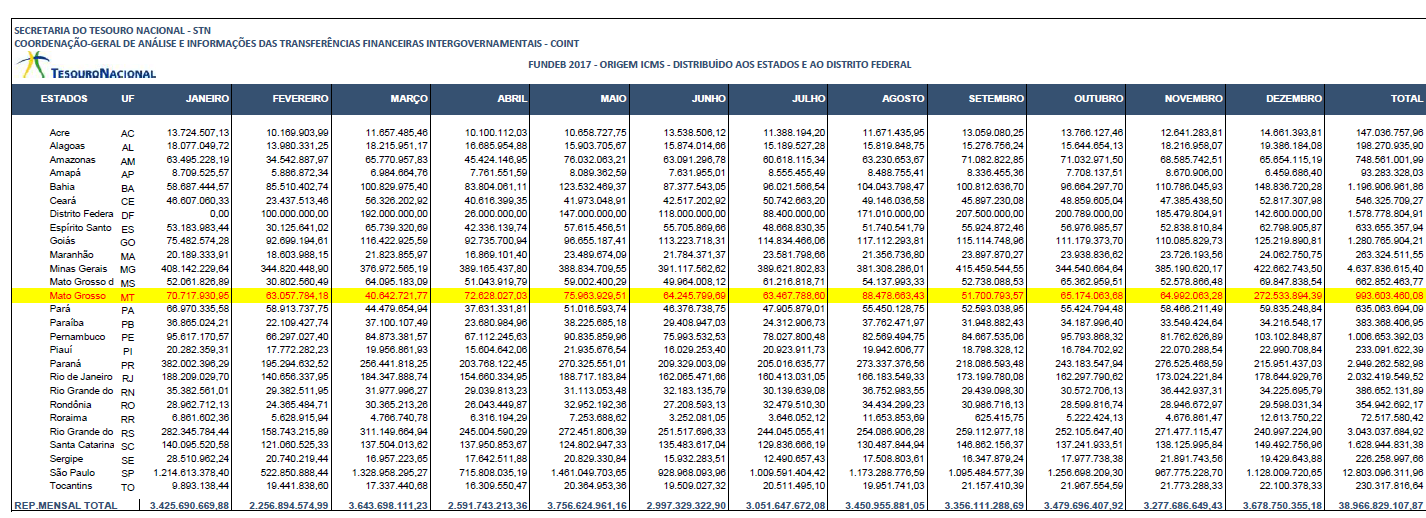
fonte;STN http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais

## DEMONSTRATIVO IV - FUNDEB 2017 Distribuição mensal aos Municípios



Fonte: STN http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais

## DEMONSTRATIVO V - FUNDEB 2017 Repasse ao Estado (SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso)



Fonte: STN http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais

## Relação de das Notas Extra Orçamentarias (NEX) 2017

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº NEX | Histórico | Data | Receita | Valor |
| 99000.0001.17.007383-8 | Refere-se ao Pagamento FUNDEB IPVA - 2ª Semana de Maio 2017. | 19/06/2017 | IPVA | **R$ 3.038.911,33** |
| 99000.0001.17.007384-6 | Refere-se ao Pagamento FUNDEB ITCD - 2ª Semana de Maio 2017. | 19/06/2017 | ITCD | **R$ 223.168,27** |
| 99000.0001.17.012451-3 | Refere-se ao Pagamento FUNDEB ICMS ¿ 3ª - Semana de Agosto 2017. | 22/09/2017 | ICMS | **R$ 18.942.041,21** |
| 99000.0001.17.014088-8 | REFERE-SE AO PGTO DE FUNDEB - ICMS - 4ª SEMANA DE AGOSTO 2017. | 18/10/2017 | ICMS | **R$ 26.469.651,40** |
| 99000.0001.17.014086-1 | REFERE-SE AO PGTO DE FUNDEB - ICMS - 5ª SEMANA DE AGOSTO 2017. | 18/10/2017 | ICMS | **R$ 11.053.142,46** |
| 99000.0001.17.014476-1 | REFERE-SE AO REPASSE DO FUNDEB - 2 sem DE AGOSTO DE 2017. | 30/10/2017 | ICMS | **R$ 49.463.783,18** |
| 99000.0001.17.014870-6 | REFERE-SE AO REPASSE DO FUNDEB ICMS - 2ª SEMANA DE SE/17 | 10/11/2017 | ICMS | **R$ 57.872.493,95** |
| 99000.0001.17.015397-1 | REFERE-SE AO REPASSE DO FUNDEB- ICMS - 5ª SEMANA DE SET/17 | 17/11/2017 | ICMS | **R$ 12.956.188,44** |
| 99000.0001.17.016760-3 | Refere-se ao repasse do FUNDEB/ICMS - 3ª semana de Setembro/2017. | 11/12/2017 | ICMS | **R$ 37.014.554,59** |
| 99000.0001.17.016761-1 | Refere-se ao repasse do FUNDEB/IPVA - 3ª semana de Setembro/2017. | 11/12/2017 | IPVA | **R$ 542.671,62** |
| 99000.0001.17.016762-1 | Ref ao repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL - 3ª semana de Set/17. | 11/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 14.303,41** |
| 99000.0001.17.017589-4 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 1ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 1.816.664,30** |
| 99000.0001.17.017570-3 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 1ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 10.655.022,33** |
| 99000.0001.17.017592-4 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 2ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 54.646.230,53** |
| 99000.0001.17.017574-6 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 2ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 52.175.384,86** |
| 99000.0001.17.017596-7 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 3ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 22.234.696,19** |
| 99000.0001.17.017578-9 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 3ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 26.743.987,63** |
| 99000.0001.17.017582-7 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 4ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 38.098.875,84** |
| 99000.0001.17.017566-5 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 4ª semana de Setembro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 34.794.570,82** |
| 99000.0001.17.017586-1 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente a 5ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ICMS | **R$ 2.296.724,10** |
| 99000.0001.17.017590-8 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 1ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 244.561,39** |
| 99000.0001.17.017571-1 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 1ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 849.200,92** |
| 99000.0001.17.017593-2 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 2ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 827.114,43** |
| 99000.0001.17.017575-4 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 2ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 252.644,50** |
| 99000.0001.17.017597-5 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 3ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 445.900,46** |
| 99000.0001.17.017579-7 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 3ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 583.409,20** |
| 99000.0001.17.017585-1 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 4ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 430.328,78** |
| 99000.0001.17.017567-3 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 4ª semana de Setembro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 501.361,96** |
| 99000.0001.17.017587-8 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente a 5ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | IPVA | **R$ 222.752,19** |
| 99000.0001.17.017591-6 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 1ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 81.258,13** |
| 99000.0001.17.017572-1 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 1ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 367.830,21** |
| 99000.0001.17.017594-0 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 2ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 661.528,20** |
| 99000.0001.17.017576-2 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 2ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 38.980,30** |
| 99000.0001.17.017598-3 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 3ª semana de Novembro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 169.258,43** |
| 99000.0001.17.017580-0 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 3ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 148.601,27** |
| 99000.0001.17.017583-5 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 4ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 167.347,39** |
| 99000.0001.17.017568-1 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 4ª semana de Setembro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 699.325,24** |
| 99000.0001.17.017588-6 | Repasse do FUNDEB/ITCD referente a 5ª semana de Outubro/2017. | 26/12/2017 | ITCD | **R$ 137.873,85** |
| 99000.0001.17.017573-8 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 1ª semana de Out/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 70.112,25** |
| 99000.0001.17.017595-9 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 2ª semana de Nov/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 92.403,53** |
| 99000.0001.17.017577-0 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 2ª semana de Out/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 17.440,24** |
| 99000.0001.17.017599-1 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 3ª semana de Nov/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 17.967,92** |
| 99000.0001.17.017581-9 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 3ª semana de Out/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 66.702,17** |
| 99000.0001.17.017584-3 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 4ª semana de Out/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 521.040,94** |
| 99000.0001.17.017569-1 | Repasse do FUNDEB/SIMPLES NACIONAL referente a 4ª semana de Setembro/2017. | 26/12/2017 | SN-ICMS | **R$ 116.469,12** |
| 99000.0001.17.017630-0 | Repasse do FUNDEB/ICMS referente à 4ª semana de Novembro/2017. | 27/12/2017 | ICMS | **R$ 31.698.790,53** |
| 99000.0001.17.017631-9 | Repasse do FUNDEB/IPVA referente à 4ª semana de Novembro/2017. | 27/12/2017 | IPVA | **R$ 405.945,60** |
|  |  | **Total 2017 R$ 500.889.215,61** | | |

*Elaboração: Comissão Parlamentar de Inquérito dos fundos-FUNDEB/FETHAB*

Assim, diante do demonstrativo financeiro no exercício financeiro de 2017, o Estado de Mato Grosso, por meio de da SEFAZ-MT, procedeu à retenção de R$500.889.215,61 (quinhentos milhões oitocentos e oitenta e nove mil duzentos e quinze reais e sessenta e um centavos)**.** Ressalta-se que foram consideradas, exclusivamente, as retenções de períodos superiores a 30 (trinta) dias.

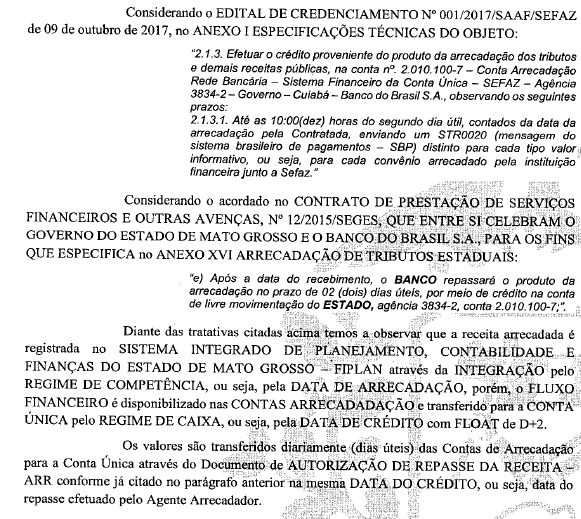
É válido frisar que é vedada a retenção, à exceção dos casos expressamente permitidos. Se houve a arrecadação, não tem justificativa para não repassar a parcela devida ao “fundão” e a parte correspondente aos municípios, sendo ilegal a retenção.

Conclui-se que, ainda que haja uma crise econômico-financeira, o Estado não pode deixar de repassar o valor vinculado à Composição do FUNDEB, pois não pode usar recurso alheio para pagar suas despesas. Vale destacar, ainda, que os municípios, também, enfrentam essa crise e, com isso, precisam arcar com recursos próprios todos os gastos de competência da administração municipal.

# **2.8 Da Conta única**

Por meio de do Ato de Requisição de Documentos nº 01/2018, a Comissão solicitou da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ/MT os Demonstrativos da apuração do valor destinado ao FUNDEB dos anos de 2015, 2016 e 2017, constando a arrecadação detalhada por decêndio do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, ICMS desoneração, COTA-PARTE IPI, Multas e Juros ICMS, Multas e Juros IPVA, Multas e Juros ITCD, Dívida Ativa ICMS, Dívida Ativa, IPVA Dívida Ativa, ITCD, Multas e Juros Dívida Ativa ICMS, Multas e Juros Dívida Ativa IPVA, Multas e Juros Dívida Ativa ITCD e o Demonstrativo detalhado mensalmente por Decêndio, dos valores repassados aos municípios de Mato Grosso a título de FUNDEB, constando a data de crédito nas respectivas contas bancárias dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Tendo sido respondido por meio de das notas técnica 036 e 037/2018, sendo indispensável reproduzir os esclarecimentos técnicos acerca da arrecadação e distribuição dos recursos do FUNDEB, conforme reprodução abaixo:





Diante dos esclarecimentos técnicos da SEFAZ-MT, restou comprovado que a formação do FUNDEB, no que se refere aos recursos estaduais, decorre da apuração dos percentuais gerados semanalmente na conta geral de arrecadação e no período de cômputo dos contribuintes vinculados ao Simples Nacional.

Ocorre que, de **forma equivocada, os recursos do FUNDEB, ao invés de terem a destinação direta aos fundos específicos, são creditados na Conta Única**.

É indispensável transcrever os termos do Decreto nº 03, de 06 de janeiro de 2003, com as devidas alterações, que Institui o Sistema Financeiro de Conta Única no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

*Art. 1° Fica instituído O ''Sistema Financeiro de Conta Única'' como* ***instrumento de gerenciamento dos recursos financeiros*** *do Estado de Mato Grosso.*

*Parágrafo único****Entende-se por Conta Única a concentração dos recursos financeiros do Estado de Mato Grosso, independente de sua fonte e origem,*** *em uma conta corrente bancária de aplicação, aberta no Banco de Brasil S/A.*

*Art. 2° O ''Sistema Financeiro de Conta Única'' é composto pelos seguintes tipos de conta:*

*I - Contas Bancárias denominadas:*

*a) Conta Única - Tesouro Estadual;*

*b) Conta de Arrecadação - "nome da Conta";*

*c) Conta de Convênio - "nome do Convênio''*

*II - Contas Contábeis denominadas:*

*a) Conta Única - Tesouro Estadual;*

*b) Conta Única - "nome do Órgão/Unidade Orçamentária";*

*c) Conta de Arrecadação - "nome da Conta";*

*d) Conta de Convênio - "nome do Convênio";*

*e) Conta Regionalizada - "nome da Conta".*

*§ 1° As contas de convênio que não se enquadrarem no ''Sistema Financeiro de Conta Única'' poderão ser excluídas por decisão do Secretário de Estado de Fazenda, conforme parecer da equipe da Comissão Técnica da Câmara Fiscal, criada pelo art. 13 do*[*Decreto 4.142, de 05 de abril de 2002.*](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legfinan.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21b9cec351b7194504256d9b0066edd3?OpenDocument)

*(...)*

***Art. 5°****O "Sistema Financeiro de Conta Única" admitirá os seguintes tipos de movimento de recursos bancários:*

*I - nas contas de Arrecadação:*

*a) pelo recolhimento de tributos estaduais;*

*b) pelo recebimento de boletos bancários, emitidos por órgãos da Administração Indireta, em função de suas atividades específicas;*

*c) pelo depósito de recursos financeiros resultantes da venda de produtos ou serviços gerados pela entidade;*

*d) pelo depósito de recursos financeiros requeridos por processos administrativos como o de licitação;*

*e) pelo depósito de recursos financeiros de natureza indenizatória ou de ressarcimento ao Tesouro do Estado;*

*f) pelo depósito de recursos financeiros provenientes de Convênios;*

*g) pelo depósito de recursos financeiros provenientes de operações de crédito;*

*h) pelo depósito de recursos financeiros de outras naturezas não mencionadas anteriormente;*

*(...)*

***Art. 7°****A Secretaria de Estado de Fazenda, gestora do Sistema Financeiro Estadual,* ***fica autorizada a utilizar o saldo de disponibilidade de recursos de receita própria ou de origem em vinculação, de qualquer Órgão ou Poder Executivo, para atender necessidade momentânea de caixa, desde que sejam resguardados os direitos dos órgãos cedentes do recurso****.*

**Ao ingressar na Conta Única de forma equivocada, a arrecadação do FUNDEB acaba de alguma forma se compondo a outros recursos que, habitualmente, são destinados a finalidades com prioridade naquele momento para retenção como, por exemplo, folha de pagamento do funcionalismo não vinculada à finalidade do FUNDEB.**

## 2.8.1 Vinculação Orçamentária dos Recursos

O FUNDEB é um Fundo especial, de natureza contábil, utilizado para a aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Todo fundo consiste na particularização de recursos e na sua vinculação a uma finalidade específica com a atribuição de responsabilidade pelo cumprimento de objetivos.

A definição legal de fundo é encontrada no art. 71 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que assim dispõe:

*Art. 71. Constitui* ***fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação****.*

No caso do FUNDEB, por força do art. 2º da Lei nº 11.494/2007, a aplicação dos recursos é vinculada à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e a valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, conforme transcrito a seguir:

*Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei.*

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)3, no artigo 8º, parágrafo único, estabelece que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, mesmo que em exercício diverso do que ocorrer o ingresso:

*Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.*

*Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso*.

Além do mais, o inciso I do art. 50 da LRF determina que além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará que a disponibilidade de caixa constará em registro próprio, de modo que os recursos vinculados a fundo sejam identificados de forma individualizada:

*Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:*

*I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada; O controle orçamentário dos recursos vinculados deve ser realizado por meio de código de fonte/destinação de recursos, que é um mecanismo integrador entre as receitas e despesas.*

Neste mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em se tratando de recursos vinculados, como no caso de recursos do FUNDEB, o controle deve ser realizado por fonte, o que evidencia um mecanismo essencial para o controle e transparência entre a geração da despesa, a disponibilidade de caixa e a obrigação de pagamento, em obediência ao art. 42 da LRF. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima. Parecer Prévio nº 54/2017- TP. Julgado em 24/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 09/11/2017. Processo nº 8.210-4/2016).

**A conclusão desta Comissão é no sentido de que os recursos vinculados, como no caso do FUNDEB, devem ser controlados por fonte e em conta bancária especifica, observando-se a automaticidade entre a arrecadação e o repasse aos destinatários, por se tratar de um mecanismo essencial para o controle e a transparência da aplicação dos recursos.**

## 2.8.2 Da Atualização Monetária dos Valores Repassados em Atraso

De acordo com a LDB (Lei 9.394/96) o seu Art. 69, § 6º, determina que o atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, dispõe que:

Art. 19.  Os recursos disponibilizados aos Fundos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidenciar as respectivas transferências.

Art. 20.  Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas dos Fundos **cuja perspectiva de utilização seja superior a 15 (quinze) dias deverão ser aplicados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto**, lastreadas em títulos da dívida pública, na instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra.

Destarte, os valores retidos indevidamente devem ser submetidos aos cálculos de atualização monetária, nos termos do Art. 20 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

# **2.9. As sanções aplicáveis aos responsáveis pelas irregularidades praticadas**

O não cumprimento das disposições legais relacionadas ao FUNDEB acarreta sanções administrativas, civis e/ou penais, cujas penalidades são:

## 2.9.1. Para os Estados e Municípios

Rejeição das contas, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas competente, com o consequente encaminhamento da questão ao respectivo Poder Legislativo e, caso a rejeição seja confirmada, à autoridade competente e ao Ministério Público;

Impossibilidade de celebração de convênios junto à Administração Federal (no caso de Estados) e junto às administrações federal e estadual (no caso de municípios), quando exigida certidão negativa do respectivo Tribunal de Contas;

Impossibilidade de realização de operações de crédito junto às instituições financeiras (empréstimos junto a bancos);

Perda da assistência financeira da União (no caso de Estados) e da União e do Estado (no caso de Município), conforme artigos 76 e 87, § 6º, da LDB – Lei 9.394/96;

Intervenção da União no Estado (CF, art. 34, VII) e do Estado no Município (CF, art. 35, III).

## 2.9.2. Para o Chefe do Poder Executivo

Sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizados os tipos penais previstos no art. 1º, III (aplicar indevidamente verbas públicas) e XIV (negar execução à Lei Federal) do Decreto-lei nº 201/67. Nestes casos, a pena prevista é de detenção de três meses a três anos. A condenação definitiva por estes crimes de responsabilidade acarreta a perda do cargo, a inabilitação para exercício de cargo ou função pública, eletivos ou de nomeação, pelo prazo de cinco anos (art. 1º, § 2º, Decreto-Lei nº 201/67);

Sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizada a negligência no oferecimento do ensino obrigatório (art. 5º, § 4º, LDB);

Sujeição a processo penal, se caracterizado que a aplicação de verba pública foi diversa à prevista em lei (art. 315 – Código Penal). A pena é de 1 a 3 meses de detenção ou multa;

Inelegibilidade, por cinco anos, se suas contas forem rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário (art. 1º, g, Lei Complementar nº 64/90).

# 

# **2.10. Da Fiscalização do FUNDEB**

## 2.10.1 Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é um colegiado, cuja função principal, segundo o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local.

O art. 24 da Lei nº 11.494/2007, assim dispõe:

Art. 24.  O **acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos**, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1o  Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

I - em âmbito federal, por no mínimo 14 (quatorze) membros, sendo:

a) até 4 (quatro) representantes do Ministério da Educação;

b) 1 (um) representante do Ministério da Fazenda;

c) 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) 1 (um) representante do Conselho Nacional de Educação;

e) 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação - CONSED;

f) 1 (um) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

g) 1 (um) representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

h) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

i) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES;

II - em âmbito estadual, por no mínimo 12 (doze) membros, sendo:

a) 3 (três) representantes do Poder Executivo Estadual, dos quais pelo menos 1 (um) do órgão estadual responsável pela educação básica;

b) 2 (dois) representantes dos Poderes Executivos Municipais;

c) 1 (um) representante do Conselho Estadual de Educação;

d) 1 (um) representante da seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

e) 1 (um) representante da seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

f) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

g) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, 1 (um) dos quais indicado pela entidade estadual de estudantes secundaristas;

(...)

§ 3º  Os membros dos conselhos previstos no *caput* deste artigo serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores:

I - pelos dirigentes dos órgãos  federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das entidades de classes organizadas, nos casos das representações dessas instâncias;

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito nacional, estadual ou municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria.

§ 4º  Indicados os conselheiros, na forma dos incisos I e II do § 3º deste artigo, o Ministério da Educação designará os integrantes do conselho previsto no inciso I do § 1º deste artigo, e o Poder Executivo  competente  designará os integrantes dos conselhos previstos nos incisos II, III e IV do § 1º deste artigo.

(...)

§ 7º  Os conselhos dos Fundos atuarão com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 8º  A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato:

a) atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

§ 9º  Aos conselhos incumbe, ainda, supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos.

§ 10  Os conselhos dos Fundos não contarão com estrutura administrativa própria, incumbindo à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição dos respectivos conselhos.

§ 11  Os membros dos conselhos de acompanhamento e controle terão mandato de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

§ 12  Na hipótese da inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 13  Aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte  do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 25  Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta dos Fundos, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição dos conselhos responsáveis, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo e ser-lhes-á dada ampla publicidade, inclusive por meio eletrônico.

Parágrafo único  Os conselhos referidos nos incisos II, III e IV do § 1º do art. 24 desta Lei poderão, sempre que julgarem conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes aos convênios com as instituições a que se refere o art. 8º desta Lei;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias *in loco* para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo. (grifos nossos)

Além da atribuição principal do Conselho do FUNDEB prevista no *caput* do art. 24 da Lei nº 11.494/2007, o § 9º e 13 do mesmo artigo e o Parágrafo único do art. 27 acrescentam outras funções ao Conselho. Assim, o conjunto de atribuições do colegiado compreende:

Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB;

I - Supervisionar a realização do censo escolar;

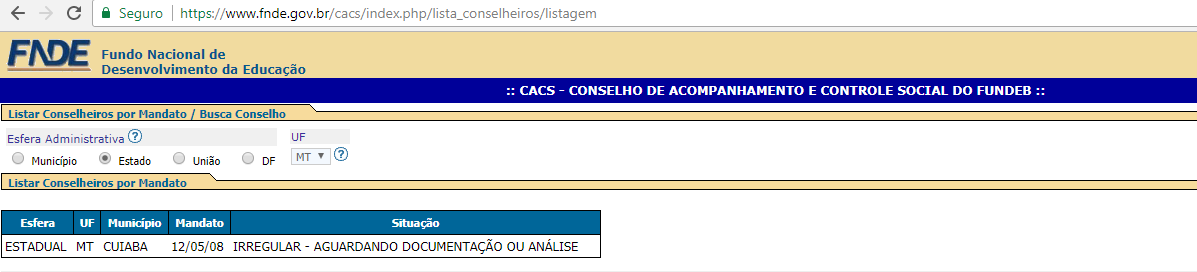
II - Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação;

III - Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do FUNDEB a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O referido parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal; e

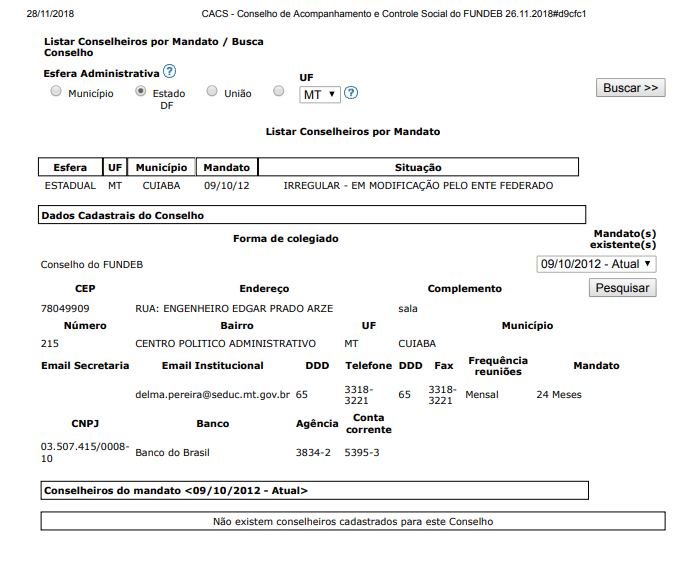
IV - Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo e, ainda, notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

Deste modo, ao Conselho Estadual de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB compete acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo, supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Estadual, examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais atualizados referentes aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo, além de outras atribuições previstas na Lei Federal nº 11.494/2007.

Ocorre que, por meio de pesquisa realizada no *site* da Secretaria de Estado de Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE na ocasião da expedição dos atos de requisição de documentos, constatamos que a situação do Conselho no Estado de Mato Grosso está irregular, vejamos:



*Fonte:* [*https://www.fnde.gov.br/cacs/index.php/lista\_conselheiros/listagem*](https://www.fnde.gov.br/cacs/index.php/lista_conselheiros/listagem)*,consulta em 07.03.2018*

Permanecendo irregular perante o FNDE até a presente data:

Fonte: <https://www.fnde.gov.br/cacs/index.php/lista_conselheiros/listagem>,consulta em 28.11.2018

Na atribuição de sua função investigativa, a Comissão Parlamentar requisitou ao CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, por meio da SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/MT, o encaminhamento de dados relativos à composição do quadro dos membros do conselho dos anos de 2015, 2016 e 2017, haja vista que o Conselho do FUNDEB nos Estados e municípios deve ser criado por Lei, editada no pertinente âmbito governamental (Estado ou Município), observando-se os impedimentos contidos no § 5º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007, em resposta à SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/MT cientificou que o conselho estava irregular, tendo sido sanadas as irregularidades em 12 de setembro de 2017, mediante a expedição dos atos Ato nº 20.373/2017 e Ato nº 20.374/2017 retificado pelo Ato nº 21.168/2017, conforme reprodução abaixo:

*“ATO Nº 20.373/2017.*

*O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 489369/2017 (Processo nº 476718/2017, apenso) e o que preceitua o Art. 24, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e Art. 2º da Lei Estadual nº 8.793, de 07 de janeiro de 2008, resolve nomear para compor o Conselho Estadual de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na qualidade de membros representantes do Poder Executivo Estadual, Municipal e Entidades da Sociedade Civil, para mandato de 2 (dois) anos (biênio 2014/2015), os conselheiros adiante indicados:*

*1. Representantes do Poder Executivo Estadual:*

*a) Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso: - Titular: Daltron Maurício Ricaldes - Suplente: Daisy Pacheco Primo.*

*b) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN: - Titular: Marize Bueno de Souza Soares - Suplente: Edmar Augusto Vieira.*

*c) Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ: - Titular: Saula Rodrigues da Cruz - Suplente: Vilma Blanco Alencar.*

*2. Representantes do Conselho Estadual de Educação - CEE: - Titular: Walter Miranda Fonseca - Suplente: Rinaldo Ribeiro de Almeida.*

*3. Representantes dos Poderes Executivos Municipais - Associação dos Municípios - AMM: - Elaine Moreira do Carmo - Marta Lúcia de Bona - Suplente: Lieda Rezende Brito.*

*4. Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - Seccional de Mato Grosso: Titular: Thalles Fernando de Andrade Monteiro Suplente: Vera Lúcia Valadares de Oliveira.*

*5. Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE - Seccional de Mato Grosso: Titular: Gilmar Soares Ferreira Suplente: Henrique Lopes do Nascimento.*

*6. Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública: - Reinaldo Martins da Cruz - Telbiane Nunes Suplente: Rodrigo de Moura Cruz.*

*7. Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública e Secundarista: - Gabriele Sodré de Oliveira Miranda - João Pedro Miranda de Arruda Suplente: Adailton Lima Freire Suplente: Daniel Nunes Rosa*

*ATO Nº 20.374/2017.*

*O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 489369/2017 (Processo nº 476718/2017, apenso) e o que preceitua o Art. 24, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e Art. 2º da Lei Estadual nº 8.793, de 07 de janeiro de 2008, resolve nomear para compor o Conselho Estadual de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na qualidade de membros representantes do Poder Executivo Estadual, Municipal e Entidades da Sociedade Civil, para mandato de 2 (dois) anos (biênio 2016/2017), os conselheiros adiante indicados:*

*1. Representantes do Poder Executivo Estadual:*

*a) Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso: - Titular: Daltron Maurício Ricaldes - Suplente: Daisy Pacheco Primo.*

*b) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN: - Titular: Paulo Henrique Leite de Oliveira - Suplente: Edmar Augusto Vieira.*

*c) Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ: - Titular: Rafaela Tocantins Silva Cardoso - Suplente: Elizabeth Soares de Lara.*

*2. Representantes do Conselho Estadual de Educação - CEE: - Titular: Ana Batista de Albuquerque N. da Costa - Suplente: João Márcio de Oliveira.*

*3. Representantes dos Poderes Executivos Municipais - Associação dos Municípios - AMM: - Titular: Lieda Rezende Brito - Suplente: João Antônio Brito.*

*4. Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - Seccional de Mato Grosso: Titular: Lenir de Fátima Alves Ferreira Vronski Suplente: Cristiane Aparecida da Silva Barbosa.*

*5. Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE - Seccional de Mato Grosso: Titular: Alex Ferreira da Cruz Suplente: Gilmar Soares Ferreira*

*6. Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública: - Titular: Zilda Maria de Queiroz - Suplente: Maria Aparecida Lourenço dos Santos*

*7. Representantes dos estudantes da Educação Básica Pública: - Juarez França Ventura da Rocha - Daniel Victor Pereira Abreu - João Pedro Miranda de Arruda - Daniel Nunes Rosa.*

*ATO Nº 21.168/2017.*

*O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 579260/2017 resolve retificar o Ato nº 20.373/2017, de 12 de setembro de 2017, publicado no D.O. da mesma data, à p. 4, que nomeou para compor o Conselho Estadual de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na qualidade de membros representantes do Poder Executivo Estadual, Municipal e Entidades da Sociedade Civil: Onde se lê:*

*“...resolve nomear...”*

*Leia-se:*

*“...resolve reconduzir...”*

*Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 25 de outubro de 2017.*

Porquanto se impõe ao gestor zelar que a constituição do Conselho seja regular, que seus membros sejam escolhidos de forma legítima, bem organizado e instrumentalizado, visando o efetivo cumprimento de suas funções de acompanhamento e vigilância cívica da aplicação dos recursos públicos, a resultar em última instância na garantia do ensino de qualidade e em igualdade de condições.

Em flagrante infringência ao dispositivo legal, o FUNDEB no Estado de Mato Grosso permaneceu durante os anos de 2015, 2016 até 12/09/2017 formalmente sem qualquer fiscalização, sendo que a ausência no controle e fiscalização possibilitou o gestor estadual desvirtuar a arrecadação e atrasar os repasses à Fonte 122-FUNDEB estadual e aos respectivos Fundos municipais.

Estando em funcionamento o Conselho, tempestivamente, teria condições de constatar as irregularidades, relacionadas aos repasses dos recursos do FUNDEB, devendo ter formalizado pedido de providências ao governante responsável, de modo a permitir que, no âmbito do próprio Poder Executivo responsável, os problemas fossem sanados.

## 2.10.26. Instâncias de Controle do FUNDEB

Destaca-se que o trabalho dos Conselhos do FUNDEB soma-se ao trabalho das tradicionais instâncias de controle e fiscalização da gestão pública.

Entretanto, o Conselho do FUNDEB não é uma nova instância de controle, mas, sim, de representação social, e não deve, por conseguinte, ser confundido com o controle interno, executado pelo próprio Poder Executivo, nem com o controle externo, executado pelo Tribunal de Contas, na qualidade de órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem compete à apreciação das contas do Poder Executivo.

O controle a ser exercido pelo Conselho do FUNDEB é o controle direto da sociedade, por meio do qual se abre a possibilidade de apontar falhas ou irregularidades eventualmente cometidas às demais instâncias, para que as autoridades constituídas, no uso de suas prerrogativas legais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

Nesse sentido, o Art. 26 da Lei nº 11.494/2007 dispõe:

Art. 26.  **A fiscalização** e o controle referentes ao cumprimento do disposto no [art. 212 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art212) e do disposto nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos dos Fundos, **serão exercidos:**

I - pelo órgão de controle interno no âmbito da União e pelos **órgãos de controle interno no âmbito dos Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - pelos **Tribunais de Contas dos Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios, junto aos respectivos entes governamentais sob suas jurisdições;

III - pelo Tribunal de Contas da União, no que tange às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União.

Art. 27.  **Os Estados**, o Distrito Federal e os Municípios **prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes,** observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único.  As prestações de contas serão **instruídas com parecer do conselho responsável,** que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.

### 2.10.2.1. Da Atuação da Controladoria-Geral Do Estado (CGE-MT)

Em atendimento à Ordem de Serviço nº 034/2018, da lavra do Secretário Controlador-Geral do Estado, e às determinações da Lei Complementar nº. 550/2014, da Corregedoria-Geral do Estado, após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizou auditoria expedindo o Relatório 0007/2018, mediante análise do Processo nº 33542/2018, atendendo solicitação constante do Ofício nº 0151/GSF-SEFAZ/2018, em que se questiona se os repasses de recursos arrecadados pelo Estado ao FUNDEB obedeceram às normas vigentes.

Tendo concluído o seguinte:

*“Considerando as constatações relatadas e dispostas nos cinco capítulos de análise: II Análise legal quando a composição, distribuição, e prestação de contas dos recursos do fundo, e Conselho do FUNDEB, III Análise financeira dos recursos do FUNDEB, contribuídos e recebidos pelo Estado em relação ao planejamento inicial da LOA/2017, IV Valores devidos e repassados pelo Estado para formação do FUNDEB, V Aplicação pelo Estado dos recursos não repassados tempestivamente para formação do FUNDEB, VI - Aplicação pelo Estado dos recursos recebidos do FUNDEB, a Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso CONCLUI que:*

*1.* ***Houve diferenças entre o valor devido e o repassado em cada decêndio, compensado em decêndios seguintes, dentro do próprio mês ou em meses seguintes, entretanto****,* ***não foi constatado desvio de finalidade, uma vez que os recursos não transferidos para formação do FUNDEB, enquanto permaneceram sobre o poder do Estado, foram repassados à Secretaria de Estado de Educação e foram aplicados no custeio das despesas vinculadas ao Fundo, nos termos dos artigos 21 e 22 da Lei Federal 11.494/2007;***

*2. É possível concluir também, que houve ausência de atuação dos membros do Conselho de Acompanhamento Social do FUNDEB, o que, certamente, poderia ter minimizado o risco das falhas relatadas no capítulo IV deste relatório;*

*A Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso tem a RECOMENDAR ainda que: 1. Os membros do Conselho de Acompanhamento Social do FUNDEB passem a atuar tempestivamente e cumpram com as atribuições que lhe são determinadas pela Lei Federal 11.494/2007;*

*2. O Estado, por meio da SEFAZ/MT, firme convênio com o Banco do Brasil para que ocorra a retenção e transferência automática de 20% das receitas originárias de: ITCMD, ICMS, IPVA, Dívida Ativa e receitas acessórias de multas e juros desses tributos para formação do FUNDEB conforme determina o artigo 17 da Lei Federal 11.494/2007;*

*3. No cumprimento das medidas de transparência e pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita conforme determina o artigo 48-A, II da L.C. 101/2000, o Estado, por meio da SEFAZ/MT, firme convênio com o Banco do Brasil para que sejam informados à Contabilidade-Geral do Estado, por meio de arquivo eletrônico a ser integrado ao FIPLAN, todos os valores retidos das receitas do Estado e dos munícipios repassados para formação do FUNDEB conforme determina o artigo 17 da Lei Federal 11.494/2007 e que seja informada à Contabilidade-Geral do Estado, por meio de arquivo eletrônico a ser integrado ao FIPLAN, a distribuição (rateio) dos recursos do FUNDEB transferidos para o Estado e municípios com base no censo escolar definido pelo artigo 18 da Lei Federal 11.494/2007.*

*4. A Contabilidade Geral do Estado crie contas contábeis no grupo contas de controle, com a finalidade de espelhar a movimentação da conta corrente mantida no Banco do Brasil para formação do FUNDEB, conforme determina o artigo 16 da Lei Federal 11.494/2007, a fim de evidenciar todos os recursos recebidos e distribuídos a partir das informações recebidas de forma eletrônica descritas no item 3 desta recomendação;*

*5. Seja disponibilizada no portal transparência do Estado e no MIRA Cidadão, a partir das informações registradas no item 3 desta recomendação, os valores repassados pelo Estado e por cada Município para a formação do FUNDEB, bem como os valores recebidos por cada ente.*

De posse do referido relatório, o Governo do Estado propagou em suas mídias oficiais, conteúdo eximindo-se de qualquer irregularidade, como podemos verificar na reprodução abaixo:



*Fonte: http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/9401284-cge-conclui-que-nao-houve-desvio-de-finalidade-na-aplicacao-do-FUNDEB*

Embora as conclusões do Relatório de Auditoria 0007/2018-CGE fossem parcialmente análogas às provas obtidas pela Comissão Parlamentar no que tange à ausência de atuação do conselho-CACSS e atraso dos repasses, a afirmação de que: “C***onstatamos desvio de finalidade, uma vez que os recursos não transferidos para formação do FUNDEB, enquanto permaneceram sobre o poder do Estado foram repassados a Secretaria de Estado de Educação e foram aplicados no custeio das despesas vinculadas ao fundo nos termos dos artigos 21 e 22 da Lei Federal 11.494/2007”*** é temerária e condiz com a realidade fática apurada.

Para melhor elucidar os fundamentos do relatório, foi realizada a oitiva do Sr. EMERSON ALVES SOARES, Auditor do Estado, membro responsável pela elaboração do Relatório de Auditoria 0007/2018 que trata do FUNDEB no Estado de MT, tendo sido dito o seguinte:

“O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – A Auditoria, cujo relatório está aqui conosco, teve início após a criação da CPI. Como a CGE acompanhava a arrecadação e aplicação do FUNDEB antes da instalação da CPI? SR. ERMERSON ALVES SOARES – **Eu desconheço uma avaliação anterior à convocação desta CPI.** Esse relatório... Não me lembro agora questão de dados, data da instalação da CPI e do que foi relatado, mas nós recebemos a ordem de serviço em fevereiro, final de janeiro, para poder executar esse trabalho. O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Quanto tempo demorou para vocês concluírem o trabalho da auditoria, por favor? O SR. ERMERSON ALVES SOARES – A ordem de serviço foi de 15 dias. Esses 15 dias foram o tempo dado para poder fazer a execução do trabalho. O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Ok. Conforme o art. 17, da Lei 11.494, os recursos dos Fundos provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal serão repassados automaticamente para as contas únicas específicas dos Governos Estaduais, Distrito Federal e dos Municípios vinculados aos respectivos Fundos, instituídas para esse fim, mantidas na instituição financeira que trata o art. 16, desta lei – Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Diante disso, o Estado de Mato Grosso mantém conta única específica para o repasse dos recursos ou destina para o Fundão, uma conta única de arrecadação geral? O SR. EMERSON ALVES SOARES – A contribuição é feita para o Fundão. O retorno ingressa em uma conta especial da Secretaria de Educação, está até relatado na conta corrente nº 5395-3, que é a conta do FUNDEB, que recebe os impostos de volta. O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – A contribuição. O SR. EMERSON ALVES SOARES – **A contribuição, no nosso relato teve, foi intempestiva em um período de tempo, mas ao final do ano nós informamos e conseguimos demostrar que o Estado estava contribuindo com a contribuição devida ao final do período do ano de 2017**. O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Sr. Presidente, falta mais uma, mas têm outras para os colegas. Inclusive, Sr. Emerson, quero parabenizá-lo pelo relatório, que antecipa o nosso trabalho da CPI, Sr. Presidente. **Nós não tínhamos ainda feito a coleta dos dados e ele traz para nós números que tornam à luz a essa situação, porém, o FUNDEB tem duas destinações: uma destinação é a Fonte 122 e os recursos do FUNDEB que serão aplicados no Estado, essa o senhor e a sua equipe auditou e trouxe para nós um número...** O SR. EMERSON ALVES SOARES – Sim... O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – ...de retenção de 331 milhões de reais, porém, outra parte do FUNDEB que é destinada aos municípios, que significa 46% da arrecadação total do FUNDEB, não veio no relatório da auditoria. A **auditoria ficou apenas com a Fonte 122 ou ela também trabalhou a questão dos repasses aos município**s? O SR. EMERSON ALVES SOARES – **Apenas a questão da contribuição do que o Estado recebeu de receita e do que ele tinha que contribuir para o Fundo, nós não relatamos nada relacionado aos municípios.”**

Se não bastasse, utiliza-se do subterfúgio de conciliação contábil e afirma que a retenção foi utilizada para custeio das despesas com a mesma finalidade na fonte 122-FUNDEB-SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, ao contrário da conclusão, o relatório da própria CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO (CGE-MT) demonstra que a fonte 122 - SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO/MT permaneceu, durante o exercício de 2017, por longo período desguarnecida de recursos por ausência de repasses do “fundão”.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Situação Contábil da execução orçamentária fonte 122 - SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO/MT** | | | | | |
| Mês | Saldo inicial | Receita | Despesa | RP pagos | **Diferença** |
| janeiro | 34.611.120,05 | 74.126.430,04 | 0,00 | 0,00 | 108.737.550,09 |
| fevereiro | 108.737.550,09 | 151.538.172,89 | 106.477.808,97 | 0,00 | 153.797.914,01 |
| março | 153.797.914,01 | 74.176.945,67 | 96.262.198,69 | 7.322.437,41 | 124.390.223,58 |
| abril | 124.390.223,58 | 117.407.657,86 | 129.820.678,28 | 26.025.120,58 | 85.952.082,58 |
| maio | 85.952.082,58 | 124.612.712,11 | 158.104.875,46 | 58.394.282,72 | -5.934.363,49 |
| junho | -5.934.363,49 | 104.414.955,28 | 173.833.445,61 | 0,00 | -75.352.853,82 |
| julho | -75.352.853,82 | 99.557.426,02 | 173.305.814,97 | 0,00 | -149.101.242,77 |
| agosto | -149.101.242,77 | 127.065.396,70 | 135.413.850,26 | 0,00 | -157.449.696,33 |
| setembro | -157.449.696,33 | 83.060.759,58 | 134.065.628,26 | 0,00 | -208.454.565,01 |
| outubro | -208.454.565,01 | 103.076.170,07 | 150.755.975,37 | 0,00 | -256.134.370,31 |
| novembro | -256.134.370,31 | 102.302.576,72 | 166.135.387,81 | 10.254.547,40 | -**330.221.728,80** |
| dezembro | -330.221.728,80 | 322.772.574,61 | 36.002.318,48 | 5.180,40 | -43.456.653,07 |
| Total | -43.456.653,07 | 1.484.111.777,55 | 1.460.177.982,16 | 102.001.568,51 |  |

Fonte: relatório 07/2018 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO (CGE-MT) .

É de suma importância a transcrição da oitiva do SR. MARCO AURÉLIO MARRAFON em 24/04/2018, Secretário de Estado de Educação à época dos fatos investigados, vejamos:

“O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – No ano de 2017, com a retenção dos recursos, inclusive para essa Fonte já exarada aqui pela própria Controladoria-Geral do Estado, quais foram as dificuldades que teve a SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO ou se para as quais se preparou para que no final do ano fossem feitos os investimentos na ordem de 330 milhões de reais que **ficou retido durante o ano todo**?

O SR. MARCO AURÉLIO MARRAFON – A Secretaria do Estado de Educação, desde o início, se propôs a construir um programa muito ousado de cumprimento das obrigações com servidores. Isso era um compromisso que o Estado assumiu e nós tínhamos que olhar pela folha de pagamento. Foram aumentos muito ousados que já chegaram a 48% nesses três anos. E isso, especialmente em 2017, com dificuldade de fluxos de caixa, se tornou muito agudo, de tal maneira que nós cumprimos não apenas os pagamentos das parcelas relativos ao RGA, ao ajuste, mas também ao aumento da Lei 510, na base de 7,60% mais ou menos, 7,6 %. Isso foi um impacto muito importante na folha de pagamento da Secretaria de Estado de Educação e isso está diretamente relacionado à manutenção da base legal do FUNDEB, que é justamente para manter o professor na sala de aula e sua remuneração.

Então, **houve um planejamento muito bem elaborado,** inclusive para cumprimento integral da Legislação em relação à Educação Básica **de tal maneira que orçamentariamente tivesse condições de fechar o ano em condições de equilíbrio,** no entanto, com dificuldade do fluxo de caixa, fluxo de receita, **os recursos foram insuficientes para cobrir, especialmente, a folha de pagamento e isso fazia com que, periodicamente, a Secretaria necessitasse de reposições do Tesouro da Fonte 100**, para que fossem cumpridas as obrigações com os servidores e as obrigações, não somente as essenciais, mas especialmente as despesas obrigatórias. O SR. MARCO AURÉLIO MARRAFON – Não. Não foi. Para nós não havia. **Nós recebíamos recursos a mais do FUNDEB, não a menos**. Então, não tinha o problema da correção monetária. **Como havia o déficit da própria SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, para manter as atividades essenciais da educação básica, precisávamos que o Tesouro fizesse a reposição desse recurso**.”

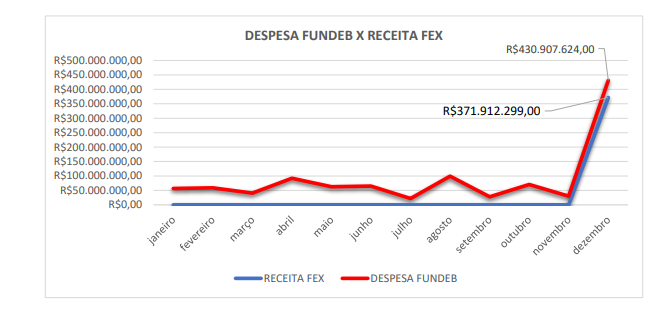
Dessa feita, conforme informações fornecidas pelo responsável pela elaboração do relatório de auditoria, embora o Ofício nº 0151/GSF-SEFAZ/2018 **questionasse se os repasses de recursos arrecadados pelo Estado ao FUNDEB obedeceram as normas vigentes, a CGE-MT no desenvolvimento do seu trabalho limitou-se exclusivamente aos dados relativos a transferência do “fundão a fonte 122-SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO de responsabilidade do próprio Estado, não adentrando a análise da retenção de receita de composição do fundão e destinação a conta única.”,** sendo impróprio afirmar a ausência de desvio de finalidade baseando-se em analise superficial da arrecadação do FUNDEB.

## 2.10.2.2 Da Atuação do Tribunal de Contas do Estado-TCE

#### Das Contas Anuais de 2017

Na análise anual das contas de 2017, o relatório técnico concluiu o seguinte:

*“Destaca-se que setembro e dezembro de 2017 foram os meses com os maiores dispêndios financeiros, nos quais foram consumidos 99,83% e 99,80% dos respectivos ingressos financeiros mensais. O crescimento destacado dos desembolsos financeiros no mês de dezembro de 2017 é resultante do significativo repasse de recursos estaduais ao FUNDEB, frente à média de repasses mensais observados até então. Com efeito, verifica-se que, em dezembro, o valor do repasse financeiro ao FUNDEB cresceu 1.330% em relação ao mês de novembro do mesmo exercício, conforme o gráfico a seguir:*



Fonte: *RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2017-( <file:///C:/Users/42104/Downloads/RELATORIO_81710_2018_01%20(1).pdf)> fl.186.*

A constatação indica que sem os recursos ingressos no caixa estatal em dezembro de 2017, derivados do recebimento do FEX, os repasses ao FUNDEB ocorridos em dezembro poderiam ter sido comprometidos, com todas as consequências negativas disso decorrentes.

Após defesa apresentada pelo Governo do Estado, o relator Conselheiro substituto João Batista de Camargo, apresentou os dados fazendo ressalvas mais significativas quanto às despesas com pessoal e repasse de duodécimo aos Poderes. Na sequência, os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), mesmo com a demonstração de irregularidade nos recursos do FUNDEB, deram parecer favorável à aprovação das contas do governo Pedro Taques (PSDB) do ano de 2017.

#### Das Consultas quanto à utilização dos recursos do FUNDEB recebidos ao final do exercício financeiro

Após aprovação em reunião ordinária desta Comissão, em 21 de fevereiro de 2018, por meio do Mem. Nº0010/2018/ALMT – CPI FUNDEB/FETHAB, a Procuradoria-Geral da AL-MT foi oficiada para que formalizasse consulta ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, a ser requerida por esta Comissão à Mesa Diretora desta Casa de Leis, acerca das providências legais e orçamentárias para a execução dos recursos financeiros do FUNDEB recebidos fora do prazo legal.

Em seguida, ingressaram no TCE-MT consultas subscritas, respectivamente, pelo Senhor Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM, nos autos do Processo 11.579- 7/2018 (principal), e pelo Senhor Eduardo Botelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, tendo como origem solicitação desta CPI, autuada no Processo 13.301-9/2018 (apensado), ambos solicitando manifestação deste Tribunal acerca do controle e da utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Após análise, discussão e votação, foi editada a seguinte Resolução Consulta:

**Processo nº 11.579-7/2018 Interessada ASSOCIAÇÃO MATO**-**GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS** Assunto Consulta Relatora Conselheira Interina JAQUELINE JACOBSEN MARQUES Sessão de Julgamento 30-10-2018 – Tribunal Pleno RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13/2018 – TP Ementa: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS. CONSULTA. EDUCAÇÃO. FUNDEB. ATRASO NO REPASSE DO ESTADO AOS MUNICÍPIOS. APLICAÇÃO E DESTINAÇÃO DA SOBRA DE RECURSOS. SUBVINCULAÇÃO DA APLICAÇÃO MÍNIMA DOS 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB. 1) Em regra, os recursos do FUNDEB devem ser utilizados dentro do exercício financeiro em que forem creditados ao Município, visto que sua dinâmica está alicerçada no princípio da anualidade. 2) A única exceção à aplicação anual dos recursos do FUNDEB está prevista no art. 21, § 2º, da Lei 11.494/07, que admite a utilização de, no máximo, 5% do valor recebido no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. 3) Os recursos vinculados ao FUNDEB devem ser aplicados exclusivamente para atender a sua finalidade legal e o seu controle orçamentário deve ser realizado por fonte/destinação de recurso. 4) Constatado o atraso no repasse dos recursos do FUNDEB pela Administração Pública Estadual e a sua insuficiência de caixa, os Gestores dos Municípios podem utilizar recursos de outras fontes para pagar despesas do FUNDEB e posteriormente devolvê-los às respectivas fontes, dentro do exercício financeiro, desde que não sejam recursos vinculados e seja devidamente demonstrado e justificado pelos Gestores do Fundo. 5) Constatado o repasse atrasado da Administração Pública Estadual, de valor acumulado dos recursos do FUNDEB, os Gestores dos Municípios poderão utilizar desses montantes que, excepcionalmente, alheios as suas vontades, permaneceram em conta acima dos 5% permitidos pela lei, no exercício seguinte, não especificamente no primeiro trimestre, cientes de que a aplicação da totalidade deles pode ser definida em cronograma de despesas e previamente justificada. 6) Verificado o repasse intempestivo da Administração Pública Estadual, de valor acumulado dos recursos do FUNDEB, não há que se manter a subvinculação de aplicação mínima dos recursos percebidos em atraso, oriundos do citado Fundo, para pagamento de profissionais do magistério, se os Gestores Municipais já cumpriram o disposto no artigo 60, XII, do ADCT da CF/88, considerando o valor total recebido no exercício. 7) É vedada a transferência do superávit financeiro apurado nas fontes do FUNDEB para fonte de recursos ordinária visando o pagamento de despesas normais da Administração. Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 11.579-7/2018. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos do artigo 1º, XVII, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e do artigo 29, VIII, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), resolve, por unanimidade, acompanhando o voto da Relatora, que acolheu o voto-vista do Conselheiro Interino Isaias Lopes da Cunha, apresentado na Sessão Ordinária do dia 9-10-2018, e, de acordo, em parte, com o Parecer nº 1.831/2018 do Ministério Público de Contas, responder ao consulente que: 1) em regra, os recursos do FUNDEB devem ser utilizados dentro do exercício financeiro em que forem creditados ao Município, visto que sua dinâmica está alicerçada no princípio da anualidade; 2) a única exceção à aplicação anual dos recursos do FUNDEB está prevista no art. 21, § 2º, da Lei 11.494/07, que admite a utilização de, no máximo, 5% do valor recebido no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional; 3) os recursos vinculados ao FUNDEB devem ser aplicados exclusivamente para atender a sua finalidade legal e o seu controle orçamentário deve ser realizado por fonte/destinação de recurso; 4) constatado o atraso no repasse dos recursos do FUNDEB pela Administração Pública Estadual e a sua insuficiência de caixa, os Gestores dos Municípios podem utilizar recursos de outras fontes para pagar despesas do FUNDEB e posteriormente devolvê-los às respectivas fontes, dentro do exercício financeiro, desde que não sejam recursos vinculados e seja devidamente demonstrado e justificado pelos Gestores do Fundo; 5) constatado o repasse atrasado da Administração Pública Estadual, de valor acumulado dos recursos do FUNDEB, os Gestores dos Municípios poderão utilizar desses montantes que, excepcionalmente, alheios as suas vontades, permaneceram em conta acima dos 5% permitidos pela lei, no exercício seguinte, não especificamente no primeiro trimestre, cientes de que a aplicação da totalidade deles pode ser definida em cronograma de despesas e previamente justificada; 6) verificado o repasse intempestivo da Administração Pública Estadual, de valor acumulado dos recursos do FUNDEB, não há que se manter a subvinculação de aplicação mínima dos recursos percebidos em atraso, oriundos do citado Fundo, para pagamento de profissionais do magistério, se os Gestores Municipais já cumpriram o disposto no artigo 60, XII, do ADCT da CF/88, considerando o valor total recebido no exercício; e, 7) é vedada a transferência do superávit financeiro apurado nas fontes do FUNDEB para fonte de recursos ordinária visando o pagamento de despesas normais da Administração. O inteiro teor desta decisão está disponível no site: www.tce.mt.gov.br. Relatou a presente decisão a Conselheira Interina JAQUELINE JACOBSEN MARQUES (Portaria nº 125/2017). Participaram do julgamento o Conselheiro DOMINGOS NETO – Presidente, e os Conselheiros Interinos LUIZ HENRIQUE LIMA (Portaria nº 122/2017), ISAIAS LOPES DA CUNHA (Portaria nº 124/2017), LUIZ CARLOS PEREIRA (Portaria nº 009/2017), JOÃO BATISTA CAMARGO (Portaria nº 127/2017) e MOISES MACIEL (Portaria nº 126/2017). Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO. Publique-se. Sala das Sessões, 30 de outubro de 2018. (assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br) CONSELHEIRO DOMINGOS NETO Presidente JAQUELINE JACOBSEN MARQUES – Relatora Conselheira Interina GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO Procurador-Geral de Contas. (fonte:http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00087575/13%20-%2011.579-7-2018.pdf)

Portanto, conclui-se que o Tribunal de Contas do Estado - TCE-MT constatou as retenções, porém, mesmo diante da irregularidade, emitiu parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas de Governo do ano de 2017 e expediu RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13/2018 - TP orientando os gestores na utilização dos recursos recebidos intempestivamente.

# **2.11** [**Portaria Conjunta STN/FNDE nº 2/2018**](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpqwPasu_5a9e9b59ac7cf.pdf)

A Portaria Conjunta, expedida pelo Governo Federal no corrente ano, dispõe sobre os critérios e as orientações operacionais a serem observadas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e agentes financeiros quanto à movimentação e divulgação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A grande mudança imposta pelo ato administrativo é a exigência de que a gestão dos recursos destinados ao FUNDEB seja feita diretamente por secretários de educação ou gestores da área ocupando cargo similar no desenvolvimento do ensino de modo a impedir que o ordenamento das despesas seja realizado por prefeitos ou por agentes administrativos de áreas externas.

A regra institui, ainda, **a necessidade de criação de contas únicas e específicas para** aplicação das verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), com CNPJ exclusivo do órgão responsável pela educação, no âmbito dos respectivos entes governamentais.

**A movimentação dos recursos creditados na conta também será realizada, exclusivamente, de forma eletrônica** por meio de sistema específico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, permitindo a identificação da finalidade dos gastos, de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Assim, as duas regras gerais que norteiam o ato têm o intuito de garantir a transparência e a melhor gestão dos recursos, evitando o desvio de finalidade, adequando órgãos às necessidades de acompanhamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

As adequações deveriam ter sido concluídas no prazo de 60 dias, findando no fim do mês de março deste ano, no entanto, o prazo foi estendido até o dia 27 de julho de 2018, razão pela qual o Governo do Estado de Mato Grosso deve imediatamente adequar-se às novas regras.

**2.12 Manutenção do FUNDEB**

Como dito anteriormente, a Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, que criou o FUNDEB, estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para sua vigência. Assim, esse prazo será completado no final de 2020.

Conforme demonstrado, os recursos do FUNDEB são de extrema importância para a educação no Estado de Mato Grosso.

Sobre o assunto, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional - PEC[24/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129778) (https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129778), que torna o FUNDEB permanente. Apresentada pela Senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a PEC está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, sob a relatoria da Senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

A proposta traz inovações que acreditamos serem relevantes ao Estado de Mato Grosso, vejamos:

* **Torna permanente o FUNDEB, dando-lhe estabilidade jurídica incluindo-o no corpo da Constituição Federal;**
* **Eleva os investimentos em educação por parte da União de 10% para, no mínimo, 50% para melhor cooperar e fortalecer a educação nos Estados e Municípios;**
* **Acrescenta aos recursos do FUNDEB um percentual dos recursos provenientes da participação no resultado ou na compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.**
* **Garante a implantação do Custo Aluno-Qualidade para o alcance da educação de qualidade em creches, na Educação Infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio;**
* **Garante a elevação do piso salarial para o magistério da educação.**

# 

# **2.13. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES:**

**A Comissão Parlamentar de Inquérito concluiu que:**

Ficou demonstrada a retenção dos recursos da formação do FUNDEB no Estado de Mato Grosso no exercício financeiro de 2017;

Que a metodologia de fiscalização tem sido ineficiente seja pela inexistência ou atuação inadequada do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Mato Grosso;

Que a retenção de recursos legalmente vinculados ocorreu em decorrência da transferência automática das receitas à Conta Única gerida pela SEFAZ-MT.

Diante das conclusões, é indispensável a regulamentação das transferências dos recursos, desta forma esta Comissão apresenta Projeto de Lei que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 360, de 18 de junho de 2009, que institui o Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo no Estado de Mato Grosso, e regulamenta a gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, de natureza contábil e financeiro, em atendimento à Portaria Conjunta FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018, e dá outras providências”. (anexo)

**Recomendações**

Considerando que o art. 9º, §2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assegura que as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente não serão objeto de limitação de empenho e de programação financeira, donde se revela desconforme com o ordenamento qualquer contingenciamento das despesas vinculadas ao piso constitucional em manutenção e desenvolvimento do ensino;

Considerando que o descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do ADCT, da Lei nº 9.394/1996, da Lei nº 11.494/2007 e da Lei nº 13.005/2014 pode ensejar a responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, a rejeição das contas anuais de governo e a intervenção de que tratam o art. 34, VII, “e”, o art. 35, III, e o art. 36, III, da Constituição Federal, além de dar causa à suspensão das transferências voluntárias, na forma da alínea “b”, inciso IV, §1º, artigo 25 da LRF;

1. Que a **Controladoria-Geral do Estado -** **CGE-MT** fortaleça o controle interno preventivo no Governo de Mato Grosso, bem como adote rotinas de fiscalização e acompanhamento da arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos vinculados ao FUNDEB em Mato Grosso.
2. Que o **Conselho de Acompanhamento Social do FUNDEB** atue efetivamente, cumprindo com as atribuições que lhe são determinadas pela Lei Federal nº 11.494/2007;
3. Que o **Chefe do Poder Executivo Estadual:**

I - mantenha a composição do Conselho de Acompanhamento Social do FUNDEB regular e ofereça ao Conselho o necessário apoio material e logístico, disponibilizando, se necessário, local para reuniões, meio de transporte, materiais e equipamentos, de forma a assegurar a realização periódica das reuniões de trabalho, garantindo, assim, condições para que o Colegiado desempenhe suas atividades e efetivamente exerça suas funções nos termos do art. 24, § 10, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

II - disponibilize, no portal transparência do Estado e no MIRA Cidadão, os valores repassados pelo Estado e por cada Município para a formação do FUNDEB, bem como os valores recebidos por cada ente mensalmente.

III - até o segundo dia útil de cada semana, deposite na conta FUNDEB o valor referente ao produto da arrecadação dos impostos estaduais ocorrida na semana imediatamente anterior, conforme disposições do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

IV - retifique as condições do contrato 15/2015/SEGES firmado com o Banco do Brasil S.A e observe a presente exigência ao lançar novos credenciamento, de modo que os recursos do FUNDEB não sejam transferidos à Conta Única, devendo o agente financeiro, no caso em tela o Banco do Brasil S.A., automaticamente, manter sistema operacional destinado a processar e distribuir os valores devidos a cada ente governamental beneficiário em conta bancária única e específica, instituída para essa finalidade.

V - encaminhe cópia do presente relatório à Controladoria-Geral do Estado - CGE-MT para abertura de eventual processo administrativo visando apurar a responsabilidade de agentes públicos nas retenções.

1. Que a [**Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto**](http://www.al.mt.gov.br/parlamento/comissao-parlamentar/#collapse-6) **e a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da ALMT**, conjuntamente, acompanhem os trabalhos do Conselho de Acompanhamento Social do FUNDEB.
2. Que a **Mesa Diretora da ALMT** remeta a quem deter competência de iniciativa legislativa na propositura a minuta do Projeto de Lei que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 360, de 18 de junho de 2009, que institui o Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo no Estado de Mato Grosso, e regulamenta a gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, de natureza contábil e financeiro, em atendimento à Portaria Conjunta FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018, e dá outras providências.”.
3. Que a **Mesa Diretora da ALMT** impulsione e implemente, em conjunto com a **Bancada Federal de MT**, o acompanhamento a fim de garantir a representatividade do Estado de Mato Grosso na discussões relativas a PEC[24/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129778) em tramitação no Senado Federal.
4. Que **Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal**, nos termos do art.2º da Portaria Conjunta FNDE/ STN nº 2, de 15 de janeiro de 2018:

I - divulguem na internet e disponibilizem em meio eletrônico ao FNDE, Conselho de Acompanhamento Social do FUNDEB estadual e municipais, demonstrativo mensal dos valores executados pelo ente governamental beneficiado com repasses do Fundo, por data, CPF ou CNPJ do destinatário do pagamento ou transferência realizada e por finalidade, de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação, adotando-se, como referência, os lançamentos financeiros ocorridos no último dia útil do mês anterior;

II - disponibilize aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, de forma regular e periódica, os extratos bancários das contas do FUNDEB e das respectivas aplicações financeiras;

1. Que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, no âmbito de sua atividade fiscalizatória e pedagógica:

I - acompanhe periodicamente a arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos vinculados ao FUNDEB em Mato Grosso.

II - implemente metodologia de capacitação de gestores e membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

III - determine a apresentação de parecer dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo nas prestações de contas dos recursos do FUNDEB como documento indispensável para apreciação das contas anuais.

Por fim, encaminhe cópia do presente relatório ao Ministério Público Estadual-MP MT para que as promotorias com atribuições para atuação na Educação, na Infância e Juventude e no Patrimônio Público realizem ações coordenadas para evitar e reprimir quaisquer irregularidades na distribuição e aplicação dos recursos do FUNDEB, especialmente quando se verificar afronta aos artigos 21 a 23 da Lei nº 11.494/2007.

# **Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB**

O Fundo de Transporte e Habitação, foi instituído pela Lei nº 7.263/2000, tendo sua destinação finalística vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFRA. A atual redação foi dada pela Lei nº. [10.353/15](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/13bbab84f788907d84257f2900503760?OpenDocument#_s9h2ki82eksg32c1e6cqj6b108h2i0chj4124a8248ld4aja2a97g_), que alterou o texto original do artigo 1º da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, já anteriormente modificado pelas Leis nºs. 7.882/02 e [8.277/04](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/b116c8a94dbac12404256f82006a1d60?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3gbhi6srio8248kg36c108h2i0h25b92kqgg_):

Art. 1º Fica criado o Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFRA, cuja administração, recursos e condições observarão o disposto nesta Lei. (Nova redação dada pela Lei nº. [10.353/15](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/13bbab84f788907d84257f2900503760?OpenDocument#_s9h2ki82eksg32c1e6cqj6b108h2i0chj4124a8248ld4aja2a97g_)).

A regulamentação da Lei do FETHAB decorre do Decreto nº. 1261/00 e alterações posteriores. A Lei nº. 10.353/15, instituiu o FETHAB Adicional e a Lei nº. 10.480/16 estipulou a alíquota adicional em uma vez a alíquota do normal (DOBRA) e estabelece o mês de dezembro de 2018, como prazo de duração final da contribuição adicional.

A legislação ainda previu a criação de outros 3 (três) Fundos Estaduais Acessórios, sendo que os respectivos fundos deveriam ser voltados para o desenvolvimento da atividade que se relacionam. São estes:

a) Fundo de Apoio à Cultura e a Soja (FACS);

b) Fundo de Apoio a Bovinocultura de Corte (FABOV);

c) Fundo de Apoio à Madeira (FAMAD).

Ainda, foi previsto na legislação, uma forma de financiamento do Instituto Mato-Grossense do Algodão-IMAmt, mediante arrecadação vinculada ao FETHAB.

O recolhimento para o fundo é condição para fruição do diferimento do ICMS nas operações internas com os seguintes produtos agropecuários: Soja, gado em pé para abate, madeira, algodão, gás natural e energia, sendo que os dois últimos atualmente, sem incidência, são decorrentes da previsão legal em zerar o valor da UPF.

Sobre o diesel incide um valor fixo por litro de combustível fornecido, que posteriormente é deduzido na apuração do ICMS devido, na forma de crédito outorgado.

No que se refere às alíquotas a contribuição ao FETHAB é MONOFÁSICA, essa é estipulada em % da UPF/MT cuja atualização, para esta finalidade, é semestral, tendo uma evolução significativa conforme abaixo detalhado:



*Fonte:SEFAZ-MT*

Atualmente, as alíquotas cobradas são as seguintes expressas em % da UPF: ALGODÃO: 10,235 % da UPF por tonelada de pluma transportada; SOJA: 9,605 % da UPF por tonelada de grãos transportada; GADO EM PÉ: 11,76 % da UPF por cabeça transportada para abate; MADEIRA: 9,305 % da UPF por m³ de madeira transportada; DIESEL: (Valor fixo) R$ 0,21 por litro de diesel fornecido.

Com a DOBRA a contribuição ao FETHAB atualmente vigente e com prazo de término em 31/12/18, são as seguintes alíquotas expressas em % da UPF: ALGODÃO: 20,47 % da UPF por tonelada de pluma transportada; SOJA: 19,21 % da UPF por tonelada de grãos transportada; GADO EM PÉ: 23,52 % da UPF por cabeça transportada para abate; MADEIRA: 9,305 % da UPF por m³ de madeira transportada; DIESEL: (Valor fixo) R$ 0,21 por litro de diesel fornecido.

A metodologia de cálculo adota os seguintes parâmetros: Produção: soja e algodão (somente pluma) – estimativa CONAB e ou IMEA da produção na safra do respectivo exercício, abate: gado em pé – dados da Guia de transporte animal – GTA/INDEA e dados do Serviço de Inspeção Federal – SIF (somente abate); movimentação: Madeira – dados da Guia florestal – GF / SEMA (apenas madeira serrada ou industrializada destinada a consumidor final ou comercialização na operação interna – exceto resíduos – e todas as formas de apresentação na operação interestadual ou exportação); e consumo: diesel – dados do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis – SCANC;

# **3.1. Panorama legislativo**

Ao adentrar a análise legislativa da Lei n.º 7.263/2000 vigente a quase duas décadas, é indispensável detalhar o histórico legislativo do Fundo:

**Leis anteriores à criação do FETHAB:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lei nº** | **D.O** | **Autor** | **Ementa** | **Projeto de Lei** |
| 6.742 | 10.01.96 | Deputado Benedito Pinto | \* Cria o Fundo Rodoviário Estadual e dá outras providências. (\*Revogada pela Lei n° 6.919 – D.O.25.07.97) | 277/95 |
| 6.766 | 19.04.96 | Deputado Benedito Pinto | \* Modifica dispositivos da Lei nº 6.742, de 10 de janeiro de 1996, e dá outras providências. (\*Revogada pela Lei n° 6.919 – D.O.25.07.97). | 020/96 |
| 6.919 | 25.07.97 | Deputado Benedito Pinto | Autoriza o Governo do Estado a criar o Fundo Rodoviário Estadual-FRE, e dá outras providências. (\*Revogada pela Lei n° 7.263 – D.O.29.03.00). | 124/97 |

**Lei do FETHAB e suas alterações:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lei nº** | **D.O** | | | **Autor** | | | **Ementa** | | | **Projeto de Lei** | | | | |
| 7.263 | 29.03.00 | | | Poder Executivo | | | Cria o Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, estabelece condições para o diferimento do ICMS em operações internas com os produtos agropecuários que elenca, fixa obrigações para os contribuintes substitutos nas operações com combustíveis e dá outras providências. | | | 36/00 | | | | |
| 7.292 | 28.06.00 | | | Poder Executivo | | | Altera dispositivos da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000. | | | 139/00 | | | | |
| 7.364 | 20.12.00 | | | Poder Executivo | | | Introduz alterações nas Leis nºs 7.098, de 30 de dezembro de 1998, 7.263, de 27 de março de 2000, modificada pela Lei nº 7.292, de 28 de junho de 2000, e dá outras providências. | | | 243/00 | | | | |
| 7.388 | 09.01.01 | | | Dep. Carlos Brito | | | Dá nova redação ao item 5 do Art. 1º da Lei nº 7.292, de 29 de junho de 2000, que, por vez, altera o art. 18 da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências. | | | 254/00 | | | | |
| 7.869 | 20.12.02 | | | Dep. Alencar Soares e  Riva | | | Modifica o inciso II do § 1º do Art. 7º da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o FETHAB, e dá outras providências. | | | 337/02 | | | | |
| 7.882 | 30.12.02 | | | Poder Executivo | | | Introduz alterações na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências. | | | 381/02 | | | | |
| 7.901 | | 02.06.03 | | | Poder Executivo | | | Modifica o Art. 12 da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o FETHAB, e dá outras providências. | | | 162/03 | | |
| 8.001 | | 14.11.03 | | | Poder Executivo | | | Dá nova redação ao Art. 5º da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e ao *caput* do Art. 15 da Lei nº 7.882, de 30 de dezembro de 2002. | | | 251/03 | | |
| 8.092 | | 21.01.04 | | | Dep. Joaquim Sucena | | | Altera a redação do § 4º do Art. 15 da Lei nº 7.263, alterada pela Lei nº 7.882, de 30 de dezembro de 2002. | | | 487/03 | | |
| 8.221 | | 26.11.04 | | | Poder Executivo | | | Dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, reestrutura o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento, e altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências. | | | 308/04 | | |
| 8.227 | | 03.12.04 | | | Poder Executivo | | | Acrescenta parágrafos ao Art. 90 da Lei nº 4.547, de 27 de dezembro de 1982, e dá outras providências.  Obs: Embora não altere a Lei nº 7.263/00, diz respeito ao FETHAB. | | | 321/04 | | |
| 8.277 | | 30.12.04 | | | Poder Executivo | | | Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, alterada pela Lei nº 7.882, de 30 de dezembro de 2002, e pela Lei nº 8.092,  de 21 de janeiro de 2004. | | | 383/04 | | |
| 8.351 | | 08.07.05 | | | Poder Executivo | | | Introduz alteração na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências. | | | 164/05 | | |
| 8.381 | | 25.10.05 | | | Dep. Zeca D’Ávila | | | Introduz alterações na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências. | | | 178/05 | | |
| 8.432 | | 30.12.05 | | | Poder Executivo | | | Altera dispositivos da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, cria o Fundo de Apoio à Cultura da Soja - FACS e o Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte - FABOV, e dá outras providências. | | | 360/05 | | |
| 8.549 | | 31.08.06 | | | Poder Executivo | | | Altera dispositivos da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB, modificada pela Lei nº 8.432, de 30 de dezembro de 2005 e dá outras providências. | | | 308/06 | | |
| 8.590 | | 27.11.06 | | | Dep. Silval Barbosa | | | Modifica dispositivos da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, fixa obrigações para os  contribuintes que promovem saídas de produtos agrícolas e da pecuária nas condições que especifica, bem como para os substitutos tributários nas operações com combustíveis e dá outras providências | | | 405/06 | | |
| 8.693 | | 26.07.07 | | | Poder Executivo | | | Altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências. | | | | 339/07 | | |
| 8.745 | | 21.11.07 | | | Dep. Riva | | | Altera dispositivos da Lei n° 7.263, de 27 de março de 2000, alterada pelas Leis nºs 7.869, de 20 de dezembro de 2002, 7.882, de 30 de dezembro de  2002, 7.901, de 02 de junho de 2003, 8.351, de 08 de julho de 2005, 8.381, de 25 de outubro de 2005, 8.432, de 30 de dezembro de 2005, 8.549, de 31 de agosto de 2006 e 8.590, de 27 de novembro de 2006, que criou o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB, cria o Fundo de Apoio à Madeira –  FAMAD, e dá outras providências. | | | | 355/07 | | |
| 8.869 | | 13.05.08 | | | Dep. Riva | | | Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, alterada pela Lei nº 8.745, de 21 de novembro de 2007. | | | | 13/08 | | |
| 8.960 | | 13.08.08 | | | Poder Executivo | | | Altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB fixa obrigações para os contribuintes que promoverem saídas de produtos agrícolas e da pecuária nas condições que especifica, bem como para os substitutos tributários nas operações com combustíveis e dá outras providências. | | | | 438/08 | | |
| 9.066 | | 23.12.08 | | | Poder Executivo | | | Altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB; altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.883, de 02 de junho de 1997, que institui o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT. | | | | 777/08 | | |
| 9.180 | | 22.07.09 | | | Poder Executivo | | | Altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB e fixa obrigações para os contribuintes que promoverem saídas de produtos agrícolas e da pecuária e que  explorem os recursos minerais indicados nas condições que especifica. | | | | 360/09 | | |
| 9.218 | | 09.10.09 | | | Poder Executivo | | | Dispõe sobre a remissão de créditos tributários relativos às contribuições ao Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB-Madeira e ao Fundo de Apoio a Madeira - FAMAD, nas condições que especifica, e dá outras providências. | | | | 433/09 | | |
| 9.278 | | 18.12.09 | | | Dep. Dilceu Dal Bosco | | | Modifica e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.218, de 09 de outubro de 2009, e dá outras providências. | | | | 552/09 | | |
| 9.285 | | | 22.12.09 | | | Lideranças Partidárias | | | Altera o § 2º, do Art. 14-D, da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, modificada pela Lei nº 8.432, de 30 de dezembro de 2005. | | | | 609/09 | |
| 9.709 | | | 29.03.12 | | | Poder Executivo | | | Introduz alterações na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências. | | | | 80/12 | |
| 9.852 | | | 17.12.12 | | | Poder Executivo | | | Altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, fixa obrigações para os contribuintes que promoverem saídas de produtos agrícolas e da pecuária e a exploração dos recursos minerais indicados nas condições que especifica, bem como para os substitutos tributários nas operações com combustíveis e dá outras providências. | | | | 640/12 | |
| 9.859 | | | 28.12.12 | | | Poder Executivo | | | Altera as Leis dos Fundos Especiais e dá outras providências. | | | | 641/12 | |
| 10.007 | | | 09.12.13 | | | Dep. Ademir Brunetto | | | Revoga dispositivos da Lei nº 8.960, de 13 de agosto de 2008, especialmente o inciso I do Art. 1º e o inciso III do Art. 1º que alterou e acresceu dispositivos à Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000. | | | | 56/11 | |
| 10.051 | | | 09.01.14 | | | Dep. Riva | | | Altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, fixa obrigações para os contribuintes que promoverem saídas de produtos agrícolas e da pecuária e a exploração de recursos minerais indicados nas condições que especifica, bem como para os substitutos tributários nas operações com combustíveis e dá outras providências. | | | | 261/13 | |
| 10.353 | | | 23.12.15 | | | Poder Executivo | | | Dispõe sobre alterações na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências. | | | | 767/15 | |
| 10.388 | | | 14.04.16 | | | Poder Executivo | | | Dispõe sobre alterações na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências. | | | | 80/2016 | |
| 10.397 | | | 05.05.16 | | | Lideranças Partidárias | | | Altera dispositivo da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências. | | | | 103/2016 | |

**Leis complementares**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **LC** | **D.O** | **Autor** | **Ementa** | **Projetos** |
| 199 | 17.12.04 | Poder Executivo | Dispõe sobre saldos financeiros dos Fundos vinculados aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e outras disposições. | PLC 58/04 |
| 521 | 27.12.13 | Poder Executivo | Altera a Lei nº 9.970, de 02 de agosto de 2013, e dá outras providências. | PL 344/2013 |
| 602 | 19.02.2018 | Poder Executivo | Altera dispositivos da Lei Complementar nº 360, de 18 de junho de 2009, que institui o Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo no Estado de Mato Grosso e dá outras providências, e da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB e da outras providências. FETHAB e da outras providências. | PLC 30/2017 |

Fonte SSL/ALMT

# **3.2. Natureza do FETHAB**

Primeiramente, cabe frisar que o FETHAB não é tributo, o legislador estadual ao tornar facultativa a contribuição afastou a natureza tributária das contribuições para o FETHAB e demais fundos, ou seja, os contribuintes podem optar por contribuir com o fundo ou não, condicionado a possibilidade de concessão do diferimento do ICMS.

Para que fosse considerado tributo a contribuição deveria tratar de prestação pecuniária compulsória, nos termos do art. 3º do Código Tributário Nacional. Uma vez não prevista a obrigação na prestação, esta deixa de ser tributo.

A natureza tributária do FETHAB foi questionada judicialmente chegando à apreciação do Supremo Tribunal Federal, que nos autos do Agravo de Instrumento nº. 859321, de Relatoria do Ministro Dias Toffoli, confirmou a constitucionalidade do FETHAB, afastando sua natureza tributária ante a faculdade que o contribuinte tem de optar pelo diferimento do ICMS, citando precedente da corte no caso do julgamento da FUNDERSUL, que é o equivalente ao FETHAB no Estado do Mato Grosso do Sul.

# **3.3. Hipóteses de incidência**

De acordo com a da Lei do FETHAB, o benefício do diferimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, previsto na legislação estadual para as operações internas com soja, gado em pé e madeira, fica condicionado a que os contribuintes, remetentes da mercadoria, contribuam para o FETHAB e para os Fundos criados nos Arts. 14-A, 14-D e 14-F, bem como para o Instituto Mato-grossense do Algodão – IMAmt.

Para fins de efetivar a contribuição, o remetente da mercadoria deverá recolher os seguintes valores:

I - **9,605%** (nove inteiros e seiscentos e cinco milésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de **soja transportada**, que será creditada à conta do FETHAB; (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_))

II - **1,26%** (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de soja transportada, que será creditada à conta do **FACS**, criado pelo art. 14-A e seguintes desta lei; (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_))

III - **11,76%** (onze inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do valor da UPF/MT vigente no período, por **cabeça de gado transportada para** o abate, que será creditada à conta do FETHAB; (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_))

IV - **1,26%** (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por cabeça de gado transportada para o abate, que será creditada à **conta do FABOV,** criado pelo art. 14-D e seguintes desta lei; (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_))

V – **9,305%** (nove inteiros e trezentos e cinco milésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por metro cúbico de **madeira transportada,** que será creditada à conta do FETHAB; (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_))

VI - **3,71%** (três inteiros e setenta e um centésimos por cento) do valor da UPF/MT vigente no período, por metro cúbico de madeira transportada, que será creditada à conta do **FAMAD,** criado pelo art. 14-F e seguintes desta Lei; (nova redação dada ao inc. VI pela Lei [10.397/16](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/6213ec4e21cbffe084257fab0041669f?OpenDocument#_h9h2ki82eksg32c1e6csjeb108h2i0c1l4124a82d854ku824_), efeitos a parir de 05/05/16)

V - **10,235%** (dez inteiros e duzentos e trinta e cinco milésimos por cento) do valor da UPFMT, vigente no período, por **tonelada de algodão;** (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_))

VI - **34,695%** (trinta e quatro inteiros e seiscentos e noventa e cinco milésimos por cento) do valor da UPF/MT vigente no período, por tonelada de algodão transportada, para o Instituto Mato-Grossense do Algodão – **IMAmt** (Redação cf. art. 1º da Lei [9.709/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/21ce52738611ad03842579d10044756f?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3ibhn60sio8248kg34e908h2i0ja1aa04u824_));

VII - os contribuintes mato-grossenses enquadrados como usinas **hidrelétricas ou centrais hidrelétricas**, que promoverem saídas internas e/ou interestaduais de energia elétrica, ficam obrigados a recolher, a título de FETHAB, o valor correspondente a **0,004% (quatro milésimos por cento)** do valor da UPFMT vigente no período por quilowatt-hora (kWh) comercializado (acrescentado pela Lei [9.852/12](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/676ef8c1eada0be784257ad8005a1c31?OpenDocument#_t9h2ki82eksg3ibho6kp2o8248kg32dp08h2i0h25b92kqgii9sg48_)), ficando o Poder Executivo autorizado a reduzir a **até 0 (zero por cento**) do valor da UPFMT vigente no período, o valor da contribuição;

VII - os contribuintes, localizados ou não no território mato-grossense, responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido ao Estado de Mato Grosso, nas operações com **óleo diesel,** devem reter, também, o valor de R**$0,21 (vinte e um centavos de real), por litro de produto fornecido;** (nova redação dada pela Lei [10.480/16](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/fc2366367defe1a1842580980056b48e?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6gs30b108h2i0cho4124a_), efeitos a partir de 1º/01/17)

VIII – o contribuinte mato-grossense que promover importação, exportação, transporte ou saída **de gás natural** destinado à produção de energia termoelétrica efetuará contribuição à conta do FETHAB, na forma e prazos indicados no regulamento, no valor correspondente a **0,5% (meio por cento)** do valor da UPFMT vigente no período, exigida por metro cúbico a cada operação ou prestação, respectivamente (acrescentado pela Lei [8.432/05](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/1cbd4229d43b0988042570f4004ce730?OpenDocument#_19h2ki82ev0g3gbhk6cp2o8248kg36c108h2i0h25b92kqgii9sg48_)), podendo o Poder Executivo autorizar a reduzir a até 0 (zero por cento) do valor da UPFMT vigente no período o valor da contribuição estabelecida no *caput*deste artigo; (acrescentado pela Lei [8.432/05](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/1cbd4229d43b0988042570f4004ce730?OpenDocument#_19h2ki82ev0g3gbhk6cp2o8248kg36c108h2i0h25b92kqgii9sg48_))

É indispensável registrar que a Lei 10.480/16 estipula a alíquota do FETHAB adicional em uma vez a alíquota estabelecida no Capítulo II da Lei nº 7.263/2000 **(DOBRA)** e estabelece dezembro de 2018 como prazo de duração final da contribuição adicional.

**3.4. Receitas do FETHAB**

Constituem receitas do FETHAB a arrecadação decorrente da aplicação do disposto nos incisos I, III e V do Art. 7º, nos Arts. 7°-A, 7°-C, 7°-C-1, 7°-D, 7°-F e 7º- F-1 da Lei nº 7.263/2000, excluídas as contribuições ao IMAmt, ao FABOV, ao FACS e ao FAMAD, e nos Arts. 7°-E, 7°-H e 12 da Lei nº 7.263/2000, inclusive, acréscimos legais.

São consideradas receitas, além das contribuições acima mencionadas, as transferências à conta do Orçamento do Estado, os recursos decorrentes de convênios firmados com o Governo Federal para aplicação em rodovias e habitação, as contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado para fins específicos, as contribuições, doações e convênios de financiamentos efetuados por organismos internacionais de cooperação para aplicação no Sistema de Transporte e Habitação; (Nova redação dada pela Lei [7.292/00](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/03941efd821c912a0325690e0069c670?OpenDocument#_79h2ki82eksg3echp68_), efeitos a partir de 28/06/00)

Somam-se ao fundo as rendas oriundas de aplicação financeira dos recursos arrecadados  (nova redação dada pela Lei [10.480/16](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/fc2366367defe1a1842580980056b48e?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6gs30b108h2i0cho4124a_), efeitos a partir de 1º/01/17), receitas advindas de concessões formalizadas para atender aos objetivos definidos na Lei do FETHAB, os valores decorrentes da cobrança pelo uso de faixa de domínio das rodovias estaduais, os valores decorrentes de taxas de prestação de serviços relativos à infraestrutura de transporte e logística, e outras rendas correlatas.

## 3.4.1 Da Receita do Óleo Diesel

Os contribuintes, localizados ou não no território mato-grossense, responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido ao Estado de Mato Grosso, nas operações com óleo diesel, devem reter, também, o valor de R$0,21 (vinte e um centavos de real) por litro de produto fornecido. (nova redação dada pela Lei [10.480/16](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/fc2366367defe1a1842580980056b48e?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6gs30b108h2i0cho4124a_), efeitos a partir de 1º/01/17).

Esta Comissão verificou que o valor retido por litro de óleo diesel sofreu grande mutação no período de vigência da Lei nº 7.263/2000, mediante alterações legislativas, bem como a exclusão do álcool anidro, álcool hidratado e gasolina da incidência da contribuição. Na redação original o valor era de R$ 0,04 (quatro centavos de real) por litro do produto fornecido ( álcool anidro, álcool hidratado, gasolina e óleo diesel).

Pela Lei 7.292/00, efeitos de 28/06/00 a 19/12/00, os valores eram de R$0,04 (quatro centavos de reais) por litro do produto fornecido nas operações com álcool anidro, álcool hidratado e gasolina e R$0,02 (dois centavos de reais) por litro do produto fornecido nas operações com óleo diesel.

Pela Lei7.364/00, efeitos de 20/12/00 a 01/06/03, a incidência permaneceu somente no produto óleo diesel, elevando o valor para R$0,04 (quatro centavos de reais) por litro do produto fornecido.

Nota-se, com o passar dos anos, aumento progressivo no valor, sendo que na Lei 7.901/03 o valor retido seria R$ 0,10 (dez centavos de real) por litro de produto fornecido, passando ao valor de R$0,18 (dezoito centavos de real) por litro de produto pela Lei [8.960/08](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/e9a3c2b663f122ac04256d5e004cc094/b65a5971fedec9d5042574a50045ecfa?OpenDocument#_i9h2ki82ev0g3gbhp6oo2o8248kg32cp08h2i0ga79t9l8jo_) , novamente sendo majorado na Lei [10.353/15](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/13bbab84f788907d84257f2900503760?OpenDocument#_s9h2ki82eksg32c1e6cqj6b108h2i0chj4124a8248ld4aja2a97g_) ao valor de R$0,19 (dezenove centavos de real) por litro de produto fornecido, estando fixado no valor de R$0,21 (vinte e um centavos de real) por litro de produto fornecido pela redação dada pela Lei [10.480/16](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/fc2366367defe1a1842580980056b48e?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6gs30b108h2i0cho4124a_).

Conforme informações prestadas pelo Secretário Adjunto da Receita Pública da SEFAZ-MT, Sr. Último Almeida de Oliveira, em oitiva perante esta Comissão em 10 de abril de 2018, foi esclarecido que :

*“Sobre o diesel, incide um valor fixo, como é de conhecimento, hoje, de R$0,21 centavos por litros de diesel consumido dentro do Estado.* ***Ele é invertido na PETROBRÁS na forma de crédito outorgado****. Então, dessa forma, a PETROBRÁS paga esses R$0,21 a título de FETHAB por litro de diesel consumido e abate esse mesmo valor do ICMS a ser recolhido para o Estado de Mato Grosso das suas operações normais.”*

## 3.4.1.1 Crédito Outorgado

De acordo com a Lei do FETHAB Combustível, os contribuintes localizados ou não no território mato-grossense, responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido ao Estado de Mato Grosso nas operações com óleo diesel, devem reter, também, o valor de R$0,21 (vinte e um centavos de real) por litro do produto fornecido, em contrapartida a refinaria, responsável pela retenção e recolhimento da contribuição ao FETHAB, é atribuído crédito outorgado em valor igual ao da contribuição, efetivamente, recolhida.

O crédito outorgado é utilizado, exclusivamente, como dedução do ICMS devido ao Estado de Mato Grosso pela refinaria, na condição de substituta tributária do aludido tributo, nos termos do Art.28 da Lei do FETHAB e o ANEXO IX CRÉDITOS FISCAIS, OUTORGADOS E PRESUMIDOS, vejamos:

**CAPÍTULO IV**

**DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUINTES SUBSTITUTOS NAS OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS**

**Art. 28** Os contribuintes, localizados ou não no território mato-grossense, responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido ao Estado de Mato Grosso, nas operações com óleo diesel, devem reter, também, o valor de R$ 0,21 (vinte e um centavos de real), por litro do produto fornecido. ***(Nova redação dada ao caput do art. 28 pelo Dec.***[***1.087/2017***](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/79acf528fc969c6084258159005c2f0d?OpenDocument#_88h2k6ki5ah7i0jno40oisc1o6sm20h2540o3e8248kg4klac917g_)***, efeitos a partir 1º.01.17)***

**§ 1º** O valor de que trata o *caput* não poderá ser repassado ao valor final do produto; ***(Nova redação dada pelo Dec.***[***2.246/00***](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/fa98990ecbe78688042569c800767cdf?OpenDocument#_18h2k6ki5ah7i0jl740p2schk6og0_)***)***

**§ 2º** Para fins de apuração e recolhimento do valor de que trata o *caput*, será considerado o que segue: ***(Nova redação dada pelo Dec.***[***2.246/00***](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/fa98990ecbe78688042569c800767cdf?OpenDocument#_18h2k6ki5ah7i0jl740p2schk6og0_)***)***

I –a retenção e recolhimento da contribuição ao FETHAB será efetuada pela refinaria, não podendo seu valor ser repassado ao preço final do óleo diesel;

II –à refinaria responsável pela retenção e recolhimento da contribuição ao FETHAB **será atribuído crédito outorgado em valor igual ao da contribuição, efetivamente, recolhida**;

III –o crédito outorgado referido no inciso anteriorserá utilizado, exclusivamente, **como dedução do ICMS,** devido ao Estado de Mato Grosso pela refinaria, na condição de substituta tributária do aludido tributo, nos termos da legislação específica;

IV –a fruição do crédito outorgado previsto neste artigo fica condicionada à celebração de Termo de Acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda, observados os prazos e condições nele estabelecidos;

V – a importância retida nos termos do *caput*será recolhida à conta mencionada no parágrafo único do artigo 2°, na forma e prazos disciplinados no Termo de Acordo celebrado.***(Nova redação dada pelo Dec.***[***2.317/03***](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/d42c843b6ad8f2d904256e05006d6b37?OpenDocument#_l8h2k6ki5ah7i0jno40p2scph6snj0co_)***)***)(grifo nosso)

ANEXO IX

CRÉDITOS FISCAIS, OUTORGADOS E PRESUMIDOS

(a que se refere o *caput* do [artigo 64-R](http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf/cc90333e16d28a8c0425736e0076800a/e5103e946759ee7304256a680066adfc?OpenDocument#_a85p78bh06oq2qkh08dnmssrkd5q7apbd41gmirj4c4g66sk2chkn8_)deste Regulamento),(Acrescentado o Anexo IX pelo Art. 1º, inciso VIII, do Decreto [371/07](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/e9a3c2b663f122ac04256d5e004cc094/3852830018c8229a0425730700640473?OpenDocument#_g8h2k6ki5ah7i0jl740pjec9c4124a81i6og48h9099aksi2f4124a_), efeitos a partir de 01/07/2007)

**Art. 21** Nos termos do Convênio ICMS 85/11, exclusivamente para fins de investimento em obra de infraestrutura prevista em 'Termo de Compromisso' firmado entre a Secretaria de Estado responsável e a empresa contratada para a sua execução, poderá, nos termos deste artigo, ser concedido crédito outorgado equivalente ao valor do respectivo investimento. (cf. inciso I da cláusula segunda combinado com o *caput* da cláusula primeira do Convênio ICMS [85/2011](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/8f63bb45a1cf281584257920007fa13e?OpenDocument#_s8d7kslmi9p4ku8298d6l681o6km20h2540pj08248kg56hak8l6k4_), redação dada pelos Convênios ICMS [57](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/1d1d2cfc28f5f9b684257a2b00637770?OpenDocument#_k8d7kslmi9p4ku8298d6l681l6sm20h2540p348248kg4klae917g_) e [69/2012](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/92d544aba54e25f584257a2b006e4008?OpenDocument#_e8d7kslmi9p4ku8298d6l681m74m20h2540p348248kg4klae917g_) – efeitos a partir de 16 de julho de 2012)

**§ 1°** O valor total do crédito outorgado para investimento em cada obra de infraestrutura a que se refere o *caput* não poderá exceder, em hipótese alguma, ao valor do investimento realizado pela contratada na referida obra.

**§ 2°** O somatório dos valores de todos os termos de compromisso firmados não poderá exceder a 5% (cinco por cento) da receita da parte estadual do ICMS, na forma preconizada na Cláusula Primeira do Convênio ICMS 85/2011.

**§ 3°** A assinatura de qualquer termo de compromisso concedendo crédito outorgado na forma deste artigo, sob pena de nulidade para efeitos tributários, será, obrigatoriamente, precedida de consulta à Unidade de Pesquisa Econômica Aplicada–UPEA/SARP, da Secretaria Adjunta da Receita Pública da Secretaria de Estado de Fazenda, a qual atestará a existência de saldo autorizado e controlará a não extrapolação do limite que trata o § 2° deste artigo.

**§ 4°** A fruição do valor do crédito outorgado ocorrerá em parcelas mensais, na forma pactuada no termo de compromisso, desde que observadas às seguintes condições:

I – o montante do crédito apropriado não poderá exceder ao somatório do valor das medições, efetivamente, atestadas, somente sendo admitida apropriação depois da primeira medição da respectiva obra de infraestrutura;

II – o percentual de fruição do crédito outorgado, quando tomado em relação ao valor total do investimento na obra, não poderá exceder ao percentual de execução física desta mesma obra;

III – o valor da parcela do crédito apropriada mensalmente não poderá exceder o montante obtido pela divisão do valor total do investimento na obra pela quantidade de meses previstos para sua execução, admitida a fruição em mês subsequente de valor não fruído em meses anteriores, desde que cumprida a condição do inciso II deste parágrafo;

IV – o crédito outorgado será apropriado diretamente em conta gráfica pelo executor da obra, o qual poderá transferi-lo livremente mediante nota fiscal eletrônica que expedir.

**§ 5°** A apropriação e a recepção do crédito a que se refere o inciso IV do § 4° deste artigo serão realizadas na escrituração fiscal digital, podendo o destinatário promover uma única nova transferência do crédito recebido na forma deste artigo.

**§ 6°** Os termos de compromisso, suas alterações, assim como o atestado das medições e suas eventuais modificações, deverão ser mantidos em arquivo pelo sujeito passivo favorecido e pela Secretaria de Estado responsável pela obra de infraestrutura, sendo apresentados, sempre que requisitados pelo fisco, na forma da legislação aplicável.

**§ 7°** Caberá à Secretaria de Estado responsável pela obra de infraestrutura o controle da execução e a emissão do atestado das medições realizadas, assim como de todas as modificações ou alterações que vierem ocorrer nos instrumentos contratuais, desde seu início até a efetiva entrega.

**§ 8°** O crédito a que se refere este artigo será apropriado, conforme o caso, na escrituração fiscal do beneficiário ou do destinatário, podendo ainda ser destinado e escriturado pelo fornecedor dos materiais para as obras objeto do termo de compromisso de que trata o *caput* deste artigo, e ser compensado ou transferido para qualquer filial ou estabelecimento inscrito no cadastro de contribuintes mato-grossenses, inclusive, na hipótese de substituição tributária.

**§ 9°** O benefício previsto neste artigo vigorará até 30 de abril de 2017. (cf. cláusula terceira do Convênio ICMS 85/2011 combinada com a cláusula quinta do Convênio ICMS [101/2012](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/f0896c59d5e1f60984257921004fdca4?OpenDocument#_r8d7kslmi9p4ku8298d6l681h60oio8248kg36c108h2i0kq5ah2g_) – efeitos a partir de 23 de outubro de 2012)

**§ 10** Excepcionalmente, até 31 de maio de 2014, fica autorizada a formalização documental de registro e transferência do crédito outorgado, observando os procedimentos descritos nesse artigo, referentes ao período de início de vigência do respectivo termo de compromisso até 30 de abril de 2014.

§ 11 Na hipótese do § 10 deste artigo, o destinatário da nota fiscal de transferência de crédito deverá efetuar o estorno do referido crédito, caso necessário.

O crédito outorgado é modalidade de desoneração tributária pela qual o fisco concede crédito ficto em valor superior ao de direito, provocando a redução na arrecadação do ICMS. Nota-se que o crédito fiscal concedido e utilizado versa sobre uma das modalidades de RENÚNCIA FISCAL prevista na Lei Complementar nº 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF.

Destaca-se que essa modalidade de concessão de créditos outorgados (também conhecidos como presumidos) refere-se a um crédito que não necessariamente corresponderia ao real se fosse seguido o sistema regular de créditos e débitos. Em regra, confere ao contribuinte a opção de creditar um valor presumido em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos. Normalmente, o valor do crédito presumido é calculado pela aplicação de uma determinada alíquota sobre o valor do imposto devido na operação. Exemplo: Valor da operação: R$5.000,00; alíquota aplicada: 12% ICMS = R$5.000,00 x 12% = R$600,00; Crédito presumido: 20% sobre o ICMS devido = R$120,00.

Desta forma, devido às consequências severas que impõe à arrecadação do ente federativo, a Lei Complementar nº 101/2000 determina que a concessão de benefícios fiscais, que implique em RENÚNCIA FISCAL, deve, necessariamente, estar sempre acompanhada de avaliações do seu impacto sobre o orçamento público estadual/finanças estaduais.

Tal modalidade de arrecadação, instituída na Lei que rege o FETHAB, garante 100%(cem por cento) de efetividade na arrecadação do FETHAB sobre o óleo diesel. No entanto, é possível verificar que a contribuição é compensada pela refinaria **como dedução do ICMS** devido ao Estado de Mato Grosso, refletindo diretamente na arrecadação do ICMS, ou seja, o recurso ingressa no FETHBAB na mesma proporção que deixa de ser arrecadado no ICMS.

Como se vê, o Estado, ao conceder créditos para realização de obras de infraestrutura, omite receitas e despesas do orçamento, resultando em graves prejuízos para a União; fundos; municípios do Estado, e limites de gastos com pessoal, dívida pública etc., conforme segue:

1. **A União deixa de receber a contribuição de 1% ao PASEP sobre o valor concedido de créditos;**
2. **O ensino estadual e municipal deixa de receber 25% dos créditos concedidos, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal;**
3. **Ações e serviços públicos de saúde estadual deixam de receber 12% e os municípios 15% dos créditos concedidos, incisos II e III do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;**

**d) Os municípios perdem 25% do valor concedido de créditos outorgados, ou seja, todos os municípios do Estado estão contribuindo diretamente com as obras de infraestrutura de competência estadual, inciso IV do artigo 158 da CF;**

**e) Reduz os limites de gastos com pessoal que, por consequência, influencia na possibilidade de melhores salários aos servidores das esferas estadual e municipal de todos os Poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário e MP;**

**f) Reduz a receita corrente líquida do Estado e municípios e, por consequência, diminui a capacidade de endividamento, amortização do principal da dívida e pagamento de juros e demais encargos.**

Corroborando com este entendimento, transcrevemos a decisão do Juízo da Alto Araguaia/MT, da nos autos do Processo 2380-26.2018.811.0020:

*“Trata-se de Ação Ordinária de Ressarcimento de Dano ao Erário Municipal, com Pedido de Tutela de Urgência Inaudita Altera Pars, manejada pelo Município de Alto Araguaia – MT, em desfavor do Estado de Mato Grosso, todos devidamente qualificados e representados.*

***Aduz o Requerente que o Requerido vem causando gravíssimos prejuízos aos municípios, pois as normas legais referente à arrecadação do ICMS determinam que 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecadado pertencem aos Municípios, devendo o Estado transferir tal percentual aos mesmos; porém não tem realizado.***

***Aduz ainda que, com o advento do FETHAB, o Requerido passou a autorizar a retenção de valores quanto aos combustíveis e, que tal valor de crédito arrecadado tem deixado de compor a base de cálculo do montante de arrecadação do ICMS, não entrando no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) concernente aos Municípios, caracterizando renúncia de receita relativamente ao município; com isso, registrou que a presente irregularidade/ilegalidade tem ocasionando dano ao erário do município e, por consequência, restrição à autonomia administrativa do ente federativo, obstaculizando a implementação de politicas públicas, requerendo a concessão de medida liminar para cessar tal situação.***

*Determinada a emenda a inicial, para retificação do valor da causa (ref. 04); emenda a inicial apresentada (ref. 07).*

*Recebida a inicial, postergou-se a análise da liminar e determinou-se a citação do Requerido (ref. 09); o Requerente apresentou pedido de reconsideração (ref. 14); acatado o pedido de reconsideração, determinou-se vistas ao Ministério Público (ref. 16).*

*Instado a se manifestar, o Ministério Público manifestou-se favorável à concessão da liminar (ref. 24); em, sequencia, foi determinada a intimação do Requerido para que se manifestasse, no prazo de 72 horas (ref. 25); o Requerido se manifestou pugnando pela indeferimento do pleito liminar (ref. 37).*

*O Requerido apresentou contestação (ref. 39); o Requerente apresentou manifestação (ref. 40).*

*Vieram os autos conclusos.*

*É o breve relato. Fundamento e DECIDO.*

*Inicialmente, o Requerido argumenta a impossibilidade de concessão de antecipação dos efeitos da tutela haja vista que, se deferida, poderá ocasionar o esgotamento parcial ou total do objeto da ação, nos termos do artigo 1º da lei n.º 9.494/1997; contudo, este Juízo entende que, a forma em que consta o pedido liminar, ao contrário do argumentado, não se vislumbra e/ou se verificar impedimento legal para a eventual concessão de liminar, pois o que se busca liminarmente é a cessão, em tese, do dano ao erário municipal que vem ocorrendo com a “renúncia” de receita decorrente do credito outorgado por meio do FETHAB.*

*Ato contínuo, passemos assim a analisar o pleito liminar.*

*Na atual norma pertencente ao ordenamento jurídico brasileiro – Código de Processo Civil de 2015, foram estabelecidas como tutelas de emergência: a satisfativa (tutela antecipada) e a cautelar, sendo ambas consideradas tutelas provisórias.*

*Neste sentido, compete ao Magistrado, ao apreciar pedido de concessão de tutela de urgência, como a apresentada e requerida pelo Requerente, verificar, em nível de cognição sumária, se se encontram presentes os requisitos autorizadores, quais sejam: juízo de probabilidade e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme dispõe o caput do artigo 300 do Código de Processo Civil, in verbis:*

*“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.*

*In casu, a probabilidade do direito do Requerido encontra-se inicialmente calcado na garantida constitucional que assegura aos Municípios o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecado do ICMS, possuindo interesse e legitimidade para buscar a satisfação do seu crédito, conforme registrado em recente decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, ao consignar que “(...) Embora não seja legítima a expectativa do município no que tange à arrecadação potencial máxima do ICMS, não há óbice ao fornecimento, pelo Estado de Mato Grosso, de informações relativas aos programas de incentivos fiscais consistentes na redução do ICMS, contendo os percentuais concedidos, porquanto, ainda que o direito de repartição do município surja somente após a efetiva arrecadação do imposto, a municipalidade, como titular da parcela que lhe cabe, detém interesse no combate à concessão ilegal de incentivos fiscais”. (Ap 139086/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/06/2018, Publicado no DJE 25/07/2018)*

*Neste particular, é importante registrar que, o cerne da questão posta nesta ação, não é a eventual renúncia de receita e/ou arrecadação do ICMS antes da ocorrência do fato gerador (fato já decidido pelos Tribunais Superiores que o município tem apenas mera expectativa de direito), mas sim que, com a ocorrência do fato gerador, o Estado, por meio de fundo especial tem concedido crédito outorgado, não vinculando/somando a receita/arrecadação do ICMS, fazendo com que, ocorra uma diminuição não no percentual constitucional garantido aos Municípios, mas sim no próprio repasse (valor).*

*Assevera o Ilustre Promotor de Justiça em sua manifestação, ex vi:*

*“Desta feita, de acordo com todas as provas coligidas aos autos, o requerido Estado de Mato Grosso tem deixado de efetuar o repasse integral de tal percentual à parte autora, motivo este ao qual dera ensejo ao ajuizamento da presente demanda,*

*Assim sendo, diante de todos os documentos anexados aos fólios, resta evidenciado o direito pertencente ao Município de Alto Araguaia, razão pela qual o deferimento do pleito vindicado é medida imperiosa.” Desta feita, não estar-se-á por concluir e/ou julgar eventual inconstitucionalidade superveniente de norma estadual, mas sim, pelas normas regimentares referente ao ICMS, em especial, a norma constitucional, garante e determina que o Requerente detém direito a 25% (vinte e cinco por cento) do que for arrecadado do referido imposto (inciso IV do artigo 158 da Constituição Federal); ao passo que, pelos documentos juntando aos autos, os respectivos créditos outorgados ao fundo especial (FETHAB) não tem feito parte do montante arrecado/registrado pelo ICMS e, por consequência, não tem sido objeto de repasse ao Requerente; o que se conclui que, ao menos por ora, pela existência da probabilidade do direito do Requerente.*

*Ato contínuo, é de conhecimento deste Juiz que já jurisdicionou e vivenciou em algumas cidades interioranas de que Municípios “do interior”, ou melhor, suas administrações, padecem e/ou “sofrem” quando o assunto é a arrecadação e/ou manutenção dos serviços públicos essenciais, diante dos escassos valores que conseguem por meio de suas arrecadações originárias. Digo isto, pelo fato de que, muitos desses municípios, sobrevivem, repiso, dos repasses constitucionais obrigatórios, advindos da União e dos Estados, que, não raro, ainda atrasam suas remessas (fato notório veiculado cotidianamente na mídia).*

*Por este giro, o prejuízo ao erário público municipal em que o Requerido vem, ao menos tese, ocasionando ao Requerente tem impacto direto nos serviços públicos municipais, pois, ao retirar ou não repassar os valores constitucionalmente garantido ao mesmo, por ricochete, impede que o ente público federativo cumpra com suas politicas públicas/atribuições constitucionais, a exemplo: saúde, educação, etc.; o que se conclui, ao menor por ora, pela existência de perigo de dano ou resultado útil ao processo.*

*Por fim, conforme delineado alhures, existindo legitimidade por parte dos Municípios quando aos 25% (vinte e cinco por cento) dos valores arrecadados com o ICMS, é ainda deve do Estado informar e/ou repassar os eventuais valores relativos à dedução e/ou retenções referente ao referido imposto aos Municípios (trecho da conclusão do voto do Relator no Ap 139086/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/06/2018, Publicado no DJE 25/07/2018).*

*Deste modo, e por tudo mais que nos autos constam, de uma análise superficial e perfunctória, acompanho a manifestação Ministerial e* ***DEFIRO A MEDIDA LIMINAR perseguida pelo Requerente Município de Alto Araguaia – MT, para o fim de DETERMINAR AO ESTADO DE MATO GROSSO, REPRESENTADO PELO GOVERNADOR – DR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES, NO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 15 (quinze) DIAS: I – regularize os repasses futuros da cota-parte do ICMS (25% dos Municípios), deixando de abater os créditos da arrecadação do FETHAB, relativo ao combustível óleo diesel, juntando/comprovando por meio de documento idôneo à determinação; e ainda, demonstrando nos respectivos repasses o valor relativo ao acréscimo originado por meio desta decisão; e, II – que forneça os cálculos dos repasses da cota-parte do ICMS para o Requerente, referente aos 05 (cinco) anos atrasados, a contar da ciência desta decisão, calculadas com o acréscimo da retenção do FETHAB, demonstrando ou registrando a eventual diferença existente em razão da retenção do imposto, em cada um dos repasses.***

*Neste giro, INDEFIRO o requerido no item “f” dos pedidos liminares, uma vez que tal atribuição e/ou atualização compete ao Requerente, após o cumprimento da liminar. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias assinalado, sem cumprimento do determinado ou, em qualquer tempo, havendo descumprimento da medida vindicada, proceda-se a conclusão imediata do feito para análise.  Desde já, arbitro multa no montante de R$ 1.000,00 (hum mil) reais por dia de descumprimento do presente comando judicial, a contar da expiração do prazo assinalado de 48 (quarenta e oito) horas, até o montante de R$200.000,00 (cinquenta mil) reais, por força da teoria do desestímulo; quantia esta que será bloqueada das contas do Município e/ou do Estado, e destinada ao fundo de que trata a Lei nº 7.347/85.*

*No mais, apesar de já constar a juntada de contestação por parte do Requerido (ref. 39), proceda-se a citação do Estado de Mato Groso, na pessoa da Procuradoria Estadual do Estado, para, querendo, apresentarem nova contestação e/ou ratificar a já apresentada, no prazo legal, com as advertências e sob as penas da lei. Ultrapassado o prazo para contestação e/ou havendo a ratificação da já apresentada, intime-se o Requerente para se manifestar, no prazo legal.  Após, dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação e/ou requerer o que entender de direito, pelo prazo legal.*

*INDEFIRO o pedido de tramitação dos autos em sigilo, por falta de fundamentação legal. Intimem-se.  Às providências, expedindo-se o necessário, COM URGÊNCIA. Cumpra-se. 27 de setembro de 2018. Ivan Lúcio Amarante Juiz de Direito”(grifo nosso)*

Da decisão em epígrafe, constatamos que a legislação atual vem permitindo a retenção de valores quanto aos combustíveis e que tal valor de crédito arrecadado tem deixado de compor a base de cálculo do montante de arrecadação do ICMS, não entrando no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) concernentes aos Municípios, caracterizando renúncia de receita relativamente ao município; com isso, ocasionando dano ao erário do município e, por consequência, restrição à autonomia administrativa do ente federativo, obstaculizando a implementação de politicas públicas.

Logo, já existe precedente judicial determinando que o Governo do Estado regularize os repasses futuros da cota-parte do ICMS (25% dos Municípios), deixando de abater os créditos da arrecadação do FETHAB, relativo ao combustível óleo diesel.

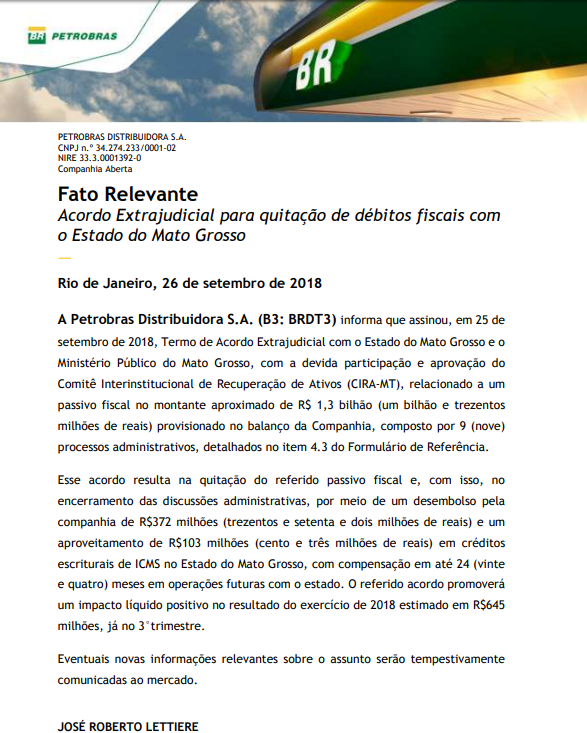
## 3.4.1.2 Acordo Extrajudicial Petrobras

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) do Governo do Estado firmou um acordo extrajudicial com a Petrobrás, em setembro de 2018, no valor de R$372 milhões, que serão destinados ao caixa do Tesouro estadual. O valor consiste em parte de uma multa civil e também pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não recolhido pelo aproveitamento de créditos pagos com o benefício do Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso (Refis).

Na ocasião, o Secretário de Estado manifestou na mídia nos seguintes termos:

“O acordo de recuperação fiscal é um dos maiores já realizados pelo CIRA e foi celebrado para encerrar demandas tributárias decorrentes de atos praticados por ex-agentes da Petrobras e ex-agentes públicos que causaram prejuízo ao erário. A Petrobras e o Estado foram vítimas dos referidos agentes.(...)Os atos lesivos foram descobertos pela Secretaria de Fazenda que lavrou os autos de infração e, depois, confirmados por investigações conduzidas pelo Ministério Público”, acrescentou Rogério Gallo. O acordo representa, ainda, um incremento nos cofres das prefeituras pelo repasse da cota-parte do ICMS.(fonte:<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=450483&noticia=cira-firma-acordo-com-petrobras-e-governo-de-mt-ira-receber-r-372-milhões-da-estatal>

 A mídia especializada em mercado, em nível nacional, repercutiu o acordo, conforme matérias reproduzidas abaixo:



http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=642921

Acerca do acordo firmado entre a Petrobras, Estado de Mato Grosso e o Ministério Público do Estado é indispensável registrar que o passivo fiscal registrado nos balanços eram de R$1,3 bilhão. Pelo acordo, a estatal vai pagar R$372 milhões e usar mais R$103 milhões em créditos de ICMS.

Em seu balanço, a BR enfatizou o fato de que, no terceiro trimestre do ano, foi assinado o acordo extrajudicial com o Estado do Mato Grosso para quitação de passivo fiscal de R$1,3 bilhão, “o que resultou em um impacto positivo de R$645 milhões no lucro líquido”.

O fato ora exposto merece análise meticulosa, pois a PETROBRAS já é beneficiária do Crédito Outorgado em MT e ao apagar das luzes no encerramento da gestão, os débitos são extintos por meio de acordo extrajudicial que proporciona lucro líquido de R$645 milhões à estatal, enquanto o Estado padece de recursos para custeio das despesas básicas.

# **3.5. Destinações Das Receitas**

A legislação inicialmente em seu art. 1º, parágrafo único, dispõe que o FETHAB destinava-se a financiar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transportes e habitação em todo o território mato-grossense.

Especificando em seu art. 15, inciso II, que seriam utilizados exclusivamente nas obras e serviços do Sistema Rodoviário e Habitacional do Estado de Mato Grosso, e como contribuição do Estado, a título de contrapartida, na celebração com a União de convênio cuja finalidade seja obras e serviços do Sistema Rodoviário e Habitacional do Estado de Mato Grosso. Ainda, previa expressamente em seu parágrafo único a vedação da utilização dos recursos do FETHAB para pagamento de salários e de quaisquer outras despesas com pessoal.

A Lei n.º 10.051/2014 trouxe alterações na destinação dos recursos do FETHAB, tendo em vista que alterou o art. 15 para prever a repartição dos recursos do FETHAB entre o Estado e os Municípios, bem como os critérios para divisão entre os Municípios, vejamos:

Art. 15 Os recursos do Fundo de que trata esta lei serão repartidos entre o Estado e os municípios, sendo que 50% (cinquenta por cento) do total seriam destinados ao Estado, para aplicação na Política Estadual de Habitação, pavimentação e recuperação de rodovias estaduais pavimentadas; e 50% (cinquenta por cento) do total será distribuído aos municípios, para aplicação nas obras e serviços do Sistema de Transportes, repartidos por critérios estabelecidos no regulamento, observando os seguintes critérios para a composição do índice:

a) 30% (trinta por cento) para rodovias estaduais não pavimentadas;

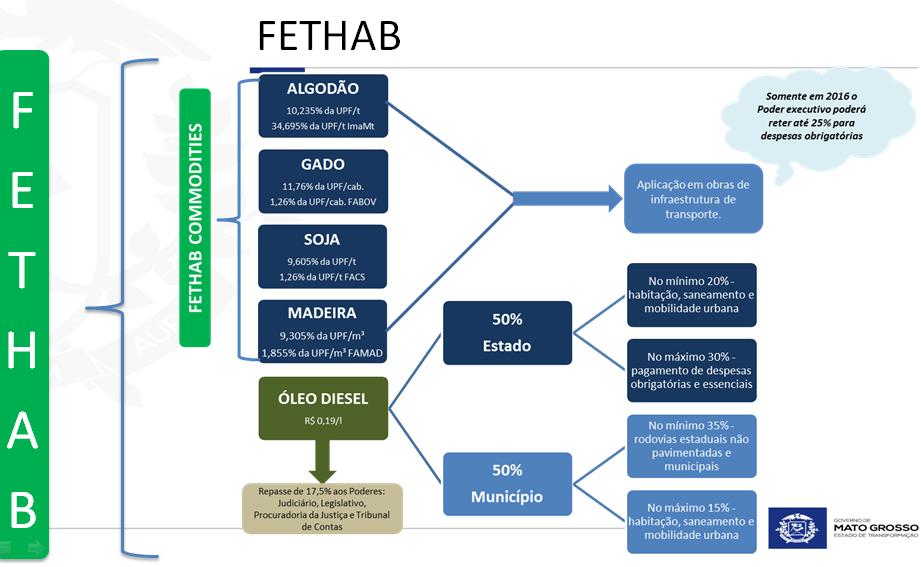
b) 30% (trinta por cento) para as estradas municipais não pavimentadas;

c) 30% (trinta por cento) de acordo com o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano/Invertido;  
d) 5% (cinco por cento) pela população;

e) 5% (cinco por cento) repartido de acordo com a arrecadação do FETHAB por município.

Desta forma, com tal alteração, os 141 (cento e quarenta e um) Municípios mato-grossenses passaram a ser beneficiados com as receitas do FETHAB.

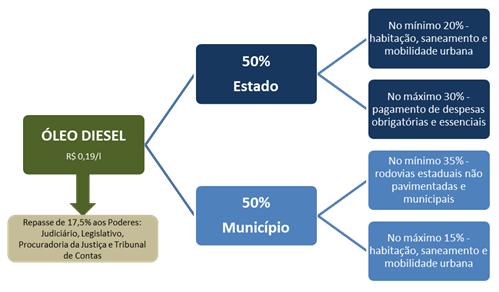
Ocorre que a Lei nº 10.353/2015 afastou da repartição com os Municípios os recursos de que trata o Capítulo II (FETHAB sobre soja, gado em pé, madeira, algodão, gás natural e energia elétrica, mantendo exclusivamente a divisão no arrecadado na contribuição incidente sobre o óleo diesel, bem como promoveu o desconto das vinculações institucionais que equivalem ao repasse devido ao Poder Judiciário, Poder Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público), sendo que as figuras abaixo ilustram a partição dos recursos conforme a legislação atual:



Fonte: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA /MT[[3]](#footnote-3)



Fonte: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA /MT



Fonte: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA /MT

Diante dos dados coletados no que se refere ao FETHAB e FETHAB I (Adicional), ou seja, o Fundo originado da comercialização da soja, madeira, gado e algodão (*commodities*), são destinados a investimento na infraestrutura e logística do Sistema de Transportes Estadual.

Já o FETHAB originado na comercialização de combustíveis, o percentual de 17,5% é destinado aos Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), Judiciário e Ministério Público.

Também sobre esse recolhimento, serão destinados 50% aos municípios do Estado, para que os mesmos executem a manutenção de rodovias estaduais não pavimentadas e rodovias municipais.

Já os 50% destinado ao Estado, no mínimo 20% (vinte por cento) do total para habitação, saneamento e mobilidade urbana, sob gestão da Secretaria de Estado de Cidades – SECID, no máximo 20% (vinte por cento) do total para pagamento de despesas obrigatórias e essenciais e investimentos e no mínimo 7% (sete por cento) e no máximo 10% (dez por cento) para financiamento de ações da agricultura familiar, vedado o uso para folha de pagamento, custeios e encargos sociais.

# **3.6. Dos Valores arrecadados**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) buscou dados acerca dos valores arrecadados atinentes ao FETHAB, tendo obtido os seguintes:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Produto** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** |
| Soja | 109.644.706 | 122.548.617 | 173.895.120 | 191.915.271 | 220.296.638 | 241.366.169 | 284.843.710 | 635.564.135 |
| Gado | 32.954.778 | 41.961.090 | 60.049.608 | 71.547.749 | 69.171.893 | 61.253.531 | 104.606.357 | 149.313.527 |
| Madeira | 15.118.028 | 13.987.816 | 15.337.288 | 16.019.638 | 15.933.886 | 14.514.730 | 15.819.996 | 16.243.594 |
| Algodão | 3.815.894 | 4.768.129 | 8.186.033 | 8.430.493 | 8.662.945 | 11.530.523 | 18.030.451 | 23.608.270 |
| Diesel | 355.334.892 | 386.041.140 | 429.944.400 | 473.594.896 | 473.345.460 | 467.473.300 | 471.895.340 | 539.587.230 |
| \*Energia |  |  |  |  | 3.235 |  |  |  |
| **Total** | **516.868.298** | **569.306.792** | **687.412.449** | **761.508.047** | **787.414.057** | **796.138.253** | **895.195.855** | **1.364.316.756** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

*FONTE:* [*http://www.Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA .mt.gov.br/FETHAB*](http://www.sinfra.mt.gov.br/fethab) *anos 2010 a 2013 e informados em oitiva 2014-2017, já deduzidos os fundos privados, conforme elaboração UPEA/SARP/SEFAZ-MT*

Registra-se que foram identificadas divergências entre os valores informados pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA e pela SEFAZ.

Da compilação dos dados é possível verificar que de 2010 a 2017 o Governo do Estado de Mato Grosso arrecadou o montante de **R$6.378.160.507,00** (seis bilhões trezentos e setenta e oito milhões cento e sessenta mil quinhentos e sete reais) a título da contribuição do FETHAB.

# **3.7. Da Efetividade na Arrecadação**

Nos quadros abaixo são demonstrados os valores arrecadados e a efetividade da arrecadação em relação ao previsto de acordo com a LOA e os efetivamente realizados dos anos de 2014 a 2017:



****



# S/S

# 

# **5//**

# **6//**

# **7//**

Nota-se que a arrecadação do óleo diesel atinge 100% (cem por cento) de eficácia, já quanto à soja e ao gado a SEFAZ-MT, tem mecanismos de arrecadação e fiscalização eficazes que atingem percentuais altos de efetividade na casa dos 90% (noventa por cento), enquanto a madeira e o algodão apresentam índices inferiores aos demais.

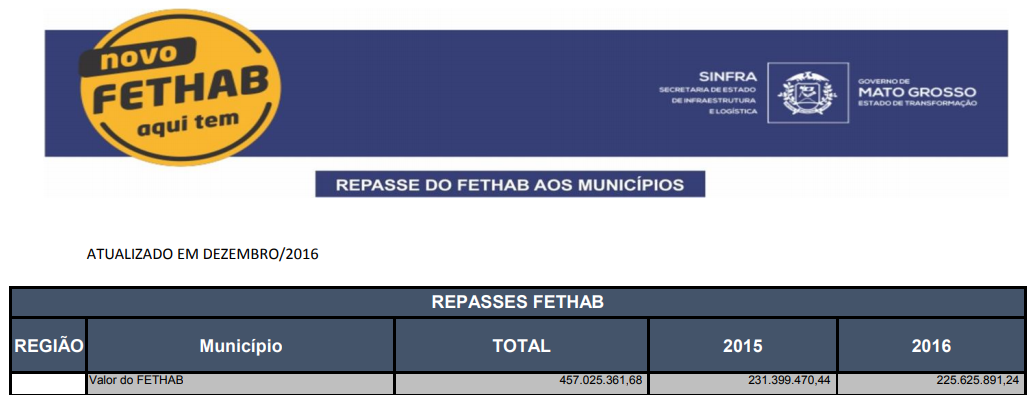
# **3.8. Do valor destinado aos Municípios**

O demonstrativo a seguir, de acordo com os dados fornecidos pela AMM, retratam a partição do FETHAB e os valores disponibilizados aos Municípios no período de 2015 a 2017.

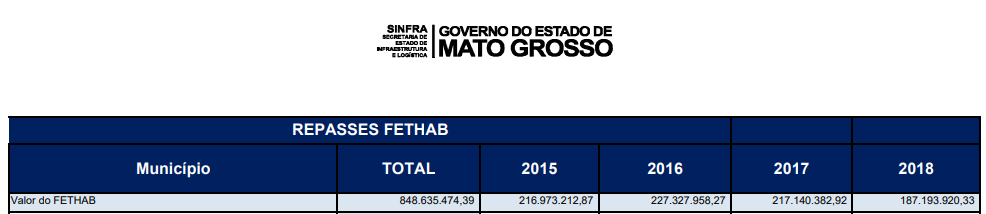
|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS DO FETHAB Período de : 2015 à 2017** | | | | | |
| **Ano** | **Total** | **Estado** | **%** | **Municípios** | **%** |
| **2015** | **R$791.180,00** | **R$562.714,52** | **71,12** | **R$228.465,48** | **28,88** |
| **2016** | **R$900.960,65** | **R$671.480,12** | **74,53** | **R$229.480,73** | **25,47** |
| **2017** | **R$1.356.289,86** | **R$1.139.284,88** | **84,00** | **R$205.178.30** | **16,00** |
| **Total** | **R$3.048.430,71** | **R$2.385.306,19** | **78,25** | **R$663.124,51** | **21,75** |

*FONTE: SEFAZ/MT com elaboração gerência técnica AMM*

Em consulta, aos dados da SINFRA-MT, constatamos divergência em relação aos valores informados pela AMM, bem como, divergência entre os próprios dados divulgados pela Secretaria, vejamos:

****

***Fonte: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA (***[***http://www.Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA .mt.gov.br/documents/363190/4959754/FETHAB+RURAL+DO+M%C3%8AS+DE+DEZEMBRO/febfbc31-90e8-4bba-b75c-291618f43b56***](http://www.sinfra.mt.gov.br/documents/363190/4959754/FETHAB+RURAL+DO+M%C3%8AS+DE+DEZEMBRO/febfbc31-90e8-4bba-b75c-291618f43b56)

****

***Fonte: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA*** [*http://www.Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA .mt.gov.br/documents/363190/3640929/FETHAB+.+19.10.2018.pdf/2d4a5ca1-bb2a-1a90-5cdd-90123962b514*](http://www.sinfra.mt.gov.br/documents/363190/3640929/FETHAB+.+19.10.2018.pdf/2d4a5ca1-bb2a-1a90-5cdd-90123962b514)

Dos números apresentados, contata-se que enquanto os Municípios recebiam a partição do montante global do FETHAB, os percentuais recebidos eram superiores ao patamar atual após a partição apenas da parte inerente ao FETHAB Combustível. No ano de 2017, o percentual de participação despencou em 12,88% em relação a 2015. É indispensável considerar que no ano de 2017 estava vigente a “dobra” do FETHAB *Commodities*.

# **3.9. Da Garantia Da Irredutibilidade Do Repasse Em Relação Ao Exercício Anterior**

A Lei [10.353/15](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/13bbab84f788907d84257f2900503760?OpenDocument#_s9h2ki82eksg32c1e6cqj6b108h2i0chj4124a8248ld4aja2a97g_) acrescentou o Art. 18-C a Lei que regulamenta o FETHAB, dispondo que a partir do Exercício fiscal de 2016, ficaria garantido aos municípios, no mínimo, o mesmo valor do repasse do FETHAB efetuado no exercício imediatamente anterior, para a execução das políticas estaduais de habitação, saneamento e infraestrutura urbana.

Assim, com base na interpretação literal do artigo da norma em comento, concluímos que o Estado deve complementar os valores do FETHAB, conforme demonstrativo a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lei 10.353/15- Art. 18-C** | | | | | |
| **Ano** | **Total** | **Estado** | **%** | **Municípios** | **Valor a ser complementado pelo Estado** |
| **2015** | **R$ 791.180,00** | **R$ 562.714,52** | **71,1** | **R$ 228.465,48** | **Valor base** |
| **2016** | **R$ 900.960,65** | **R$ 671.480,12** | **74,5** | **R$ 229.480,73** | **-R$ 1.015,25** |
| **2017** | **R$ 1.356.289,86** | **R$ 1.139.284,88** | **84** | **R$ 205.178,30** | **R$ 24.302,43** |

*Fonte: dados fornecidos pela AMM, com análise da equipe técnica da CPI dos fundos.\* valores em milhões.*

# **3.10. Da Distribuição por Município**

O Decreto n° 1.087, de 07 de julho de 2017, que Altera o Decreto n° [1.261](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/f0f78552c1d0446b032568b70064a50b?OpenDocument#_n8him6bh0dqji0c9i6ooiuc1g_), de 30 de março de 2000, que regulamenta a Lei n° 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências, no Art. 37, estabelece que sobre os recursos obtidos no FETHAB Combustíveis incidirão vinculações institucionais destinadas aos Poderes, na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício. O saldo remanescente repartido entre o Estado e os Municípios, na forma disposta no artigo 15 da Lei 7.263/2000, e no respectivo § 2°, estabelece que a distribuição dos recursos aos municípios observará os seguintes critérios:

I - 90% (noventa por cento) do montante será repassado aos Municípios, por índice composto de:

a) 30% (trinta por cento) considerando o quantitativo de quilômetros de rodovias estaduais não pavimentadas que estejam sob a circunscrição do município;

b) 30% (trinta por cento) considerando o quantitativo de quilômetros de estradas municipais não pavimentadas;

c) 30% (trinta por cento) de acordo com o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano/Invertido;

d) 5% (cinco por cento) pela população;

e) 5% (cinco por cento) repartido de acordo com a arrecadação do FETHAB por município.

II - 10% (dez por cento) será repassado de acordo com índice composto pela quantidade de quilômetros percorridos pelo transporte escolar em linhas compartilhadas entre Município/Estado e em linhas exclusivas do Estado, em rodovias não pavimentadas estaduais e municipais, conforme registro no sistema SIGEDUCA da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO.

A apuração dos indicies é anual e de responsabilidade da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM.

# **3.9 Do valor destinado aos Fundos Acessórios**

É válido consignar que, com a criação do FETHAB, houve a criação de outros Fundos acessórios (FACS, FABOV, FAMAD e IMAmt).

A Lei nº 8.432/2005 criou o Fundo de Apoio à Cultura da Soja – FACS e o Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte – FABOV, bem como as contribuições a esses, vinculando o gozo do benefício do diferimento do ICMS ao recolhimento ao FETHAB e aos referidos Fundos (FACS e FABOV).

Posteriormente, a Lei nº 8.745/2007, criou o Fundo de Apoio à Madeira – FAMAD, previu, no § 1º do artigo 7º, a contribuição no valor correspondente a 3,71% (três inteiros e setenta e um centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por metro cúbico de madeira transportado. O valor será creditado na conta do FAMAD, vinculando o gozo do benefício do diferimento do ICMS ao recolhimento em favor de referido Fundo.

Já a Lei n.º 9.066/2008 alterou o *caput* do artigo 7º, de modo a incluir contribuição para o Instituto Mato-Grossense do Algodão – IMAmt, como condição para gozar do benefício do diferimento nas operações envolvendo algodão.

Conforme demonstrado a seguir, em dados apresentados pela SEFAZ-MT, excluídos os valores destinados ao IMAmt, os citados fundos foram beneficiados, nos últimos quatro anos, no montante que se aproxima aos **duzentos milhões de reais**, vejamos:

****

*Fonte: FIPLAN- FIP 729 - Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada, acesso em 10/04/2018*

 A arrecadação desses fundos utiliza-se dos mecanismos de arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ que são creditados diretamente na conta de titularidade deles. Os custos de arrecadação suportados pelo Governo do Estado.

Os fundos possuem natureza privada. Inclusive, anteriormente, foram objeto de análise por parte do Ministério Publico Estadual, que manifestou-se pela constitucionalidade deles.

Ocorre que, embora sejam privados, a contribuição para os fundos, conforme Art. 7º da Lei n.º 7.263/2000, é condição indissociável para a obtenção do diferimento do ICMS, vejamos:

**“**O **benefício do diferimento** do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, previsto na legislação estadual para as operações internas com soja, gado em pé e madeira, **fica condicionado a que os contribuintes, remetentes da mercadoria, contribuam para o FETHAB e para os Fundos** criados nos Arts. 14-A, 14-D e 14-F desta lei, bem como para o Instituto Mato-grossense do Algodão – IMAmt.

Assim, devem-se empreender ações no sentido de tornar facultativa a contribuição ou submeter a arrecadação de tais fundos aos mecanismos de controle e fiscalização. A arrecadação deve desvincular-se dos documentos fiscais oficiais concernentes.

# **3.10. Da aplicação dos Recursos pelo Poder Executivo Estadual**

Em oitiva, em 17 de abril de 2018, o Sr, Marcelo Duarte Monteiro, Secretário de Estado de Infraestrutura, detalhou a utilização dos recursos do FETHAB:

É importante dizer que a Secretaria de Infraestrutura, SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFRA , tem um orçamento, nós executamos um orçamento, nesses três anos, de **3,7 bilhões de reais**. Desse total, nós estamos falando de somente de 38% do FETHAB. Por que eu estou falando isso? Porque nós temos muitas operações de crédito que hoje representam grande parte das execuções financeiras da Secretaria. São operações de crédito... Operações de crédito que continuam ainda sendo... Além disso, nós temos convênios federais, temos SID, que é um recurso de aproximadamente 45 milhões por ano, temos também um recurso ordinário do Tesouro e recursos próprios. São poucos, mas recursos originários de multa. **Então, dos 3,7 bilhões, nós estamos falando de 1,4 bilhões, mais ou menos, oriundos do FETHAB I e do FETHAB II**. Em relação à aplicação, eu também gostaria de colocar de uma maneira muito clara que esse 1,4 bilhões, aproximadamente, para ser mais exato, 1,378 que foi executado, **foi empenhado e liquidado pela Secretaria, nesses três anos, 1,3 bilhões, corresponde a 99% da LOA.** Ou seja, o recurso disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e pela Assembleia Legislativa, por meio do Orçamento Anual, que corresponde à previsão de arrecadação do FETHAB naquele período. A LOA traz consigo uma previsão que agora, nesse Governo, tem sido uma previsão real de arrecadação, diferentemente do que era feito no passado, a previsão subestimada, uma previsão irreal. Essa previsão real gera um orçamento que é enviado para a Assembleia Legislativa; aprovada anualmente, essa LOA é executada praticamente 100% dentro da Secretaria de Infraestrutura. Então, 100% dos recursos são aplicados, hoje, em infraestrutura pela Secretaria, de acordo com a Lei de Orçamento Anual. Outro ponto importante para destacar é que nós... **Como eu disse, nós temos várias operações de crédito e essas operações de crédito representaram um desembolso para o Governo do Estado na ordem de 900 milhões de reais nesses primeiros três anos de Governo. Só em relação à Secretaria de Infraestrutura, 900 milhões de reais.** O que executamos de financiamento foi o ponto cinco, estamos falando que tivemos 500 milhões de saldo adicional que foram aplicados e serão pagos ao longo dos anos. Mas, nesses primeiros três anos, uma média de 300 milhões por ano, ou seja, é praticamente um FETHAB inteiro se você considerar o FETHAB I e II. O FETHAB II está na faixa de 350 milhões por ano, praticamente, o FETHAB II inteiro é equivalente ao que está se pagando hoje aos bancos de devolução de recursos, que foram emprestados para operações visando à restauração e à construção de infraestrutura. Então, são números importantes para que possamos entender que, primeiro, o orçamento inteiro foi aplicado; e segundo, além disso, temos operação de crédito pagando e recebendo.(...) A pergunta da arrecadação fizemos na oitiva passada com o Sr. Último, mas vou insistir com Vossa Excelência. Temos ainda uma possibilidade de melhorar o sistema de arrecadação e, obviamente, melhorar o caixa, o fluxo de caixa do Governo e dos Municípios, já que repassamos também. Mas, nesse período de 2015, 2016, e 2017, em que não tínhamos a conta exclusiva para o FETHAB, houve retenção desse recurso por parte do Governo? Houve pagamento de outras finalidades que não seja aquela criada pelo fundo? O SR. MARCELO DUARTE MONTEIRO – Deputado, especificamente, existem dois tipos de... Primeiramente, quero dizer que, dentro do FETHAB – não fomos perguntados, mas é importante dizer –, **temos a parte que vai para os Municípios**, que está sendo repassada mensalmente, regularmente, de maneira assídua, pela Secretaria de Estado de Fazenda a todos os Municípios e que **contribui de maneira significativa para a melhoria da infraestrutura também**, uma vez que esses prefeitos, ao receberem o recurso, também têm a responsabilidade **de manutenção das rodovias estaduais não pavimentadas em seu Município**. Ao todo já foram repassados quase **700 milhões às prefeituras**, e nós temos o dever – nós eu digo Assembleia Legislativa e o Executivo – de estar acompanhando, também, se as prefeituras estão agindo de acordo e temos feito esse acompanhamento a partir da Secretaria. (...)SR. NININHO (RELATOR) – Obrigado! Acho que esta revista vai ajudar a identificar. Finalizando, só mais uma pergunta, os recursos do FETHAB são utilizados como contrapartida em convênios, financiamento de recursos federais. Quais convênios e financiamentos foram usados - esses recursos - como contrapartida desses convênios federais, você tem essas informações, Secretário? O SR. MARCELO DUARTE MONTEIRO - Sim, Deputado, eu posso dizer com segurança que 100% dos contratos, 100% têm recurso FETHAB, mesmo os financiados. Por exemplo, no caso do contrato do MT Integrado, que é grande parte dessa operação do BNDES, 1,5 bilhão, 100% do reajustamento - que é um valor que inicialmente representava 50, 60 milhões por ano, e hoje está representando cada vez mais, porque os valores estão defasados, os valores financiados - são FETHAB. Além disso, 100% da nossa supervisão de obras, nosso gerenciamento de obras, que são todas as obras, são pagos com recursos do FETHAB. Além disso, outros projetos, por exemplo, federais, que nós capitamos recursos, nós temos que fazer no mínimo o projeto com o dinheiro do FETHAB. (...)

## Conforme dados oficiais, tem-se o detalhamento dos valores orçamentários da SINFRA, no que tange ao orçamento destinado à infraestrutura no ano de 2017:

## 

## .

## *Fonte: Sinfra- MT*

## Assim, não resta dúvida da importância do FETHAB nos recursos alocados na Secretaria de Estado de Infraestrutura, uma vez que são utilizados para investimento direto, bem com para contrapartida nas operações de crédito.

## 3.11. Transporte Escolar

A Instrução Normativa Nº 012/2017/GS/SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO/MT estabelece normas de operacionalização, critérios e forma de transferência de recursos aos municípios para realização do Transporte Escolar dos

**06. Sol**

estudantes da rede estadual de ensino residentes na zona rural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências, em seu art. 3, dispõe o seguinte:

Art. 3º Os recursos previstos no Orçamento do Estado para a manutenção do **transporte escolar** serão repassados de forma automática e sistemática, sem necessidade de celebração de convênio ou instrumento congênere.

I - os recursos da União serão repassados de acordo com critérios próprios, estabelecido pelo ente da federação responsável pela administração financeira.

II - os recursos do Estado serão repassados pelo critério da quantidade de quilômetros rodados em cada Município para transportar estudantes da rede estadual de ensino.

§ 1º O valor dos repasses estaduais, executados por meio da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer, por quilômetro rodado, ocorrerão da seguinte forma:

I - serão repassados, em conta específica, R$ 2,05 (dois reais e cinco centavos), relativos ao previsto na Lei nº 8.469/2006;

II - serão repassados, em conta específica, com prestação de contas específica, R$ **0,475 (quatrocentos e setenta e cinco centavos), relativos aos recursos resultantes das receitas sobre os combustíveis** - **FETHAB, nos termos da Lei nº 7.263/2000, da Lei nº 10.480/2016 e do Decreto Estadual nº 1.087/2017**.

§ 2º Serão repassados por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA, em conta específica, nos termos do § 5º, do Decreto Estadual nº 1.087/2017, mais R$ 0,475 (quatrocentos e setenta e cinco centavos), relativos aos recursos resultantes das receitas sobre os combustíveis, nos termos da Lei nº 7.263/2000, da Lei nº 10.480/2016, perfazendo, assim, um total de R$ 3,00 (três reais) por quilômetro rodado.

Da análise literal da norma acima, identificamos que os recursos do FETHAB Combustível estão sendo utilizados para **custeio do transporte escolar**, sendo que tal destinação não encontra qualquer relação com a vinculação da legislação que criou o FETHAB Combustível, de acordo com o descrito no artigo 14-I da Lei do FETHAB, os recursos são de uso exclusivo para execução de obras públicas de infraestrutura de transporte; manutenção, conservação, melhoramento e segurança da infraestrutura de transporte do Estado; planejamento, projetos, licenciamento, gerenciamento, auxílio à fiscalização e compra de equipamentos; e pagamento de operações de créditos para investimentos em infraestrutura de transporte, desde que contraídas após a publicação da lei.

# **3.11. Do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Transporte e Habitação** - **FETHAB**

Em análise dos documentos recebidos por esta Comissão em atendimento aos atos de Requisição, identificamos que, na gestão do atual Governo no ano de 2015, o Conselho Diretor do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB não existiu, corroborando com esta afirmativa transcrevemos trecho da oitiva do Sr. Marcelo Duarte Monteiro, Secretário de Estado de Infraestrutura:

O SR. MARCELO DUARTE MONTEIRO - Não, porque essa... **A última reunião do FETHAB havia ocorrido no Governo Blairo Maggi** e foi uma vez só, não havia essa prática, inclusive, essa é uma reivindicação antiga, só que antes de reformular a lei... **E se nós formos olhar aqui as datas, essa reunião aconteceu em 2016**, exatamente após nós termos mudado o Conselho, em 23 de dezembro.

É indispensável registrar que os arts. 2 e 11 da Lei n.º 7.263/2000, alterado pela  Lei [8.277/04,](http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/b116c8a94dbac12404256f82006a1d60?OpenDocument#_b9h2ki82eksg3gbhi6srio8248kg36c108h2i0h25b92kqgg_) que institui o FETHAB em Mato Grosso, determinavam a existência de Conselho Diretor do FETHAB, sua composição e competência:

**Art. 2º** O FETHAB será regido por um Conselho Diretor presidido pelo Secretário de Estado de Infraestrutura, que será seu Diretor Executivo.

(...)

**Art. 11** O Conselho Diretor do FETHAB, com composição definida pelo art. 2º da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, alterado pela Lei nº 7.882, de 30 de dezembro de 2002, passará a ter a seguinte composição:

I - Secretário de Estado de Infraestrutura, Diretor Executivo;

II - Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania;

III - Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral;

IV - Secretário de Estado de Fazenda;

V - Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural;

VI - Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia;

VII - Secretário-Chefe da Casa Civil;

VIII - Procurador-Geral do Estado;

IX - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO;

X - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso - FIEMT;

XI - Presidente do Sindicato de Distribuidores de Petróleo do Estado de Mato Grosso - SINDIPETRÓLEO;

XII - Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Mato Grosso - CREA;

XIII - Presidente da Federação dos Transportes do Estado de Mato Grosso;

XIV - Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM;

V - Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso.

(...)

Art. 3º Compete ao Conselho Diretor do FETHAB:

I - estabelecer a política de aplicação dos recursos;

II - propor à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral o orçamento-programa da unidade orçamentária;

III - apreciar a prestação de contas da aplicação dos recursos;

IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado as demonstrações financeiras do FETHAB;

V - representar o FETHAB perante os entes do Poder Executivo Estadual, junto à Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, Administração Pública em geral, bem como nas interpelações propostas pela sociedade.

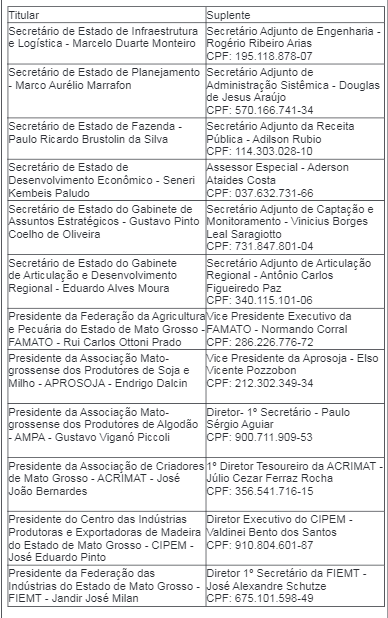
Ocorre que a Lei [10.353/15](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/13bbab84f788907d84257f2900503760?OpenDocument#_s9h2ki82eksg32c1e6cqj6b108h2i0chj4124a8248ld4aja2a97g_) revogou tal dispositivo, passando a constar o seguinte:

Art. 14-J **Compete ao Conselho Diretor do FETHAB decidir sobre a aplicação dos recursos** de que tratam os incisos I ao IV do art. 14-I, estabelecendo inclusive as prioridades e a cronologia de execução das obras. (Acrescentado o artigo pela Lei [10.353/15](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/13bbab84f788907d84257f2900503760?OpenDocument#_s9h2ki82eksg32c1e6cqj6b108h2i0chj4124a8248ld4aja2a97g_))

§ 1º A composição, organização e funcionamento do Conselho Diretor serão disciplinados na regulamentação, garantida a participação das entidades estaduais de classe representativas dos remetentes das mercadorias descritas no Capítulo II, de modo paritário em relação aos representantes do Estado.

§ 2º Independentemente do número de integrantes, os votos dos representantes do governo no Conselho Diretor serão sempre computados de forma que, somados, representem 50% (cinquenta por cento) do total de votos, devendo o presidente do Conselho, em caso de empate na votação, proferir voto de desempate.

Por meio da Resolução nº 001, de 15 de março de 2016, o Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, em sua Primeira Reunião Ordinária realizada no dia 15 de março de 2016, com arrimo no inciso I do art. 36-C do Decreto nº 1.261, de 30 de março de 2000, introduzido pelo Decreto nº 441, de 07 de março de 2016, deu POSSE aos membros titulares e seus suplentes do Conselho Diretor do Fundo de Transporte e Habitação, tendo a seguinte composição:

****

É valido observar que a AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios não integra o referido conselho, sendo que tal exclusão é prejudicial ao controle social do fundo, pois a entidade representa a grande maioria dos Municípios do Estado, bem como é destinatária direta de parte dos recursos.

Em atendimento ao ato de requisição, foram encaminhadas as atas das reuniões do Conselho, demonstrando sua atuação e aparente funcionamento regular.

Conforme publicação em http://sindusconmt.org.br/noticia/governo-apresenta-plano-de-obras-da-Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA -que-conta-com-120-aes/11263, o Conselho Diretor do FETHAB tem participado ativamente aprovando planos de obras e prestações de contas. Em reunião do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, realizada nesta quinta-feira (26), no Palácio Paiaguás, o Governo de Mato Grosso apresentou a prestação de contas do FETHAB em 2017. Na reunião, o conselho aprovou o plano de obras para 2018, que conta com mais de 100 ações que serão executadas pela Secretaria de Infraestrutura e Logística (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA), segue reprodução abaixo:

*“Foi uma reunião muito produtiva, em que apresentamos as contas do ano passado, esclarecemos muitas dúvidas acerca da legalidade de alguns pontos que foram questionados e todos esclarecidos; mas, principalmente, nós aprovamos o plano de obras para 2018, que conta com 120 obras que serão feitas este ano”, declarou o secretário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA, Marcelo Duarte.*

*O Estado apresentou um raio-x das obras divididas por regiões. Abaixo você poderá conferir as ações previstas.*

***Obras em todo MT***

*Todas as regiões de Mato Grosso serão atendidas por obras da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA, que vão ser executadas com apoio dos recursos do FETHAB.*

*Na apresentação, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA informou que estão previstas 31 obras para a Baixada Cuiabana.*

*Já na região oeste, onde estão os municípios próximos a Cáceres, serão 11 obras, na região de Tangará da Serra mais 13 obras.*

*A região de Colniza, Juína e Aripuanã será contemplada com seis obras e a região de Alta Floresta terá mais 17 obras.*

*O médio norte, que conta com Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, receberá 11 obras.*

*A região do Xingu terá nove obras, no Araguaia mais 15 e na região sul de Rondonópolis contará com nove obras para 2018.*

***100% do FETHAB em infraestrutura***

*Durante a reunião, ficou acordado de a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA encaminhar o relatório de onde serão as obras para os membros do conselho. Entre as licitações previstas está a pavimentação da MT-130, Paranatinga até Sete Placas, pavimentação da MT-129, em Gaúcha do Norte e o Rodoanel Várzea Grande/Cuiabá.*

*Ainda, conforme o secretário, os recursos do FETHAB destinados à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA estão sendo exclusivamente utilizados para melhoria da infraestrutura de Mato Grosso. Marcelo Duarte apontou que, além do FETHAB, outras fontes de recursos são utilizadas para realizar as obras.*

*‘O FETHAB é uma grande fonte para realização de obras e quanto à aplicação estamos obedecendo rigorosamente ao que diz a lei. Atualmente, os recursos do FETHAB disponíveis para a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA são praticamente, 100%, usados na melhoria da infraestrutura’, afirmou o secretário Marcelo Duarte.*

***Conta do FETHAB***

*O Governo do Estado criou uma conta específica da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA para os recursos do FETHAB 2, que é usado especificamente para a execução de obras, agindo de forma transparente e atendendo ao pedido, especialmente, do setor produtivo.*

*Em três anos de gestão, o programa Pró Estradas concluiu 2.400 km de asfalto em rodovias estaduais, considerando as obras de construção (1.000 km) e de reconstrução (1.400 km).*

*Recentemente, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA disponibilizou o arquivo do relatório para fazer download. Mapas revelam onde foram feitos cada um dos 2.400 km de rodovias executados no Estado.*[*Clique aqui*](http://www.sinfra.mt.gov.br/documents/363190/9612054/Grandes+Resultados/ca1a9957-64b2-3384-bec1-4e83db6c3379)*e confira em detalhes.*

*Betell Fontes | Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA -MT*

Portanto, diante dos dados obtidos, esta Comissão conclui que o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB é acompanhado pelo Conselho Diretor.

# **3.12 Desvinculações dos Recursos do FETHAB**

Em relação a retenções, existem duas retenções importantes que são feitas do recurso do FETHAB que são destinados a Secretaria de Infraestrutura, ambas amparadas por dispositivos legais, inclusive, constitucionais.

Primeiro, **a Emenda Constitucional nº 93/2016**, que, apesar de ser aprovada no final do ano, retroagiu para janeiro, permitiu que todos os fundos fossem desvinculados pelas receitas estaduais em até **30%, constituindo a DRE** - **Desvinculação da Receita do Estado. Então, a partir de 2016**, o Governo do Estado tem feito essa retenção, vejamos:

E também, a partir de 2017, além da DRE, no caso é a Desvinculação da Receita dos Estados, há um dispositivo constitucional estadual que foi proposto e aprovado, que é a **Emenda Constitucional nº 81/2017**, que, em seu art.62, também autoriza o uso de recursos dos fundos para pagamentos de **dívidas da natureza do FETHAB.**

Conclui-se que o FETHAB tem sofrido perdas de recursos em razão das desvinculações legais aos Poderes, da DRE, da destinação para pagamento de dívidas e da destinação para o transporte escolar.

# **3.13 Da atuação do Tribunal de Contas do Estado** - **TCE na Fiscalização dos recursos do FETHAB**

A comissão requisitou ao Tribunal de Contas do Estado - TCE-MT acesso ao relatório de auditoria constante no Processo nº 205630/2017, no qual foi solicitada AUDITORIA DE CONFORMIDADE VISANDO A FISCALIZACAO DA ARRECADACAO E DESTINACAO DOS RECURSOS DO FETHAB NO PERÍODO DE 1/01/2014 A 30/06/2017.

O Conselheiro Relator Moises Maciel, por meio do ofício nº1026/2018, cientificou que o processo encontra-se em fase instrutória, não dispondo de relatório conclusivo acerca da matéria.

Tal ausência obstou uma análise pormenorizada desta Comissão sobre a regularidade na arrecadação e destinação do FETHAB dos anos de 2014 a 2017.

# **3.14 Da Conta Específica do FETHAB**

O parágrafo único do art. 5 da Lei nº 7.263/2000, que institui o FETHAB em Mato Grosso, determinava o seguinte:

*“Parágrafo único Fica autorizada a abertura de conta corrente única e específica em instituição de crédito oficial, destinada ao recebimento e movimentação dos recursos relativos ao FETHAB.”*

Ocorre que a Lei nº [8.001/03](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/f642830525866a3a04256de2004433bb?OpenDocument#_v9h2ki82eksg3gbhg60oio8248kg32d108h2i0jifap2kqgii9s_) revogou tal dispositivo e extirpou a existência de uma conta específica para ingresso dos recursos do FETHAB.

A matéria somente foi tratada novamente na Lei Complementar nº 602, de 2018, que criou uma conta específica do FETHAB II, ela foi promulgada em 19 de fevereiro e, a partir de 19 de fevereiro de 2018, a Lei Complementar nº 602/2018, efetivamente, criou a obrigatoriedade da conta específica do FETHAB II.

Em oitiva, o Secretário de Estado de Infraestrutura esclareceu onde são creditados os valores arrecadados a título de FETHAB:

O SR. MARCELO DUARTE MONTEIRO (...)Então, **o diesel**, **conta única do Estado** e, na sequência, ele é repassado para **as prefeituras.** **O FETHAB I é conta única.** **Continua na conta única**, porque a lei, essa lei que eu mencionei, de 2018, trata da conta do FETHAB II. E o FETHAB II esse, sim, tem uma conta exclusiva.

Em se tratando de recursos vinculados, como no caso de recursos do FETHAB, o controle deve ser realizado por fonte em conta de arrecadação própria, o que evidencia um mecanismo essencial para o controle e transparência entre a geração da despesa, a disponibilidade de caixa e a obrigação de pagamento, em obediência ao art. 42 da LRF, pois as receitas relativas ao “FETHAB óleo diesel” e o “FETHAB I ”, ao ingressarem na conta única, acabam de alguma forma se atrelando a outros recursos que, habitualmente, são destinados a finalidades com prioridade naquele momento para retenção como, por exemplo, folha de pagamento.

**3.15. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES:**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do FETHAB e do FUNDEB foi instituída com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no sentido também de avançar em questões como eficiência na arrecadação, transparência na aplicação e segurança no repasse do FETHAB.

Após análise de dados oficiais da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFRA e SEFAZ-MT, constatamos que de 2010 a 2017 o Governo do Estado de Mato Grosso arrecadou montante de R$6.378.160.507,00(seis bilhões trezentos e setenta e oito milhões cento e sessenta mil quinhentos e sete reais).

Durante a instrução, concluímos que no FETHAB há duas retenções importantes amparadas por lei.

Os recursos arrecadados do FETHAB têm sido utilizados para pagamento de dívidas relacionadas à natureza do próprio fundo, sendo que a legislação autoriza a usar esses recursos em pagamentos de empréstimos até o exercício de 2019. Entre os empréstimos contraídos pela pasta, está o de R$1,4 bilhão para o programa MT Integrado (rebatizado de Pró-Estradas no Governo Pedro Taques), para asfaltar rodovias. O financiamento foi feito via Banco do Brasil, usando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além disso, até 30% dos fundos estaduais podem ser usados para outras despesas, conforme a emenda à Constituição Federal nº 93/2016.

Concluímos que o recurso do FETHAB Diesel vai para a Conta Única do Estado, tendo uma fatia distribuída para os municípios mensalmente; o FETHAB Commodities vai integralmente para a Conta Única; e o FETHAB 2 vai para a conta exclusiva do fundo, criada no início deste ano.

Por fim, os Recursos Destinados ao Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB é uma das principais fontes de recursos do Tesouro para investimento em infraestrutura e, neste caso, responsável pela maior parte do orçamento previsto.

Desta forma, é de suma importância que os recursos orçamentários previstos na LOA sejam efetivamente e tempestivamente executados, propiciando o planejamento e a efetivação das contratações bem como a adimplência no pagamento das medições dos serviços executados.

Recomendações:

1. Que seja criada Conta Bancária específica destinada à arrecadação do **FETHAB DIESEL E DO FETHAB I COMMODITIES,** impedindo o ingresso de recursos desta natureza na Conta Única, em cumprimento à vinculação específica do fundo;
2. Que o **Conselho Diretor do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB** atue com regularidade efetividade, representando os verdadeiros anseios da população mato-grossense, estabelecendo a política de aplicação dos recursos e promovendo a fiscalização na aplicação dos recursos;
3. Que o **Tribunal de Contas do Estado** aprimore a fiscalização atinente à arrecadação e aplicação do FETHAB, seja pelo ente estadual como pelos municípios, bem como exija parecer opinativo do Conselho sobre a apreciação das contas anuais do fundo e que no prazo de 60(sessenta dias) encaminhe à ALMT relatório conclusivo acerca da auditoria constante no Processo nº205630/2017.
4. Que o **Tribunal de Contas do Estado,** mediante auditoria específica, no prazo de 60(sessenta dias), fiscalize a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência dos atos de gestão da administração pública sob os aspectos contábil, orçamentário, financeiro, operacional e patrimonial relacionados ao **acordo extrajudicial firmado entre o CIRA-MT e a PETROBRAS,** onde pode ter ocorrido a perda de receita ao Estado de Mato Grosso no valor de R$ 645 milhões.
5. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso, através da** **Secretaria de Estado de Fazenda-SEFAZ-MT,** estabeleça mecanismos com a finalidade de tornar automáticos os repasses aos Municípios atinentes à arrecadação do FETHAB que for de direito;
6. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso** proceda à adequação ao Decreto n° 441, de 07 de março de 2016, incluindo a **AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios no Conselho Diretor do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB;**
7. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso, em conjunto com a CGE-MT e o TCE-MT,** adote providências para instituir mecanismos de controle e fiscalização das receitas arrecadadas como condição de diferimento de ICMS destinadas aos **Fundos criados nos Arts. 14-A, 14-D e 14-F bem como para o Instituto Mato-Grossense do Algodão - IMAmt.**
8. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso abstenha-se de utilizar** os mecanismos de arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ para arrecadação dos fundos acessórios.
9. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso** apresente a esta Casa de Leis, antes da aprovação do orçamento de 2018, demonstrativo detalhado constando valor, prazo e tipo de investimento as quais serão destinados recursos do FETHAB para pagamento de operações de crédito de acordo com a EC 81/2017.
10. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso** abstenha-se de utilizar os recursos do FETHAB para custeio das despesas do Transporte Escolar;
11. **Que o Governo do Estado de Mato Grosso** cumpra o disposto no Art 18-C da Lei do FETHAB, garantindo, no mínimo, o mesmo valor do repasse do FETHAB efetuado no exercício imediatamente anterior aos municípios, sendo que o valor apurado com base nos dados fornecidos o montante de **R$ 24.302,43(vinte e quatro milhões trezentos e dois mil e quarenta e três reais)** atinente ao exercício 2016-2017.
12. Que o **Governo do Estado de Mato Grosso apresente à AL-MT** estudo constando o efeito da arrecadação do FETHAB óleo diesel em face de fruição de crédito outorgado em valor equivalente à Petrobras, pois conforme demonstrado, ao conceder o crédito outorgado compensando a contribuição ao FETHAB óleo diesel, tem-se um infido aumento de receita, pois ao mesmo tempo em que a receita do FETHAB é incrementada a do ICMS é diminuída.
13. Que a [**Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transportes**](http://www.al.mt.gov.br/parlamento/comissao-parlamentar/#collapse-11)**, em conjunto com a Comissão de** [**Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária**](http://www.al.mt.gov.br/parlamento/comissao-parlamentar/#collapse-3)  **e a** [**Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e Regularização Fundiária,**](http://www.al.mt.gov.br/parlamento/comissao-parlamentar/#collapse-9) aprovisionem análise minuciosa quanto à viabilidade da manutenção do **FETHAB Adicional** para o exercício financeiro de 2019;

# ANEXO:

## 3.18 MINUTA DE PROJETO DE LEI

Projeto de Lei

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Estado de Mato Grosso**  Assembleia Legislativa | |
| **Despacho** | | NP: 000000  **SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS**  Projeto de lei nº /2018 Protocolo nº /2018  Processo nº /2018 |
| **Autor:** | | |

# Altera dispositivo da Lei Complementar nº 360, de 18 de junho de 2009, que institui o Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo no Estado de Mato Grosso, e regulamenta a gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, de natureza contábil e financeiro, em atendimento à Portaria Conjunta FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica acrescido o §2º-B ao art. 1º da Lei Complementar nº 360, de 18 de junho de 2009, com a seguinte redação:

**“Art. 1º**

**(...)**

**§ 2º-B** Não integram o Sistema Financeiro de Conta Única os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB que serão repassados automaticamente da conta de arrecadação para a conta específica deste Fundo, em atendimento à Portaria Conjunta FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018.

(...)”

**Art. 2º**. A disponibilização de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB será realizada pelas unidades transferidoras a que se refere o art. 16 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, por intermédio do Banco do Brasil S.A., que manterá sistema operacional destinado a processar e distribuir os valores devidos a cada ente governamental beneficiário, em conta bancária única e específica, instituída para essa finalidade.

**Art. 3º** Até o segundo dia útil de cada semana, o Estado deverá depositar à conta FUNDEB o valor referente ao produto da arrecadação dos impostos estaduais ocorrida na semana imediatamente anterior, conforme disposições do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

**§1º** Os depósitos de que trata o *caput* deste artigo deverão ser efetuados pelo Governo Estadual mediante a utilização de documento de transferência específico para tal finalidade e os respectivos comprovantes deverão ser enviados à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE respectivamente.

**§2º**  O não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo importará em crime de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

**Art. 4º** As contas específicas do Estado, vinculadas e sob gestão da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, e as dos fundos municipais, destinadas à movimentação dos recursos do Fundo, serão abertas e mantidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, a critério do Secretário de Estado de Educação, Esporte e Lazer ou do dirigente de órgão equivalente gestor dos recursos na respectiva esfera governamental, ou destes em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, mediante formalização à instituição financeira escolhida.

**Art. 5º** A movimentação dos recursos creditados nas contas a que se refere o art. 4º será realizada, exclusivamente, de forma eletrônica, por meio de sistema específico disponibilizado pelas instituições financeiras, que identifique a transferência em conta corrente de titularidade dos fundos municipais e do fundo estadual de gestão dos recursos do FUNDEB do Estado de Mato Grosso, ficando expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo.

**Art. 6º** O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal deverão, nos termos do art.2º da Portaria Conjunta FNDE/ STN nº 2, de 15 de janeiro de 2018:

I-divulgar na internet e disponibilizar em meio eletrônico ao FNDE demonstrativo mensal dos valores executados pelo ente governamental beneficiado com repasses do Fundo, por data, CPF ou CNPJ do destinatário do pagamento ou transferência realizada e por finalidade, de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação, adotando-se, como referência, os lançamentos financeiros ocorridos no último dia útil do mês anterior;

II - disponibilizar aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, de forma regular e periódica, os extratos bancários das contas do FUNDEB e das respectivas aplicações financeiras;

III - disponibilizar, quando solicitados, aos representantes do Poder Legislativo, dos Tribunais de Contas, dos órgãos de controle interno dos poderes executivos, do Ministério Público e das Polícias Federal e Civil, os extratos das contas bancárias do Fundo e das respectivas aplicações financeiras.

**Art. 7º** A gestão dos recursos financeiros ficará subordinada aos Fundos Municipais de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação nos Munícipios e ao Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito estadual, por meio de seu(sua) Secretário(a) como ordenador(a) de despesas, sob orientação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo – FUNDEB.

**Parágrafo único** O Poder Executivo deve oferecer ao Conselho o necessário apoio material e logístico, disponibilizando, se necessário, local para reuniões, meio de transporte, materiais e equipamentos, de forma a assegurar a realização periódica das reuniões de trabalho, garantindo, assim, condições para que o Colegiado desempenhe suas atividades e efetivamente exerça suas funções nos termos do art. 24, § 10 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

**Art. 8º** Além das finalidades acima, a presente Lei tem por objetivo assegurar, dentre outros aspectos, a ampla transparência dos gastos realizados com recursos do FUNDEB, de modo que, em cumprimento às disposições do art. 8º, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei da Transparência), assim como dos arts. 2º e 3º do Decreto Federal nº 7.507, de 27 de junho de 2011.

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de novembro de 2018.

# **3.19 Referências**

[**FUNDEB - Perguntas Frequentes**](http://www.educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/publicacoes/fundeb/fundeb_perguntas_frequentes_mec_impressao.pdf)

Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Elaborado pela COPEF - Coordenação de Operacionalização do FUNDEB

(Atualizado em: 05/08/2009)

**Legislação Federal**

[Lei nº 11.494/2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm) - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

[Lei nº 12.695/2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm) - Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

[Decreto nº 6.091/2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6091.htm) - Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB.

[Decreto nº 6.253/2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm) - Regulamenta a Lei nº 11.494/2007 e dá outras providências.

[Decreto nº 7.611/2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

[Resolução FNDE nº 7/2012](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000007&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CIFEB/MEC) - Fixa a parcela da complementação da União ao FUNDEB.

[Resolução FNDE nº 1/2008](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000001&seq_ato=000&vlr_ano=2008&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC) - Define os profissionais do magistério, para efeito da Lei nº 11.494/2007.

[Portaria FNDE nº 144/2008](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000144&seq_ato=000&vlr_ano=2008&sgl_orgao=MEC) - Institui o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

[Portaria FNDE nº 481/2013](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000481&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC) - Estabelece procedimento e orientações sobre criação, funcionamento e cadastramento dos CACS do FUNDEB.

[Portaria Conjunta STN/FNDE nº 2/2018](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpqwPasu_5a9e9b59ac7cf.pdf) - Dispõe sobre as atribuições dos agentes financeiros do FUNDEB.

[Portaria Conjunta STN/FNDE nº 3/2018](http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/135-fundeb?download=11900:portaria-conjunta-n-3-de-27-03-2018) - Altera a Portaria Conjunta STN/FNDE nº 2/2018.

**Relatório 007/2018**-CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

# 3.20 CD

# Contendo Volume I a XI do Proc 03/2018

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (**FNDE**), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, [↑](#footnote-ref-1)
2. http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=444467&noticia=ex-secretario-de-fazenda-diz-que-insuficiencia-financeira-foi-responsavel-por-atrasos-no-FUNDEB [↑](#footnote-ref-2)
3. **Art. 12**Os contribuintes, localizados ou não no território mato-grossense, responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido ao Estado de Mato Grosso, nas operações com óleo diesel, devem reter, também, o valor de R$ 0,21 (vinte e um centavos de real), por litro de produto fornecido. ***(Nova redação dada pela Lei***[***10.480/16***](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/fc2366367defe1a1842580980056b48e?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6gs30b108h2i0cho4124a_)***, efeitos a partir de 1º/01/17)*** [↑](#footnote-ref-3)